



**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

LOURISMAR DA SILVA BARROSO

**POR UMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA: entre a
memória, a história e as práticas socioculturais em Porto Velho/RO**

**ITAJAÍ
2024**

LOURISMAR DA SILVA BARROSO

**POR UMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA: entre a
memória, a história e as práticas socioculturais em Porto Velho/RO**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado Acadêmico em Educação da Universidade do Vale do Itajaí, como requisito à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: **Prof. Dr. Paulo Rogério Melo de Oliveira**

**ITAJAÍ
2024**

LOURISMAR DA SILVA BARROSO

**POR UMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA: entre a
memória, a história e as práticas socioculturais em Porto Velho/RO**

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do título de Doutor em Educação
da Universidade do Vale do Itajaí,

Linha de Pesquisa: Práticas docentes e formação profissional

Itajaí, 08 de novembro de 2024.

Profa. Dra. Verônica Gesser
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Rogério Melo de Oliveira
UNIVALI – Orientador

Prof. Dr. Elaine Cristina da Silva Martins
UNIVALI

Prof. Dr. Robson Fonseca Simões
Universidade Federal de Rondônia
Convidado externo

Prof. Dr. Jorge Almeida de Menezes
Universidade Federal do Amazonas
Convidado externo

In memoriam

O “pedacinho” de lápis e de borracha que me presenteou, quando criança, ajudaram-me a escrever minha história, hoje dedico esse título a você, mamãe. Você foi e sempre será *a minha eterna professora.*

AGRADECIMENTOS

Dedico esta tese in memoriam àquela que me ensinou o desejo de viver e de vencer na vida através dos estudos. Não poderia deixar de agradecer todos que, de forma direta ou indireta, estiveram envolvidos na construção deste sonho que hoje se torna realidade, em especial, ao nosso criador; a minha família, esposa e filhas; aos meus irmãos; ao meu pai e ao governo do Estado de Rondônia (Cel. Marco Rocha), em especial as instituições mantenedoras do Programa e parceiras do Dinter - UNIVALI e Faculdade Católica de Rondônia, que mais uma vez contribuíram na formação acadêmica desse estado. Aos amigos que fiz no doutorado, pois juntos compartilhamos os caminhos de ensinamento e dedicação para com a educação de Rondônia, aqui meu agradecimento especial a amiga prof. Ma. Lidiana da Cruz Pereira, que ao longo do curso trilhamos os passos das oportunidades com novas descobertas e aprendemos sobre autores ajudando-nos a traçar nossa meta na educação.

Externo a minha distinta homenagem ao meu estimado e admirado orientador professor Dr. Paulo Rogerio de Melo Oliveira, pela paciência e empenho com que se houve na leitura dos meus textos rudimentares e, depois, pelos questionamentos, pelas críticas e sugestões eivadas de sapiência que me fizeram refletir de forma mais contundente sobre a direção da minha escrita e do tema do meu trabalho. Assim como o oleiro que trabalha moldando a argila para criar seus artesanatos como potes, pratos e vasos, Prof. Paulo usou suas técnicas artísticas (sabedoria) para moldar este **BARRO**so com leveza, esse exemplar que, depois de entrar no forno e se endurecer, estará pronto para seguir sua jornada na pesquisa e na defesa da ciência, dando continuidade em seus projetos e assim deixar sua contribuição para a sociedade e o mundo acadêmico.

Aos nossos digníssimos e estimados professores (as) do PPGE, confesso que aprendi temas inovadores e leituras prazerosas com todos vocês, são ensinamentos que levarei para o resto do tempo que ainda me resta.

O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história.

Jacques Le Goff.

RESUMO

Esta tese tem por finalidade abordar o porquê não é executado a Educação Patrimonial nos ensinos de Rondônia conforme a proposta do Referencial Curricular. Com a linha de pesquisa voltada para práticas docentes e formação profissional, esta tese está vinculada ao grupo de pesquisa Fundamentos e Perspectivas da Educação Antirracista. A tese tem como objetivo problematizar a Educação Patrimonial em Unidades Escolares públicas do município de Porto Velho na perspectiva da memória, da história e das práticas socioculturais. Muito embora sabemos que a Educação Patrimonial é fundamental para a aprendizagem e pertencimento dos estudantes, é através das atividades de campo que o estudante reconhece e valoriza a memória, a história e os patrimônios materiais e imateriais. A pesquisa pretende contribuir para a afirmação de uma perspectiva do ensino de História que valorize o patrimônio histórico e cultural de Rondônia. Como aporte teórico, esta pesquisa apoiou-se em uma vasta bibliografia e a documentos oficiais como: Base Nacional Comum Curricular (2018), Plano Nacional de Educação (2014); Lei de Diretrizes de Base, (1996); Diretório Curricular do Novo Ensino Médio (2012); o Referencial Curricular de Rondônia (2021) e os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas aqui pesquisadas. O método de pesquisa utilizado foi o qualitativo e a técnica bibliográfica e documental. Esta tese surge como um primeiro esforço, para que outros pesquisadores possam ter olhares diferentes quanto aos estudos e importância dos patrimônios culturais como ferramenta para o ensino aprendizagem, pois é através da educação que podemos moldar nossos estudantes a conhecerem o significado de proteger, preservar e salvaguardar a memória dos nossos patrimônios. Como resultado final, esta pesquisa buscou como proposta final, a produção de um material pedagógico, um E-book, na forma de um GUIA, referente à Educação Patrimonial em Rondônia que auxiliará o professor em suas atividades dentro e fora de sala de aula, junto ao currículo de História no ensino médio.

Palavras-Chave: Educação Patrimonial; Ensino de História; Práticas Culturais.

ABSTRACT

This thesis addresses why Heritage Education is not implemented in Rondônia's schools according to the Curricular Framework proposal. With a research line focused on teaching practices and professional training, this thesis is linked to the research group Anti-Racist Education's Fundamentals and Perspectives. The thesis aims to problematize Heritage Education in Porto Velho's public schools from the perspective of memory, history, and sociocultural practices. Although it is known that Heritage Education is fundamental for students' learning and sense of belonging, it is through field activities that students recognize and value memory, history, and material and immaterial heritage. The research aims to contribute to affirming a perspective of History teaching that values the Rondônia's historical and cultural heritage. As a theoretical contribution, this research was supported by a vast bibliography and official documents such as the National Common Curricular Basis (2018), National Education Plan (2014), Basic Guidelines Law (1996), Curricular Directory for the New High School (2012), the Rondônia Curricular Reference (2021) and the Pedagogical Political Projects (PPP) of the schools studied here. The research method used was qualitative, and the technique was bibliographic and documentary. This thesis emerges as a first effort so that other researchers can have different views on the studies and importance of cultural heritage as a tool for teaching and learning since it is through education that we can shape our students to know the meaning of protecting, preserving and safeguarding the memory of our heritage. As a final result, this research sought as a final proposal, the production of a pedagogical material, an e-book, in the form of a GUIDE, regarding Heritage Education in Rondônia that will assist teachers in their activities inside and outside the classroom, together with the History curriculum in High School.

Keywords: Heritage Education; History Teaching; Cultural Practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa do livro "Patrimônios e História"	42
Figura 2 – Projeto redação da Setur no Real Forte Príncipe da Beira.....	69
Figura 3 – Projeto minha identidade regional.	69
Figura 4 – Projeto alunos destaque de Rondônia.	70
Figura 5 – Educação Patrimonial com estudantes da Escola Moacir Caramelo...	70
Figura 6 – Educação Patrimonial com doutorando da UNIVALI-SC.	70
Figura 7 – Educação Patrimonial com estudantes da Escola Major Guapindaia	70
Figura 8 – Educação Patrimonial com a Escola Carmela Dutra	70
Figura 9 – Projeto Integração regional com o Exército brasileiro	70
Figura 10 – Palácio Getúlio Vargas	92
Figura 11 – Porto Velho Hotel.	92
Figura 12 – Mercado público Municipal.	93
Figura 13 – Escola Normal do Guaporé.....	93
Figura 14 – Bairro Cayari	94
Figura 15 – Três caixas d'água	94
Figura 16 – Casa do seringalista Albino Henrique	95
Figura 17 – Loja Maçônica União e Perseverança	95
Figura 18 – Complexo Ferroviário.....	96
Figura 19 – Catedral Sagrado Coração de Jesus.	96
Figura 20 – Edifício Monte Líbano	97
Figura 21 – Escola Barão dos Solimões.....	97
Figura 22 – Educandário Dom Bosco.....	98
Figura 23 – Edifício Feitosa.....	98
Figura 24 – Cine e Teatro Rescky	99
Figura 25 – Memorial a FEB	99
Figura 26 – Prédio da Administração da EFMM	100
Figura 27 – Clube Internacional.	100
Figura 28 – Café Santos.....	101

Figura 29 – Aeroporto Salgado Filho	101
Figura 30 – Marco das coordenadas.....	102
Figura 31 – 1ª Prefeitura de Porto Velho	102
Figura 32 – Banco da Borracha.....	103
Figura 33 – Praça Jonatas Pedrosa	103
Figura 34 – Praça Marechal Rondon.....	104
Figura 35 – Memorial Jorge Teixeira.....	104
Figura 36 – Memorial Rondon	105
Figura 37 – Componentes da Educação Patrimonial.	125
Figura 38 – Benefício da Educação Patrimonial.....	126
Figura 39 – Práticas da Educação Patrimonial.....	127
Figura 40 – Projeto Cultural Fala-me de Porto Velho	132
Figura 41 - Fomentando a prática de Educação Patrimonial.	135
Figura 42: Domingão de Educação Patrimonial.	146
Figura 43: Educação Patrimonial com alunos do Carmela Dutra	149
Figura 44: Educação Patrimonial CTPM II.	152
Figura 45: Educação Patrimonial na prática.....	154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Artigos Acadêmicos do portal de Periódico da CAPES	29
Quadro 2 – Dissertações - Portal Biblioteca Digital Brasileira – BDTD	31
Quadro 3 - Teses do portal da CAPES	34

LISTA DE ABREVIÇÃO

- BDTD** – Biblioteca Brasileira de Teses e dissertações
- BNCC** – Base Nacional Comum Curricular
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior
- CD** – Carmela Dutra
- CF** – Constituição Brasileira
- CTMPII** – Colégio Tiradentes da Polícia Militar II
- DCNEM** – Diretório Curricular do Novo Ensino Médio
- DCNEM** – Diretrizes Curriculares do Novo Ensino Médio
- FGB** – Formação Geral Básica
- FUNCULTURAL** – Fundação Cultural
- ICOMOS** – International Council on Monuments and Sites
- IF** – Itinerário Informativo
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- JBC** – João Bento da Costa
- LDB** – Lei de Diretrizes e Base
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura
- MJ** – Major Guapindaia
- PD** – Parte Diversificada
- PNC** – Plano Nacional de Cultura
- PNE** – Plano Nacional de Educação
- PPP** – Projeto Político Pedagógico
- PUCRS** – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- RCRO** – Referencial Curricular de Rondônia
- SECULT** – Secretaria de Cultura
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Delimitação do tema.....	15
1.2	Objetivos.....	22
1.3	Relevância científica e prática.....	23
1.4	Estrutura do trabalho.....	25
1.5	Revisão de literatura.....	27
1.6	Metodologia.....	41
2.	UMA REFLEXÃO SOBRE OS CONCEITOS DE MEMÓRIA, HISTÓRIA E AS PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS PARA UMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA.....	47
2.1	A importância da memória para a humanidade.....	50
2.2	História, memória e patrimônio: a preservação da memória patrimonial.....	59
2.3.	O futuro de um patrimônio para a sociedade.....	69
2.4.	A preservação do patrimônio para o desenvolvimento de uma consciência crítica.....	77
3.	DISCUTINDO UM CURRÍCULO QUE PROMOVA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL JUNTO AOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO EDUCATIVO.....	84
3.1	Relações e reflexões sobre currículo e patrimônio.....	86
3.2	A educação patrimonial e suas diretrizes e sua importância.....	112
4.	A INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NOS NOSSOS CURRÍCULOS DE PORTO VELHO/RO.....	121
4.1	A inclusão das práticas de Educação Patrimonial nas escolas.....	123
4.2	Fomentando as práticas de Educação Patrimonial em Porto Velho.....	135
4.3	As escolas que praticam a Educação Patrimonial em Porto Velho.....	144
4.4.	Educação, o elo que liga a prática com as atividades lúdicas.....	159
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164

6. REFERÊNCIA	168
7. ANEXOS	180

1 INTRODUÇÃO

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Esta tese de doutorado tem por finalidade problematizar a Educação Patrimonial nos currículos¹ e nas Unidades Escolares públicas de ensino médio em Porto Velho, na perspectiva da memória, da história e das práticas socioculturais. Nossa intenção é sensibilizar o estudante do ensino médio para perceber a diversidade cultural e garantir a todos o reconhecimento das suas formas de expressão, assim como assegurar as condições para despertar o desejo e interesse pelo conhecimento das histórias e memórias pessoais e coletivas.

Posteriormente buscamos discutir a composição de uma proposta de material pedagógico sobre Educação Patrimonial em Rondônia, na forma de um livro digital/ebook para ser utilizado pelas escolas da rede estadual de Porto Velho, junto ao currículo de História no ensino médio.

O conceito de Patrimônio Cultural, segundo John (2021), está relacionado a um bem que pertence ao paterno, tão valioso que justifica sua herança. De acordo com o autor, “o bem valioso está incutido de memórias e identidade de quem deixa e de quem o herda, cabendo às pessoas manterem como uma representação do que as caracterizam, mantendo aberto um canal de comunicação para a necessidade da preservação”. (JOHN, 2021, p.23).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) estabelece que o Patrimônio Cultural é:

O processo educativo formal e não formal que tem como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórico das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação (IPHAN, 2016, p.90).

¹ As ciências humanas têm, na essência dos seus diferentes componentes curriculares, o potencial e a responsabilidade de liderar reflexões importantes no cotidiano escolar. Esses debates são fundamentais para a formação cidadã e para a leitura do mundo dos jovens brasileiros da educação básica. A humanização requer o reconhecimento do patrimônio cultural, valorizando as histórias e as memórias da sociedade que o construiu, seja pelo bem material ou imaterial.

Já Gonçalves (2003) corrobora dizendo que, ao estudar o patrimônio como categoria de pensamento, a palavra patrimônio se aprendeu a usar por estar entre as palavras que mais são usadas no cotidiano, chegando à ideia de patrimônio histórico, artístico e etnográfico.

Assim, entendemos que a preservação do Patrimônio Cultural² é dever de todos, governo e sociedade, em prol da defesa do nosso patrimônio, da nossa história e memória. Desta forma, identificamos junto a Fundação Cultural de Porto Velho (FUNCULTURAL) e a Secretaria Cultural de Rondônia (SECULT) os patrimônios/bens públicos registrados e tombados como Patrimônio Material³ e imaterial⁴.

O Patrimônio Cultural, segundo Rangel (2002), não é somente aquele bem que se herda dos antepassados. São também aqueles bens que, segundo o autor:

[...] se produzem no presente como expressões de cada geração, nosso "Patrimônio Vivo": artesanatos, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas. (RANGEL, 2002, p.24)

² Para Roger Chartier (2002), "as realidades são construídas pelos grupos sociais, as práticas socioculturais como maneiras de ser e estar no mundo, guarnecidas de significados simbólicos e representações". Para o autor, as formas institucionalizadas são mecanismos através dos quais os sujeitos tornam-se visíveis, multiplicam e eternizam sua existência como grupo, comunidade ou nação.

3 Bem Material:

PMPV - Capela de Santo Antônio de Pádua. Decreto de Tombamento nº 3.125 de 1986
IPHAN - Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Número do Processo: 1220-T-1987
Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscrito em 08/01/2018
GRO/SECULT – Castanheira do Estádio Aluizio Pinheiro Ferreira. Decreto de Tombamento: Decreto nº 3179, de 10/02/1987.
PMPV - Decreto de Tombamento: Lei Municipal nº 290/1984. GRO/SECULT – Cemitério dos Inocentes
Decreto de Tombamento: Artigo nº 264 da Constituição Estadual de 1989
PMPV - Cemitério dos Inocentes. Decreto de Tombamento: Lei Municipal nº 71, de 21/11/1985
Sítios arqueológicos - Estrada de Ferro Madeira Mamoré/acervo - Real Forte do Príncipe da Beira - Postos telegráficos/acervos da Comissão Rondon - Cidade de Santo Antônio do Alto Madeira - Cemitério da Candelária - Cemitério dos Inocentes - Prédio da Cooperativa dos Seringalistas - Marco das Coordenadas Geográficas da Cidade de Porto Velho.

4 Bem Imaterial:

SEJUCEL - Mercado do Km 1. Decreto 27.147, de 11 de maio de 2022.
GRO/SECULT - Festa Pomerana. Decreto nº 27.147, de 11 de maio de 2022. Decreto nº 28.455, de 21 de setembro de 2023.
PMPV - Passeio de barco pelo rio Madeira. Projeto de Lei nº 4.406/2022
PMPV - Arraial Flor do Maracujá. Projeto de Lei nº 3.890/2019.

Marchette (2016), em suas pesquisas, define que Educação Patrimonial é um processo de aprendizagem que se realiza mediante a utilidade dos bens culturais, de natureza material e imaterial, como recursos educacionais.

Tal processo permite aproximar a sociedade do patrimônio cultural que a representa simbolicamente, promovendo a ampliação do entendimento da história passada e presente. Esse processo de aprendizagem pode ocorrer nas estruturas formais e informais de ensino, sendo central em instituições de memórias, como museus. (MARCHETTE, 2016, p.89).

A mesma autora adverte que, na vida comunitária, a “Educação Patrimonial é um elemento estratégico da atuação política, da constituição da memória e da sustentabilidade dos saberes tradicionais”.

Consideramos que a Educação Patrimonial, segundo Horta (1999), é um processo permanente e “sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e central o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações e expressões que as sociedades criam e que, ao longo dos séculos, vão se acumulando com as das gerações anteriores”

É com todo esse Patrimônio, material e imaterial, consagrado e não consagrado que pode trabalhar num processo constante de conhecimento e descoberta. A Educação Patrimonial dá oportunidade aos estudantes de conhecerem a cultura local, suas histórias⁵, suas lendas, seus costumes, seus rios, suas tradições e beleza natural. Cada geração a recebe, usufrui e as modifica⁶ de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança.

Clifford Geertz (2008) considera que tudo que os seres humanos produzem e fazem é cultura. Neste sentido, a cultura se expressa a partir de um conjunto de referenciais simbólicos. Esse conceito amplo de cultura nos ajuda a compreender o sentido de patrimônio cultural e do mundo que nos rodeia de uma forma mais ampla.

De acordo com Geertz (2008):

[...] cultural é um sistema de significados que cria algum tipo de identidade compartilhada (...), uma espécie de código que orienta as práticas sociais

⁵ Segundo Yuval Harari (2017), contar histórias nos fez a raça humana que somos hoje em dia. Walter Benjamin (2020) explica que a principal ação do contador é a troca de experiências, pois a transmissão de forma oral traz todas as vivências de quem contou a história anteriormente.

de pessoas pertencentes a vários grupos e categorias sociais dentro de uma sociedade. (GEERTZ, 2008, p.10).

Esse conceito de cultura é essencialmente semiótico. “O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (Geertz, 1989, p. 4).

No Brasil, um país pluricultural, coexistem entre nós diversas expressões e formas de interpretar e se relacionar com o mundo. Para Candau (2009), reconhecer que todos os povos produzem cultura e que “cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a diversidade cultural e reconhecer também que não existem culturas superiores a outras”. Assim, a diversidade cultural produz características regionais que fazem com que as pessoas tenham histórias, sotaques, costumes, comidas e vestimentas muito diferentes, sendo, ao mesmo tempo, todos brasileiros. Essa característica do nosso povo faz com que a cultura brasileira seja rica, variada e possa ser um recurso para seu desenvolvimento.

Se por um lado temos patrimônios como as cidades históricas, a literatura, as artes plásticas, há também todo um conjunto de expressões do bairro e da própria escola que são culturais, importantes para o posicionamento daqueles sujeitos na estrutura social. Muitas vezes, a comunidade perde em organização social e bem-estar por não conhecer e lutar pela valorização de um patrimônio que lhe representa. Nessa acepção, este estudo procura privilegiar as manifestações culturais, sejam de bens materiais como edifícios, praças, mercados, jardins, fotografias, documentos, esculturas, quadros, instrumentos de trabalho etc., ou de bens imateriais como músicas, danças, festas religiosas, ou populares, comidas, rituais, hábitos e costumes, formas de fazer, saberes e dizeres populares etc.

O projeto de pesquisa de mestrado⁷, realizado por Barroso⁸ em 2015, no

⁷ Dissertação de Mestrado apresentada ao PPG em História, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS em 2015: Real Forte Príncipe da Beira: ocupação Oeste da Capitania do Mato Grosso e seu processo construtivo 1775-1783. Orientador prof. Dr. Klaus Hilbert.

⁸ Há 3 décadas iniciei minha carreira no magistério, comecei a navegar pela Educação Infantil quando exerci a função de professor alfabetizador por longos anos, depois segui minha caminhada pelo Ensino Fundamental I e II, do 3º ao 9º ano. Mais tarde, assumi o ensino médio. Após obter o título de Mestre em História, tive experiência voltada para Professor Formador e posteriormente Professor Universitário, ministrando aulas para os cursos de pós-graduação das Faculdade Católica de Rondônia, Faculdade Uniron e Faculdade Santo André na cidade de Presidente Médici. Nasci em Porto Velho, embora tenho minhas raízes entrelaçadas com a história do Município de Humaitá,

programa de pós-graduação de mestrado acadêmico em História – Minter (PUCRS), procurou destacar a importância da construção do Real Forte Príncipe da Beira como sendo a maior construção bélica erguido pelos portugueses fora da Europa, uma fortificação que balizou o espaço e protegeu a fronteira oeste do Brasil Colônia.

A fortaleza Príncipe da Beira é a maior fortificação das Américas, sendo o Patrimônio Histórico mais visitado por estudantes, escolas, turistas e visitantes. A história e memória desse patrimônio histórico cultural proporcionam aos estudantes, visitantes, turistas e pesquisadores um despertar para um olhar aguçado, pois todos que visitam o local ficam em estado de êxtase ao se deparar com o estado do patrimônio.

Assim, a regência de um ensino voltado para a Educação Patrimonial desses monumentos em Rondônia é uma aliada para o entendimento de estudantes e professores de diversas disciplinas da educação básica, gerando muitas vezes uma interdisciplinaridade das ciências.

Há mais de duas décadas, tenho realizado estudos sobre os patrimônios e monumentos históricos de Rondônia, com estudantes da rede de ensino, além de autoridades. Tenho feito inúmeras visitas aos locais com estudantes de escolas municipais, estaduais e universitárias, onde estão os nossos patrimônios material e imaterial, com um olhar voltado para a importância da conservação e proteção. Como referência, temos os seguintes patrimônios históricos da cidade de Porto Velho⁹:

vim de uma família humilde, sempre acreditei que o único meio de transformar as pessoas é através da educação. Por isso, desde cedo, fui incentivado a seguir com os estudos. Formado em História pela Universidade Federal de Rondônia, com Especialização em Arqueologia da Amazônia, mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e atualmente doutorando pela Universidade do Vale do Itajaí, sou pesquisador da área do Patrimônio e escritor da História de Rondônia, com dezenas de obras publicadas (24 livros), assim como diversos artigos científicos.

⁹ 1. MEMORIAL RONDON; 2. MEMORIAL JORGE TEIXEIRA; 3. CAIXAS D'ÁGUA; 4. EDIFÍCIO FEITOSA; 5. CAFÉ SANTO; 6. ANTIGO AEROPORTO; 7. ENG - CARMELA DUTRA; 8. BAIRRO CAYARI; 9. PALÁCIO GETÚLIO VARGAS; 10. PORTO VELHO HOTEL; 11. CASA DO ALBINO HENRIQUE; 12. EDIFÍCIO LIBANÊS; 13. CASA E CINE RESKY; 14. FÓRUM RUY BARBOSA; 15. MERCADO CENTRAL; 16. 1ª PREFEITURA; 17. MAÇONARIA; 18. PRAÇA JONATHAS PEDROSA; 19. PRAÇA GETÚLIO VARGAS; 20. PRAÇA MARECHAL RONDON; 21. PRAÇA DA FEB; 22. COLÉGIO BARÃO DOS SOLIMÕES; 23. BANCO DA BORRACHA; 24. EDUCANDÁRIO DOM BOSCO; 25. CATEDRAL S. CORAÇÃO DE JESUS; 26. CLUBE INTERNACIONAL; 27. USINA DE LUZ – ENERGISA; 28. PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO EFMM; 29. ESTRADA DE FERRO MADEIRA MAMORÉ.

Como professor de História da rede de ensino, acompanho de perto o trabalho de alguns colegas professores, esses não passam de meia dúzia, com comprometimento com a história e memória, que continuam na esperança de fazer entender o quão importante é o nosso passado e nossos patrimônios.

Por ser um programa educativo, segundo Simone Scifoni (2017), e estando inserido nos Parâmetros Curriculares Nacionais como temas transversais desde 1990, devido reivindicação social, a grande maioria dos colegas historiadores da rede estadual de educação de Porto Velho NÃO executa o referencial curricular em que versa sobre a Educação Patrimonial. Das 4 escolas aqui pesquisadas, apenas uma tem em seu escopo do PPP a atividade de Educação Patrimonial, as demais, mesmo não tendo, executam-na. Em conversas informais, alguns docentes relataram pontos que inviabilizam a aplicação, citaram falta de interesse pelo fato de não terem apoio para a execução da logística, ausência de estímulo e carência de propriedade para abordar o tema em sala de aula.

Preocupados com o ensino de Educação Patrimonial, coube-nos a responsabilidade de incentivar os colegas professores e estudantes a obterem conhecimento a respeito do tema proposto. Como auxílio para esta busca de conhecimento, oferecemos palestras e workshop em escolas na tentativa de unir forças para fomentar o valor de pertencimento dos referidos patrimônios de Porto Velho. Desta forma, oferecemos auxílio aos sujeitos da educação básica a partir de uma escuta sensível aos direitos da aprendizagem.

Como uma forma de manter viva a memória e o legado dos pioneiros que deixaram seus registros, e como pesquisador e membro ativo das comissões¹⁰ que estudam e trabalham para manter o patrimônio, foi preciso navegar pelo ensino de História e pela memória da educação básica. Nessa procura percebi que existe a possibilidade de uma aproximação com outras ciências, na busca de um trabalho em conjunto a respeito do ensino de História, tendo como suporte a Base Nacional Comum Curricular (2018), o Referencial Curricular de Rondônia a respeito da Educação Patrimonial.

Nas observações quanto aos patrimônios, registrados como monumento histórico e cultural do estado de Rondônia, foi identificado falta de interesse dos

¹⁰ Icomos Brasil – IGHMB e Academia de História militar Príncipe da Beira e CcBrFort – Comitê Científico Brasileiro de Fortificações.

estudantes, professores e autoridades. Por isso a intenção de promover a Educação Patrimonial que, segundo Marchette (2016), é uma das maneiras mais interessantes de possibilitar um olhar crítico sobre a história e a memória, tendo como balizas os significados políticos e culturais da preservação do patrimônio.

A Educação também entra em cena nesses estudos, propondo tornar mais visíveis os caminhos da construção da memória individual dos sujeitos do Norte, das memórias sociais rondonienses, que são representações dos sujeitos históricos, dos patrimônios culturais, no esforço de se poder ver com outros olhos os saberes rondonienses. Nossa motivação, neste sentido, é poder (re)desenhar ações educativas com a História nas Unidades Escolares da zona urbana de Porto Velho, com as turmas do 3º ano do ensino médio, sendo: Escola Tiradentes da Polícia Militar de Rondônia II - Escola Carmela Dutra - Escola Major Guapindaia - Escola João Bento da Costa. Tendo como intenção a ampliação debate, visando a integração nas áreas e entre as áreas da Educação Básica rondoniense.

Nesse sentido, sensibilizar o estudante do ensino médio rondoniense é perceber a diversidade cultural, procurando garantir a todos o reconhecimento das suas formas de expressão, assegurando as condições para despertar o desejo e interesse pelo conhecimento das histórias e memórias pessoais e coletivas.

Pesquisar sobre a execução das práticas de Educação Patrimonial, no componente curricular de História, no estado de Rondônia, requer conhecer o Referencial Curricular e suas opções para os estudantes do ensino médio, mesmo sabendo que o modelo tradicional de ensino visa a uma formação propedêutica. As disciplinas escolares adotam como referência os conhecimentos produzidos pela ciência que, muitas vezes, buscam a verdade em si e para si. Neste universo conceitual autocentrado, os conhecimentos escolares resultam desconectados das realidades que a própria ciência ajuda a construir.

Desta forma, pesquisamos os Projetos Políticos Pedagógicos das seguintes escolas em questão: COLÉGIO TIRADENTES II - ESCOLA CARMELA DUTRA - ESCOLA MAJOR GUAPINDAIA e ESCOLA JOÃO BENTO DA COSTA, verificamos que os professores dessas instituições têm liberdade para executar ações pedagógicas para promover a Educação Patrimonial. No Projeto Pedagógico do CTPM II, está escrito que “a elaboração do Projeto Político Pedagógico durante todo o seu processo de construção terá seu caráter democrático, coletivo, sempre

respeitando a expressão da comunidade escolar e tendo como princípio os artigos 13 e 14, inciso I da LDB, que os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. (PPPCTPM II, 2024, p.5). No Projeto Pedagógico da escola Carmela Dutra destacamos: “os processos não são estáticos, mas sim dinâmicos e flexíveis, sofrem alterações, evoluem”, assim também é este Projeto, estando, portanto, aberto a possíveis mudanças e complementações, (PPPCD, 2024, p.6). Na escola Major Guapindaia, ler-se “o desenvolvimento do Currículo dar-se-á na perspectiva da transversalidade, multidisciplinaridade e da contextualização, proporcionando aos educandos uma consciência cívica, priorizando e contextualizando, conforme a realidade local e regional”. (PPPMJ, 2024, p. 67). Na escola João Bento da Costa, identificamos que o Projeto Político Pedagógico foi construído de forma coletiva, destacando a participação do corpo docente e do corpo técnico pedagógico na sua elaboração, onde a gestão escolar se apresenta de forma flexível para entender que o planejamento das ações pedagógicas é fundamental para o sucesso da escola. (PPPJBC, 2024, p. 6).

Nessa perspectiva o aprendizado escolar não deve ter somente o conhecimento científico como saber de referência, mas diversas fontes de conhecimentos e práticas sociais e culturais, como aula ao ar livre, visita a museu, parque, cinema e bosques, aula de Educação Patrimonial e práticas de campo.

No entanto, faz-se fundamental considerar a importância dos saberes advindos das disciplinas científicas, uma vez que o modelo de sociedade está organizado fundamentalmente pelas referências dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Negar o direito do estudante a esses conhecimentos significaria negar-lhe o direito à vida socialmente organizada.

1.2 Objetivo geral

Problematizar a Educação Patrimonial em Unidades Escolares públicas do município de Porto Velho na perspectiva da memória, da história e das práticas socioculturais.

Objetivos específicos

- Refletir sobre a importância do patrimônio cultural, os sentidos e os propósitos da Educação Patrimonial;
- Discutir a importância do patrimônio cultural material e imaterial;
- Relacionar a Educação Patrimonial com a memória, a história e as práticas socioculturais em Porto Velho;
- Verificar se os professores de História de Porto Velho desenvolvem em suas práticas pedagógicas a temática Patrimônio material e imaterial regional, conforme orienta o Referencial Curricular;
- Avaliar ações educativas na prática que tratem dos patrimônios culturais;
- Produzir um material pedagógico referente à Educação Patrimonial, na forma de um livro digital/ebook, para ser utilizado pelas Unidades Escolares da rede estadual de Porto Velho, junto ao currículo de História no ensino médio.

1.3 Relevância Científica e Prática

Esta pesquisa é relevante por propor uma reflexão teórica sobre a importância da Educação Patrimonial abordada na perspectiva da memória e das práticas socioculturais. O entrelaçamento da memória e da história permite entender o valor do patrimônio como um produto da história e um lugar de memória, fundamentais para a construção das identidades coletivas e para o entendimento, no presente, como sujeitos. É essa contribuição teórica que pretendemos deixar com esta tese, com intenção de sensibilizar estudantes, professores e autoridades do estado de Rondônia sobre a importância da preservação e da Educação Patrimonial para a nossa e para as futuras gerações.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de recuperar o valor de pertencimento dos estudantes por meio do conhecimento de sua história, refletido através dos patrimônios culturais. Observamos que os estudantes demonstram desinteresse por essa temática, a qual é fundamental para a construção de sua

identidade. Nesse contexto, é relevante considerar a pesquisa de Kopnin (1978), que argumenta que toda investigação é um "processo orientado por finalidades: é a prática que determina ao indivíduo o que é necessário e o que deve ser conhecido para atender a essas finalidades, bem como quais são as prioridades no processo de conhecimento".

Entendemos que ao separar a teoria da prática ou a prática da teoria:

[...] o homem é destituído de sua capacidade de agir de forma consciente, é impossibilitado de compreender os condicionamentos que o determinam, é privado da possibilidade de (re)construir sua realidade. Ao isolar a teoria da prática ou a prática da teoria, os processos de formação abalam a capacidade do educador de pensar sobre a ação pedagógica, de compreender a estrutura da escola, de aclarar os propósitos da educação, de elucidar as formas de existência e de organização social, em toda sua complexidade e historicidade e [...] de recriá-las, de transformá-las, de superá-las. (SOUZA, 2001, p.3).

Quanto a sua importância teórica para o campo da Educação e preservação do patrimônio, o nosso objetivo desta pesquisa é fundamentar conceitos e práticas da metodologia da Educação Patrimonial com intuito de orientar os professores para a importância da preservação dos bens culturais em que estão inseridos o patrimônio.

Como referência, destacamos as ideias de Marchette (2016), quando reforça a importância de estudar Educação Patrimonial no campo da educação.

A diversidade se conecta a outro tema dos estudos sobre patrimônio cultural: a educação ao alcance de todos. Somente nas sociedades abertas à diversidade o acesso à educação é universal. Sendo uma ação transversal, a educação patrimonial não deve refletir os conteúdos didáticos formais das escolas, mas sim atuar como elemento crítico do aprendizado, fazendo o conhecimento extrapolar os muros da escola, inserindo nos alunos a consciência cidadã do cuidado com o passado. (MARCHETTE, 2016, p. 119).

Como a Educação Patrimonial nasceu de um contexto mundial que valoriza a inclusão, segundo Marchette (2016), "é premissa de toda instituição cultural e dos lugares de memórias pautar suas ações educativas numa perspectiva inclusiva, considerando que tal público contém suas diversidades".

A relevância prática desta tese de doutorado consiste em criar um contexto científico de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, como antropologia, história, geografia etc, e apresentar uma proposta educacional voltada para a

preservação e conservação do patrimônio histórico, por meio de atividades práticas fora do ambiente escolar. No presente momento, não existe uma proposta de ensino nas Unidades Escolares de Rondônia voltada para esta finalidade.

A única obra literária publicada em Rondônia que versa sobre Educação Patrimonial é de autoria de Ednair Rodrigues e Ney Gomes (2022), intitulada “Educação Patrimonial: caiari revendo o passado e cultivando o futuro”. A obra aborda uma Educação Patrimonial voltada exclusivamente para a capacitação de alunos universitários e funcionários da Scientia Consultoria como agentes culturais. O foco principal da obra está voltado para as áreas da arqueologia e antropologia, deixando de fora uma abordagem consistente sobre a história dos patrimônios materiais e imateriais de Rondônia. Segundo os autores:

As atividades iniciais consistem no levantamento de bens culturais e de informações sobre eles; definição de roteiros; elaboração de materiais; formação de jovens estudantes como monitores, com cunho profissionalizante. Para ampliar a participação do público definiram-se datas de feriados nacionais ou locais para realização dos passeios. (RODRIGUES/GOMES. 2022, p.63)

A presente tese visa suprir essa lacuna ao proporcionar uma Educação Patrimonial para a rede de ensino em Rondônia, incentivando os docentes a integrar essa abordagem tanto no ambiente escolar quanto fora dele. A contribuição proposta consiste na elaboração de um modelo que sirva como um referencial para os profissionais da educação, auxiliando-os na implementação de atividades práticas voltadas para a Educação Patrimonial.

Ao término da pesquisa, o aporte prático consistirá na elaboração de um documento que servirá como proposta educacional, conforme detalhado na metodologia. Este documento proporcionará aos educadores das unidades escolares de Rondônia uma ferramenta para a promoção de atividades voltadas à preservação, conservação e manutenção do patrimônio cultural.

1.4 Estrutura do Trabalho

Esta tese foi estruturada em cinco capítulos. No primeiro, identificado como Introdução, apresentamos a delimitação do tema, a relevância metodológica, as práticas, os objetivos e expomos uma revisão bibliográfica.

No segundo capítulo, explanamos sobre os conceitos de memória, história e as práticas socioculturais para uma Educação Patrimonial na unidade escolar.

No terceiro capítulo, propomos uma discussão sobre um currículo que promova a Educação Patrimonial junto aos sujeitos envolvidos no processo educativo.

No quarto capítulo, recomendamos a inserção/inclusão da Educação Patrimonial nos currículos de Porto Velho.

No quinto capítulo, sugerimos um guia prático de Educação Patrimonial, na forma de um livro digital/ebook, para auxiliar o professor em suas atividades em campo.

1.5 REVISÃO DE LITERATURA

Ao fazermos um levantamento aprofundado sobre o tema desta tese, com avaliação e síntese de informações disponíveis em fontes escritas, como livros, artigos científicos, dissertações e teses, nosso objetivo foi identificar, resumir e analisar o estado atual do conhecimento sobre o nosso tema, destacando lacunas, tendências e áreas de consenso ou controvérsia. Essa abordagem foi fundamental para nossa contextualização e embasamento teórico. Segundo Creswell (2007), a revisão de literatura em um estudo de pesquisa tem vários objetivos, funciona como fonte de compartilhamento de informações com o leitor, onde esse encontra os resultados de outros estudos que estão proximamente relacionados ao estudo que está sendo relatado.

Sabemos que uma boa revisão literária permite ao pesquisador identificar metodologias utilizadas em estudos anteriores, compreender diferentes perspectivas teóricas e situar o trabalho no contexto mais amplo da pesquisa existente. Creswell (2007) destaca que ela fornece uma estrutura para estabelecer a importância do estudo e um indicador para comparar os resultados de um estudo com outros resultados. Essa análise crítica da literatura foi valiosa para fundamentar objetivos e metodologia do nosso estudo, contribuiu para a robustez e relevância da nossa pesquisa. A revisão de literatura também nos auxiliou na identificação de lacunas no conhecimento, incentivando novas investigações e contribuições para o campo.

De acordo com Creswell (2007):

Na pesquisa qualitativa, os investigadores usam a literatura de maneira consistente com as suposições de aprendizado do participante, e não para prescrever as questões que precisam ser respondidas sob o ponto de vista do pesquisador. Uma das principais razões para conduzir um estudo qualitativo é que o estudo é exploratório. Isso significa que ainda não foi escrita muita coisa sobre o tópico ou sobre a população em estudo, e o pesquisador tenta ouvir os participantes e construir um entendimento baseado nas ideias deles. (CRESWELL, 2007, p.46);

Uma revisão literária nos mostra um panorama atual e abrangente do conhecimento em uma área específica da pesquisa. Em termos acadêmicos, realizar uma “revisão literária” envolve a análise detalhada e crítica das principais contribuições, teorias, metodologias e descobertas que definem o estado atual do

entendimento em um campo particular. Essa prática é comumente realizada como parte de uma revisão de literatura, permitindo ao pesquisador situar sua própria pesquisa dentro do contexto mais amplo da disciplina e identificar lacunas ou áreas que exigem mais investigação.

Assim, Creswell (2007) corrobora dizendo:

O uso da literatura em pesquisa qualitativa varia de modo considerável. Em estudos qualitativos teoricamente orientados; como etnografias ou etnografias críticas, a literatura em um conceito cultural ou uma teoria crítica da literatura é apresentada pelos pesquisadores no início do estudo como uma estrutura orientadora. Em estudos baseados em teoria, estudos de caso e estudos fenomenológicos, a literatura desempenha um papel menor para estabelecer o cenário. (CRESWELL, 2007, p. 46).

Além de sintetizar o conhecimento existente, a revisão literária busca destacar as tendências emergentes, as controvérsias e as direções futuras possíveis na área de estudo. Ela oferece uma visão completa do desenvolvimento histórico e do estado atual da pesquisa, proporcionando ao pesquisador insights valiosos para orientar suas próprias contribuições e avanços no campo. A análise da revisão literária é fundamental para garantir que uma pesquisa seja inovadora, relevante e contextualmente informada.

Na revisão que realizamos, procuramos identificar os estudos mais próximos do tema da tese produzidos nos últimos dez anos (Artigos, Dissertações e Teses). Recorremos às plataformas “Portal de periódicos, Dissertações e Teses da Capes”, assim como no “Portal Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações” – BDTD. A pesquisa para Dissertações e Teses aconteceu entre os dias 21 a 30 de novembro de 2022. Já para os artigos do periódico da Capes, aconteceu no dia 19 de fevereiro de 2024.

Como bússola norteadora, a pesquisa se concentrou no recorte temporal que corresponde entre os anos 2012 a 2022, para os segmentos Artigos, Dissertações e Teses. A intenção desse recorte foi nos dar a possibilidade de conhecer as mais recentes publicações acadêmicas dentro de um período de 10 anos.

Como forma de afunilar a pesquisa, concentramos a busca em algumas palavras chaves: “Educação Patrimonial”; “Educação e Memória”, “Educação e História” e as “Práticas Socioculturais”. Surpreendentemente, encontramos como resultado mais de 115.082 menções. Desse montante, 912 artigos abordam o tema

Educação Patrimonial; 70.006 versam sobre dissertações de Mestrado, o restante 31.540 sobre tese de Doutorado.

Para obter um resultado mais preciso, foi necessário suprimir algumas palavras chaves, deixando como destaque a “Educação Patrimonial”. A partir da palavra chave em destaque, nos deparamos com 61 Artigos, 15 Dissertações, 39 Teses, porém, nenhuma faz referência ao tema proposto por essa tese de doutoramento.

Como resultado, elencamos os quantitativos das referências bibliográficas citadas pelos artigos assinalados como objeto da pesquisa, constatamos um número expressivo de referências, com uma média razoável de citações por artigo, apesar de haver trabalhos com muitas citações e outros com apenas três. Desta forma, as buscas se concentraram nos últimos dez anos de publicação, de 2012 a 2022 assim exposto no quadro abaixo:

Quadro 1 – Artigos Acadêmicos mais citados e apresentados entre os anos de 2012 a 2022 no portal de Periódico da Capes.

Ano	Autor	Instituição	Título	Resumo
2016	Gevehr, Daniel Luciano; Dilly, Gabriela	APESC - Associação Pro-Ensino em Santa Cruz do Sul	A educação patrimonial no contexto regional: reflexões sobre o patrimônio na perspectiva contemporânea	O artigo problematiza as diferentes abordagens acerca do conceito de educação patrimonial, apresentando-as a partir de sua trajetória no tempo, dentro do espaço brasileiro
2016	Campos, Juliano Bitencourt; Santos, Marcos César Pereira; Pestana, Marlon Borges; Santos, Josiel dos; Matias, Carlos Dos Passos Paulo	Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unisul	Patrimônio e cidadania: a educação patrimonial nas escolas e a formação cidadã	O artigo é parte de reflexões de educação patrimonial desenvolvidas junto às comunidades escolares locais no marco do projeto de pesquisa Arqueologia Entre Rios.
2017	Rossi, Cláudia Maria Soares	Universidade São Francisco	Educação Patrimonial e História da Educação: contribuições para a formação de professores	O artigo tem como proposta realizar uma discussão sobre as possibilidades de articulação entre o ensino da História da Educação e o da Educação Patrimonial
2017	Zarbato, Jaqueline Aparecida Martins	Universidade Estadual de Londrina	Educação patrimonial e aprendizagem histórica: percursos epistemológicos na história ensinada	Este artigo pretende abordar as reflexões da educação patrimonial como contributo nas aulas de História da Educação Básica
2018	Silva, Rodrigo Manoel Dias da	Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo	Escolas, cidades e seus patrimônios: dinâmicas escolares de patrimonialização cultural	Este artigo é um resumo diversos de estudos interdisciplinares que abordam as relações entre patrimônio e memória social têm demonstrado uma descentralização dos processos de patrimonialização cultural

2019	Ana Ferreira de Assis; Andre Fabricio Silva	Fundación Universidad Autónoma de Colombia	História, patrimônio cultural e educação patrimonial: uma reflexão sobre o lugar do patrimônio no âmbito da história	O artigo investiga as atividades de educação patrimonial nas escolas e quais discursos as ementas das disciplinas que tratam do tema, naturalizando a relação História e patrimônio.
2020	Andrade, Larizza Bergui de; Lamas, Nadja de Carvalho	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo	Educação patrimonial no ensino formal: consciência e participação cidadã	O artigo decorre de uma pesquisa qualitativa sobre as pinturas murais do artista plástico Luiz Carlos da Silva, conhecido como Luiz Si, em 21 escolas municipais de Joinville
2021	Malverdes, Clara Zandomenico Salim, Maria Alayde Alcantara	Editora Unijui	O ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES: TEACHING HISTORY AND HERITAGE EDUCATION IN BASIC EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES	O artigo tem como objetivo apresentar uma pesquisa participante que contou com uma intervenção e aplicação de uma metodologia chamada "Imaginando", cujo princípio foi a utilização da linguagem fotográfica na representação do conceito de patrimônio
2021	Clara Zandomenico Malverdes; Maria Alayde Alcantara Salim	Universidade de Campinas	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PROCESSO PEDAGÓGICO	O artigo apresenta resultado de um estudo que teve como objetivo compreender o processo educativo proposto pelo Projeto Aprendendo com os Povos Indígenas,
2022	Pinto, Helena	FapUNIFESP (SciELO)	A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NUM MUNDO EM MUDANÇA	O artigo reforça o estereótipo dos movimentos populistas. A Educação Patrimonial necessita proporcionar sua função dos quadros conceptuais e crenças relevantes para cada pessoa ou comunidade.

Quadro 4 - Artigos Acadêmicos do portal de Periódico da Capes.
Fonte: Elaboração do autor (2023)

Quadro 2 – Trabalhos de dissertações mais citados e apresentadas entre os anos 2012 a 2022 no portal Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - **BDTD**

Ano	Autor	Instituição	Título	Resumo
2016	MAIA, FRANCISCO EDINO BEZERRA	Universidade Estadual do Ceará	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL: INVESTIGANDO OS BENS PATRIMONIAIS DE LIMOEIRO DO NORTE-CE	Esta pesquisa analisa a importância dos bens patrimoniais para a produção da História Local e para o Ensino de História na cidade de Limoeiro do Norte-CE. Tomando como referência o Ensino Fundamental, tivemos por objetivo investigar a Educação Patrimonial como sendo uma forma de provocar no aluno o interesse pela compreensão dos processos históricos que marcam a sociedade em que vive, bem como pelo estudo da chamada História Local.
2017	Silva Junior, Acioli Gonçalves da	Universidade Federal Fluminense	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA: UMA PROPOSTA PARA O TRABALHO DOCENTE	Esse trabalho busca refletir as possibilidades e desafios da educação para além da sala de aula. Com este objetivo, selecionamos o patrimônio cultural da cidade de Cabo Frio, tangível e intangível, como cenário para essa proposta. Buscamos também empreender uma pesquisa sobre o patrimônio histórico municipal, como lugares de memória da localidade, tentando valorizá-los mediante a educação patrimonial, principalmente feita por docentes de História, Geografia e Artes da Rede Municipal a seus alunos.
2018	TORRES NETO, Dilermando Pereira	Universidade Federal de Pernambuco	CIDADE, HISTÓRIA E MEMÓRIA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SÃO BENTO DO UNA – PE	O presente trabalho, Cidade, História e Memória: Educação Patrimonial em São Bento do Una – PE, busca analisar a importância de perceber a relação que há entre o Ensino de História, História Local, Cidade e Patrimônio a partir da observação, registro, pesquisa e apropriação das evidências presentes no espaço urbano. O presente se conecta com o passado a partir dos vários vestígios existentes, por exemplo, em uma cidade
2019	Silva, Reginaldo Rossetto da	Universidade de Caxias do Sul	A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO CAMINHO PARA O CONHECIMENTO	Este trabalho propõe discutir conceitos relacionados à memória, à identidade, à representação, bem como a possibilidade de inserir a Educação Patrimonial no ensino da história como forma de dinamizar e

			DA HISTÓRIA DE BOA VISTA DO SUL	repensar algumas práticas pedagógicas, buscando inovar na busca de novas alternativas de pesquisa e estudos
2019	TAVARES, Daniel Rodrigues	Campus Universitário de Ananindeua	O ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ILHA DE MOSQUEIRO	Este trabalho apresenta uma possibilidade de ensinar História por meio da Educação Patrimonial na Ilha de Mosqueiro – distrito administrativo de Belém, capital do Estado do Pará. Foi desenvolvido na escola Honorato Filgueiras, da rede pública estadual, com alunos do terceiro ano do Ensino Médio, do turno da manhã – duas turmas de 2017 e duas de 2018. A narrativa se constroi discutindo Patrimônio Cultural, História e seu ensino, Educação Patrimonial, Memória, Identidade, Cidadania, numa relação entre o que os educandos entendem desses conceitos e o que autores/historiadores apresentam em sua produção acadêmica.
2019	Miranda, Gilbert Patsayev Marreiro	Universidade Estadual da Paraíba	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PELA LEITURA DE IMAGENS VISUAIS EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA	O objetivo desta dissertação é trabalhar diferentes questões relativas à pesquisa com livros didáticos de História aprovados pelo PNLD 2015 para ensino médio. Compreendendo-os como documentos históricos que oportunizam a compreensão de práticas de educação patrimonial através da leitura de imagens visuais.
2019	Raquel Mello de Souza	Universidade Federal de Minas Gerais	GUIAGENS EM BRASÍLIA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE MODERNISTA OU COMO FLANAR PELO PLANO PILOTO	A presente dissertação narra o processo de construção de um guia de educação patrimonial para a cidade de Brasília com vistas ao resgate da memória de Lúcio Costa, enquanto arquiteto responsável pela concepção do urbanismo modernista da capital federal do Brasil, que a fez ser reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1987
2020	Nunes, Fernanda Bertazzo	Universidade Federal de Santa Maria Centro de Ciências Sociais e Humanas	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: EXPERIÊNCIA APLICADA PARA O MUNICÍPIO DE SANTIAGO – RS	O presente trabalho, intitulado “Educação Patrimonial: experiência aplicada para o município de Santiago – RS”, discute a Educação Patrimonial como possibilidade de ação educativa a ser desenvolvida em escolas, com a finalidade de informar e

				conscientizar os estudantes acerca do valor da preservação dos bens patrimoniais e culturais da sociedade. O foco da pesquisa é o patrimônio cultural da cidade de Santiago, localizada no Rio Grande do Sul, Brasil.
2021	Ribeiro, Lucas Felipe de Ambrósio [UNIFESP]	Universidade Federal de São Paulo	EDIFICAÇÕES PROTEGIDAS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	A cidade paulista de São José dos Campos conta, atualmente, com 31 bens materiais preservados por legislação específica, sendo 16 localizados no centro histórico. Por uma seleção que objetivou incorporar variadas tipologias, décadas de origem, usos e trajetórias, elegeram-se neste trabalho três edif...
2021	Souza, Thalles Yvson Alves de	Fundação Oswaldo Cruz	COLEÇÃO DADINHO: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	A presente pesquisa tem como objetivo desenvolver uma ação de Educação Patrimonial tendo como foco a coleção de esculturas em madeira do artista Geraldo Marçal dos Reis, denominada Coleção Dadinho, que se encontra atualmente sob a guarda da Casa de Cultura Ney Alberto (CCNA), na cidade de Nova Iguaçu...

Quadro 5 - Dissertações do portal Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - **BDTD**

Fonte: Elaboração do autor (2023)

Quadro 3 - Trabalhos de Teses mais citados e apresentados entre os anos 2012 a 2022 no portal da **CAPES**

Ano	Autor	Instituição	Título	Resumo
2015	LÍVIA MORAIS GARCIA LIMA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	TURISMO CULTURAL E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL EM FAZENDAS HISTÓRICAS PAULISTAS: UMA ABORDAGEM INOVADORA NO CAMPO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL	A questão central desta pesquisa foi analisar criticamente os princípios estruturadores das ações de educação patrimonial não-formal, realizadas no âmbito do meio rural paulista, voltadas para o público adulto e idoso, provenientes de diferentes classes sociais, a partir da comparação de três fazendas históricas paulistas
2016	LUIZ ROCHA DA SILVA	A EDUCAÇÃO O PATRIMONIAL AMBIENTAL NA PRÁTICA DO ENSINO CRÍTICO TRANSFORMADOR	EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA - UFMT - UFPA - UEA	Ao aproximar a Educação Patrimonial Ambiental – EPA – da pedagogia freireana, mais especificamente analisando as práticas ciências dos professores do campo em educação ambiental e educação, pode-se estabelecer uma linha de pensamento em que Educação Ambiental Patrimonial significa conscientização, reflexão e desvelo de realidades, os quais tendem a uma transformação.
2017	ALEXANDRE PENA MATOS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CONTEXTO ARQUEOLÓGICO: REFLEXÕES ACERCA DAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS	Esta tese se propôs a uma reflexão da prática da Educação Patrimonial nas duas vertentes do contexto arqueológico, a arqueologia acadêmica e a preventiva.
2018	JALUSKA, TACIANE TEREZINHA.	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ESPAÇO SAGRADO: O POTENCIAL EDUCATIVO NAS OBRAS DE CLÁUDIO PASTRONA AMBIENTAÇÃO DO SANTUÁRIO DE NOSSA	A presente tese está vinculada com a linha Teologia e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR e faz parte do Grupo de Pesquisa Educação e Religião. A educação patrimonial voltada ao patrimônio religioso refere-se a um processo de trabalho educacional centrado no espaço sagrado como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.

			SENHORA APARECIDA/SP SEGUNDO AS PERCEPÇÕES DE VISITANTES E TURISTAS'	
2020	LUIZ CARLOS ROCHA DE OLIVEIRA	ARQUITETURA E URBANISMO	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS.	Esse estudo investiga a Educação Patrimonial como um instrumento de apropriação do patrimônio cultural pelos atores locais para a preservação ou construção da memória coletiva e da identidade coletiva local. A apropriação aqui investigada é a cultural que os grupos sociais realizam com uma manifestação cultural ou um bem, essencialmente patrimonial, por ele estar vinculado à construção da identidade coletiva
2021	OLIVEIRA, RÔMULO JOSÉ FONTENELE.	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SABERES E PRÁTICAS DA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE EDUCADORES DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA, PIAUI, BRASIL (1970-2019)	A partir de 1970 a Serra da Capivara no Piauí ficou conhecida mundialmente pela quantidade de pinturas rupestres e vestígios de populações humanas pré-históricas em meio ao Bioma Caatinga. Pesquisas em áreas como arqueologia, antropologia, paleontologia, geologia, história e biologia foram feitas em cinco décadas por pesquisadores como Niède Guidon e Vilma Chiara.
2021	MAGALI LUZIO FERREIRA	RUA 14 DE JULHO DE CAMPO GRANDE - MS: UMA INTERSECÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL NA	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	A presente pesquisa investiga os pressupostos do patrimônio histórico-cultural, com enfoque na educação patrimonial, tendo por objeto de estudo a Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS. Os participantes foram professores, alunos da Rede Municipal de Ensino, técnicos da Secretaria Municipal de Educação/SEMED e da Secretaria da Cultura e Turismo/SECTUR

		PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL		
2021	ANA GABRIELA SABA DE ALVARENGA MOREIRA DA COSTA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - UM CAMINHO PARA ESPERANÇAR: PROJETOS ESCOLARES DE HISTÓRIA NO RIO DE JANEIRO	A tese tem como tema a Educação Patrimonial, observada nas práticas de projetos escolares de professores de História da rede municipal do Rio de Janeiro, especialmente no Rolé na Penha. Um projeto elaborado pelo professor de História juntamente com seus alunos, em uma escola municipal na Vila Cruzeiro, favela do bairro da Penha na cidade do Rio Janeiro
2022	FERREIRA, JOSÉ HELENO.	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: NAS TRILHAS DOS MENINOS E MENINAS DO "BREJO DA CRUZ", OS CAMINHOS PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À CIDADE À MEMÓRIA'	O patrimônio cultural é uma temática que nos remete à reflexão acerca da estrutura colonialista, patriarcal, racista e machista da sociedade brasileira. Não é possível dissociar este debate das questões relacionadas à desigualdade econômica e social, marcas profundas em nossa história, no nosso passado e no tempo presente.

Quadro 6 - Teses do portal da **CAPES**

Fonte: Elaboração do autor (2023)

Dentre os artigos, dissertações e teses que foram pesquisadas, alguns são de maior interesse para o aprimoramento e sugestão para a tese em construção, outros serviram como bússola norteadora para o melhoramento da nossa escrita e ideia.

Abaixo apresentamos um breve comentário sobre os estudos que interessam diretamente a esta tese.

Podemos considerar que o artigo de Juliano Bitencourt, Marcos César Pereira, Marlon Borges, Josiel dos Santos, Carlos dos Passos Paulo sobre PATRIMÔNIO E CIDADANIA: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS ESCOLAS E A FORMAÇÃO CIDADÃ, (2016) da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unisul, dialoga com este trabalho quando procura dar ênfase ao desafio entrelaçado entre teoria-prática-cidadania. O referido artigo faz uma reflexão das ações voltadas para

Educação Patrimonial desenvolvidas junto às comunidades escolares locais no marco do projeto voltado para a Arqueologia, procurando dar ênfase ao desafio entrelaçado entre teoria-prática-cidadania, na construção de um cidadão mais consciente, com conhecimentos mais abrangentes e socialmente mais justo.

O trabalho de Rodrigo Manoel Dias sobre ESCOLAS, CIDADES E SEUS PATRIMÔNIOS: DINÂMICAS ESCOLARES DE PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL (2018) da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, conversa com essa investigação quando busca refletir sobre a condição da escola enquanto agente ativo nos processos de salvaguarda das memórias e das culturas locais e regionais.

Nesse artigo, os autores abordam as relações entre patrimônio e memória social em um processo de descentralização dos processos de patrimonialização cultural, cujo eixo estruturador desloca-se para o Estado, enquanto ator privilegiado na seleção e conservação do que se convencionou como patrimônio.

Em um primeiro momento, o artigo chama atenção para o sentido do contexto da redemocratização política no Brasil e sobre o papel do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, evidenciando as alterações nas correlações de força entre atores governamentais e agentes sociais, a partir das quais coletividades historicamente ausentes ou silenciadas encontraram novas condições políticas e revitalizaram experiências de luta por cidadania e justiça social. No segundo momento, os autores chamam atenção para as transformações nas concepções de patrimônio e suas influências sobre as políticas e as práticas de Educação Patrimonial no país.

O artigo dos autores Ana Karen Rosado Teixeira, Juliano Bitencourt Campos, Gildo Volpato, Marcos César Pereira Santos sobre EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PROCESSO PEDAGÓGICO (2021) da Universidade Estadual de Campinas, é comparável com esta tese quando conclui que é imprescindível um processo pedagógico de educação patrimonial qualificado que proporcione experiências e ações significativas aos estudantes.

Nesse artigo, o que nos chamou atenção foram os resultados do estudo que obtiveram para compreender o processo educativo proposto pelo Projeto Aprendendo com os Povos Indígenas e suas contribuições da Arqueologia, por meio de evidências científicas para a aprendizagem e o reconhecimento do

patrimônio cultural dos povos originários, valorizando suas identidades e percepções de ambiente e natureza.

Com relação ao patrimônio, os dados mostraram que as atividades desenvolvidas por meio de visitação, oficinas e registros no decorrer do projeto provocaram engajamento, reflexão e empatia dos estudantes para com os povos indígenas e seu patrimônio cultural.

Os autores sustentam que é imprescindível um processo pedagógico de Educação Patrimonial qualificado, que proporcione experiências e ações significativas aos estudantes, capazes de desenvolver um olhar de compaixão, respeito e admiração aos povos indígenas, à sua história, seus costumes e sua cultura.

A dissertação de Reginaldo Rossetto da Silva sobre A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO CAMINHO PARA O CONHECIMENTO DA HISTÓRIA DE BOA VISTA DO SUL (2019) da Universidade de Caxias do Sul, procurou discutir conceitos relacionados à memória, à identidade, à representação, bem como a possibilidade de inserir a Educação Patrimonial no ensino da história como forma de dinamizar e repensar algumas práticas pedagógicas, buscando inovar na busca de novas alternativas de pesquisa e estudos. Esse trabalho acaba se aproximando desta tese quando o autor chama atenção para as práticas relacionadas aos caminhos indicados pelo IPHAN para identificar possíveis bens materiais e imateriais, assim como a necessidade de reconhecimento, conscientização e de preservação de patrimônios arquitetônicos.

Um outro trabalho que se aproxima desta tese, é a pesquisa da autora Fernanda Bertazzo Nunes sobre EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: EXPERIÊNCIA APLICADA PARA O MUNICÍPIO DE SANTIAGO – RS (2020) da Universidade Federal de Santa Maria. A pesquisadora sustenta a ideia de Educação Patrimonial como possibilidade de ação educativa a ser desenvolvida em escolas, com a finalidade de informar e conscientizar os estudantes acerca do valor da preservação dos bens patrimoniais e culturais da sociedade.

Um aspecto importante desse trabalho é intenção de promover ações de Educação Patrimonial como forma de valorizar o patrimônio e compreender como os estudantes de escola pública percebem o patrimônio cultural de sua cidade. Assim como esta pesquisa, a autora elaborou um produto final, sendo uma cartilha

educacional que foi utilizada posteriormente em sala de aula.

Os estudos de LUIZ CARLOS ROCHA DE OLIVEIRA, sobre o tema ARQUITETURA E URBANISMO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS (2020), se aproxima da intenção desta pesquisa quando o autor sustenta que as investigações da Educação Patrimonial servem como um instrumento de apropriação do patrimônio cultural pelos atores locais para a preservação ou construção da memória coletiva e da identidade coletiva local. O autor procurou compreender as características das ações educacionais, e as contribuições que delas possam advir para fomentar a apropriação real do patrimônio cultural pelos atores locais.

A tese que mais se aproxima da intenção desta pesquisa é a da pesquisadora Ana Gabriela Saba de Alvarenga Moreira da Costa, abordando o tema EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - UM CAMINHO PARA ESPERANÇAR: PROJETOS ESCOLARES DE HISTÓRIA NO RIO DE JANEIRO (2021) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. A referida tese dialoga com nossa pesquisa quando o objetivo é observar nas práticas de projetos escolares de professores de História da rede municipal do Rio de Janeiro, especialmente um projeto elaborado por um professor de História juntamente com seus alunos, em uma escola municipal na Vila Cruzeiro, favela do bairro da Penha na cidade do Rio Janeiro.

1.6 METODOLOGIA

Natureza e Tipo de Pesquisa

Esta pesquisa se baseia no método qualitativo que, segundo Creswell (2007), “é um método que busca compreender fenômenos complexos através da análise aprofundada de dados não quantificáveis, como entrevistas, observações e análise de conteúdo”. Esse método prioriza a compreensão do significado e do contexto, permitindo uma abordagem mais interpretativa e holística em relação aos fenômenos estudados.

A pesquisa qualitativa destaca a importância do envolvimento direto do pesquisador no campo, permitindo uma coleta de dados mais contextualizada e sensível às nuances do ambiente estudado. A flexibilidade é uma característica chave, pois os métodos podem ser adaptados durante o processo, possibilitando a exploração de novas perspectivas emergentes. Essa abordagem frequentemente resulta em descrições detalhadas e interpretações ricas, contribuindo para uma compreensão mais profunda dos fenômenos investigados.

Para Creswell (2007), a pesquisa qualitativa é interpretativa, com o investigador geralmente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes. Isso introduz um leque de questões estratégicas, éticas e pessoais no processo de pesquisa qualitativa (Locke et al, 2000).

No âmbito da pesquisa qualitativa, empregamos duas técnicas de pesquisa, a bibliográfica e a documental.

A técnica de pesquisa bibliográfica é, segundo Michaelis (2015), (...) “área do conhecimento que tem por objeto a descrição e classificação de textos impressos, mediante critérios de sistematização definidos (autoral, histórico, geográfico, cronológico, temático etc.), de modo a viabilizar e facilitar o acesso”. Essa etapa, segundo Lima e Miotto (2007), refere-se à classificação do material selecionado como fonte de pesquisa como por exemplo: livros, coletânea de textos (citando o nome daqueles que foram consultados), teses e dissertações, periódicos (citando o nome daqueles que foram consultados).

Para os estudos sobre patrimônio histórico e cultural recorreremos aos estudos de Françoise Choay (1925), Nilson Machado (2000) e Nara John (2021).

Para problematizar as relações da memória e da história com a Educação Patrimonial visitamos aos estudos de Stanger (2013), quando esse fala que as sociedades, nos mais variados tempos, buscaram construir sua identidade, definir seus parâmetros de pertencimento, recorrendo ao passado.

Para entender as relações entre a história e o patrimônio, levamos em consideração os estudos de Pierre Nora (1993) e Michel Pollak (1992). Ambos têm trabalhos desenvolvidos nessa vertente de elencar o sentido do patrimônio enfatizando a história, o que amplia ainda mais o conceito de pertencimento, desenvolvendo o lado afetivo e o sentido de preservar o patrimônio.

Quanto às relações entre patrimônio e educação utilizamos a obra de Marchette (2016), essa autora menciona que “somos sujeitos da história e de que esta é construída com saberes e os fazeres”.

Utilizamos nossa pesquisa para explorar as relações entre memória e história, com especial ênfase na obra de Jacques Le Goff (1924), *História e Memória*. O renomado historiador contribui de maneira significativa para a discussão ao refletir sobre os conceitos de história e memória. Le Goff aborda a ideia de que a compreensão da história é frequentemente moldada pelo presente, referindo-se à célebre afirmação de Benedetto Croce em *La storia come pensiero e come azione*, que propõe que “toda a história” é, de fato, “história contemporânea” (Le Goff, 1924, p. 24). A memória, para Le Goff, conserva informações, remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (Le Goff, 1924, p. 419).

A técnica de pesquisa documental, segundo Oliveira (2007), é aquela que recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, são fontes primárias. Para a autora, “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (Oliveira, 2007, p. 70).

Sendo assim, é perceptível que a pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica, o elemento que diferencia está na natureza das fontes.

Os documentos utilizados na tese foram: Base Nacional Comum Curricular (2018), Plano Nacional de Educação (2014); Lei de Diretrizes de Base, (1996); Diretório Curricular do Novo Ensino Médio (2012); o Referencial Curricular de

Rondônia (2021) e os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas alvo desta pesquisa. A intenção com esta documentação é problematizar as ações educativas Federais e do estado de Rondônia, assim como as normativas que regem a rede estadual, mais especificamente, junto às escolas urbanas do ensino médio de Porto Velho.

Para essa pesquisa, analisamos os Projetos Políticos Pedagógicos de quatro (4) escolas, sendo uma da zona rural e as outras três da zona urbana, temos assim as seguintes escolas: Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Rondônia II, localizada no distrito de Jaci Paraná, zona rural de Porto Velho, distante 78 km da capital; Escola Carmela Dutra, localizada na avenida Farquar, centro da cidade de Porto Velho, sendo a escola mais antiga dentre as pesquisadas; Escola Major Guapindaia, localizada no Bairro Santo Antônio, uma das escolas que mais aparece com suas ações educacionais e por fim, a Escola João Bento da Costa, localizada na zona sul da cidade de Porto Velho, sendo a maior escolas em quantidade e de estudante no estado de Rondônia. Essas escolas apresentam similaridades na confecção dos seus Projetos Políticos Pedagógicos, estando em sintonia com o referencial teórico e com a Base Comum Nacional. Todavia, em conversas informais que mantivemos com professores e gestores dessas instituições, e com base em minha experiência de gestão, verificamos que a abordagem da Educação Patrimonial não é colocada em prática.

Nesse sentido, coube-nos uma investigação nas escolas citadas para descobrir o motivo do não cumprimento com base no Referencial que veremos no item 4.3, visto que, segundo Marchette (2016), o registro de Educação Patrimonial no ensino básico brasileiro vem desde 2013 como forma de contribuir para o enriquecimento e identificação do patrimônio nacional em sua diversidade.

Os Projetos Políticos Pedagógicos devem ser elaborados e desenvolvidos com o objetivo de promover uma ruptura com o presente, ao mesmo tempo em que articulam propostas e promessas voltadas para o futuro. Nesse sentido, Gadotti (1994) enfatiza que:

Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos

de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, p. 579)

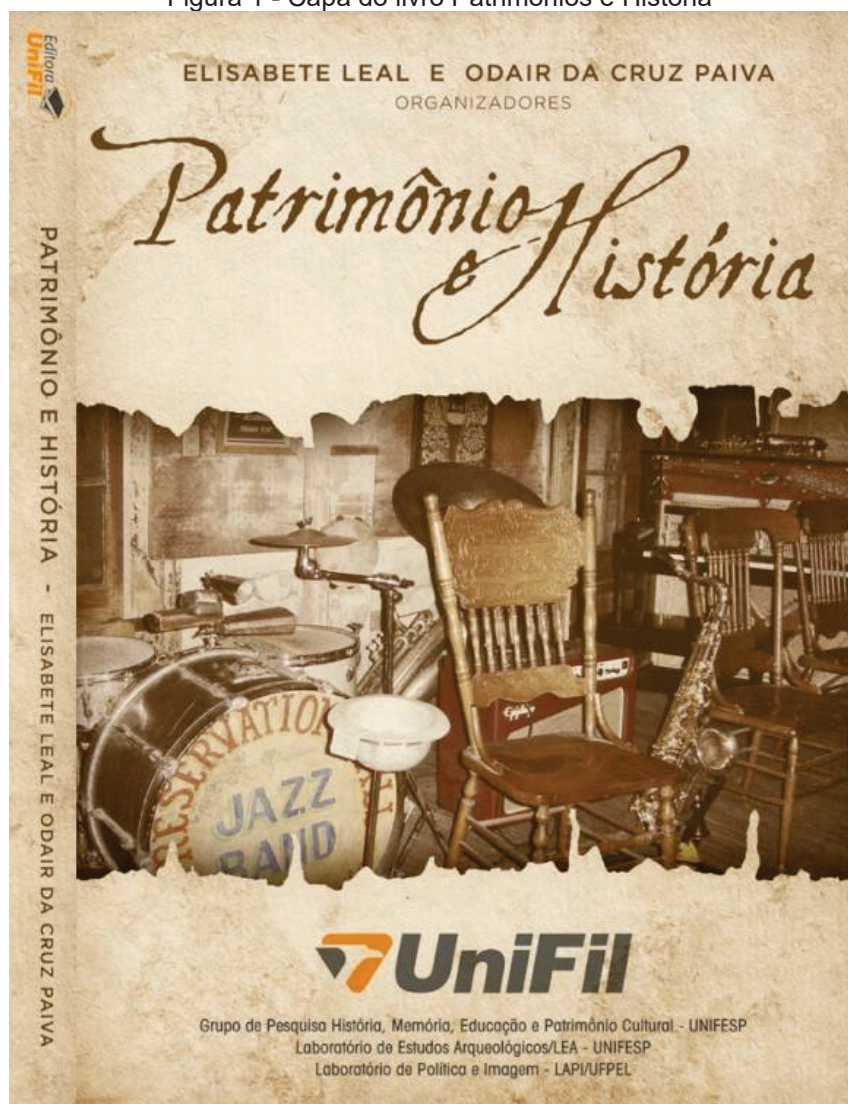
Para Veiga (2004), os Projetos Políticos Pedagógicos apresentam, na sua estrutura, três marcos distintos¹¹: o ato situacional, o ato conceitual e o ato operacional.

Esta pesquisa tem por principal intenção pesquisar as escolas citadas acima, os estudantes das séries finais, 3º anos do ensino médio que participam de atividades voltadas para a Educação Patrimonial, além de oferecer à rede pública de ensino uma proposta educacional, na forma de um livro digital/ebook, voltado para o ensino de Educação Patrimonial, que funcione como um guia de orientação aos professores, sobre preservação e conservação do patrimônio cultural no estado de Rondônia.

O livro digital/ebook paradidático proposto é semelhante ao que foi publicado na cidade de Londrina – PR em 2014, organizado por Elizabete Leal e Odair da Cruz Paiva com o título: Patrimônios e História, conforme capa abaixo.

¹¹ Para VEIGA (2004), o Ato situacional (diagnóstico a partir das características específicas da escola, da comunidade e da sociedade na qual está inserida); ato conceitual (manifesta a realidade desejada) e o ato operacional (apresenta as ações e a organização necessária para reduzir a distância entre o ato situacional e o conceitual).

Figura 1 - Capa do livro Patrimônios e História



Fonte: UniFil

Inspirada nessa obra paradigmática, nossa proposta é reunir em um livro digital/ebook um mosaico de temas importantes que auxilie os professores a executar uma prática de Educação Patrimonial em suas respectivas escolas.

Após a concepção da obra, procederemos à seleção das imagens que serão incorporadas tanto na capa quanto no miolo, com a devida referência a cada uma delas. Em seguida, elaboraremos o roteiro do sumário, enfatizando os tópicos pertinentes à Educação Patrimonial, conforme delineado no sumário a seguir. Após a diagramação e a revisão por um especialista, a obra é submetida ao processo final de conclusão.

A obra terá a seguinte composição:

Inicialmente, apresentaremos um conceito abrangente de patrimônio histórico e cultural. Em seguida, distinguiremos entre patrimônio material e imaterial. Prosseguiremos com uma análise dos monumentos históricos e das legislações que os regulamentam no Brasil, com ênfase específica no estado de Rondônia. Posteriormente, identificaremos os monumentos históricos de Rondônia e forneceremos um guia de visita para a exploração desses patrimônios. Por fim, apresentaremos uma proposta de discussão sobre Educação Patrimonial e suas implicações práticas no contexto escolar.

Proporemos também um guia prático de Educação Patrimonial em campo.

O conteúdo do material paradidático será organizado conforme o sumário abaixo:

Para o lançamento da obra, faremos uso de meios de comunicação como rádio e tv para anunciar o resultado da pesquisa, assim se ampliaremos a rede de divulgação simultâneo para todo o estado de Rondônia, instituições, escolas e principalmente aos nossos estudantes.

Para obter o livro digital/ebook de forma gratuita, todos os professores e estudantes da rede de ensino do estado terão acesso ao link da obra através das minhas redes sociais: Instagram – Facebook – Canal do Youtube e grupo de WhatsApp.

Composição da obra:

- Sumário
- Introdução
- Conceito de Patrimônio
- A diferença entre Patrimônio Material e Imaterial
- O que são monumentos históricos?
- As leis que regem os monumentos no Brasil
- Os monumentos históricos de Rondônia
- Conhecendo a história dos monumentos de Rondônia
- O que é Educação Patrimonial?
- Como praticar Educação Patrimonial em sala de aula
- Praticando a Educação Patrimonial em campo

CAPÍTULO 2 – Uma reflexão sobre os conceitos de memória, história e as práticas socioculturais para uma Educação Patrimonial na escola.

Valorizar o passado e sua memória não significa desrespeitar o presente e suas demandas. (CARVALHO, 2014)

A finalidade deste capítulo é propor uma discussão sobre os conceitos de memória, história e as práticas socioculturais, fundamentais para o entendimento da importância da preservação do patrimônio. A memória, para Diehl (2002), é a tecelagem do tempo que entrelaça experiências passadas no presente. Para Jenkins (2001), a história, embora seja um discurso sobre o passado, está numa categoria diferente dele. A história é a reconstrução do passado pelas mãos dos historiadores. Para Choay (2017), os patrimônios são testemunhos que nos restam de alguma potência ou grandeza dos séculos passados. Os tópicos abordados constituem a arquitetura da identidade, moldando quem somos através das recordações que escolhemos reter.

Às vezes, a memória é uma aliada confiável, uma narradora subjetiva que molda nossa percepção.

Segundo Rossi,

A memória precede cronologicamente a reminiscência e pertence à mesma parte da alma que a imaginação: é uma coleção ou seleção de imagens com o acréscimo de uma referência temporal (...) voltar a lembrar implica um esforço deliberado da mente; é uma espécie de escavação ou de busca entre os conteúdos da alma. (ROSSI, 2010, p.16).

A memória é vista como uma tapeçaria complexa, onde lembranças vívidas e fragmentos embaçados coexistem, sua natureza falível nos lembra que a linha entre o real e o imaginado pode ser tênue, desafiando a compreensão da verdade que segundo Le Goff (2003):

Cabe aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. Por ser seletiva, muitas vezes a memória favorece momentos carregados de emoção. (LE GOFF, 2003, p.471).

Além disso, a memória é como um espelho que reflete não apenas nossas experiências, mas também as interpretações que damos a elas. À medida que revisitam o passado, as recordações são remodeladas pelo filtro do presente, criando uma narrativa em constante evolução. Nesse diálogo contínuo entre ontem e hoje, descobrimos que a memória não é apenas um arquivo estático, mas sim um processo dinâmico de construção de significado.

Ao abordarmos a história, ligamos o elo entre a memória e as práticas socioculturais, para Le Goff (2003):

A ciência histórica conheceu, desde há meio século, um avanço prodigioso: renovação, enriquecimento das técnicas e dos métodos, dos horizontes e dos domínios, mas, mantendo com as sociedades globais relações mais intensas que nunca, a história profissional e científica vive uma crise profunda. O saber da história é tanto mais confuso quanto mais seu poder aumenta. (LE GOFF, 2003, p.23).

Além disso, a história é intrinsecamente ligada à percepção da memória, que por sua vez é ligada ao tempo. Enquanto algumas lembranças resistem ao teste do esquecimento, outras se desvanecem, dissolvendo-se na corrente do esquecimento. Essa dança entre as lembranças molda nossas jornadas, influenciando escolhas e perspectivas à medida que navegamos pelos dias que se desdobram diante de nós.

Sendo assim, no intrincado mosaico da história e memória, encontramos a dualidade fascinante de preservar os nossos patrimônios, sem perder a essência de sua valorização. Cada lembrança da história é um fio entrelaçado na tapeçaria de nossa existência, mas, simultaneamente, a passagem do tempo tece novos desafios à sua integridade. Assim, preservar os patrimônios é uma constante negociação entre a retenção do passado e a inevitabilidade da transformação, que segundo Franco (2019):

Além dos patrimônios imóveis, temos os bens patrimoniais materiais móveis que não se apresentam como uma referência fixa na paisagem, que são os documentos, que são fontes de comprovação de fatos, aspectos culturais e etc., que poder ser obras de arte, como pinturas, etc., muitos destes organizados em espaços culturais, como museus, bibliotecas, centros culturais, entre outros. (FRANCO, 2019, p.19).

Diante do exposto, o capítulo a seguir procurou discutir a importância da memória para a humanidade, a preservação da memória patrimonial e o futuro do patrimônio para a sociedade assim como a preservação e sua consciência crítica.

Nossa pesquisa está alicerçada nas memórias dos patrimônios Materiais e Imateriais da cidade de Porto Velho: MEMORIAL RONDON - 3 CAIXAS D'ÁGUA - MEMORIAL JORGE TEIXEIRA - ANTIGO AEROPORTO - ENG - CARMELA DUTRA - BAIRRO CAYARI - PALÁCIO GETÚLIO VARGAS - PORTO VELHO HOTEL - CASA DO ALBINO HENRIQUE - MERCADO CENTRAL - PRAÇA GETÚLIO VARGAS - CATEDRAL S. CORAÇÃO DE JESUS - COLÉGIO BARÃO DOS SOLIMÕES - EDUCANDÁRIO DOM BOSCO – MAÇONARIA - 1ª PREFEITURA - PRAÇA JONATHAS PEDROSA - CAFÉ SANTO - EDIFÍCIO FEITOSA - EDIFÍCIO LIBANÊS - CASA E CINE RESKY - FÓRUM RUI BARBOSA - PRAÇA MARECHAL RONDON - BANCO DA BORRACHA - PRAÇA DA FEB - CLUBE INTERNACIONAL - USINA DE LUZ CERON e PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO E.F.M.M.

2.1 A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA PARA A HUMANIDADE.

Existem diferentes formas de conceituar a memória. Os estudiosos enfatizam diferentes aspectos e características, dependendo da perspectiva que adotam. A memória também é pensada de diferentes maneiras, dependendo do campo do conhecimento dos estudiosos.

Para Le Goff (2003), a memória é vista como propriedade de conservar certas informações, remete em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 2003 p.419).

Para Squire (2009), “a memória pode ser definida como o processo pelo qual as informações são codificadas, armazenadas e recuperadas”. Baddeley (1997) define a memória como uma “função cognitiva que permite que uma pessoa mantenha temporariamente e manipule informações na mente”. Já Tulving (1985) sugere que “a memória é composta por diferentes tipos de sistemas de armazenamento de informações”, incluindo a memória episódica (memória de eventos pessoais), memória semântica (conhecimentos gerais) e memória procedural (habilidades motoras).

Além disso, a teoria da memória, segundo Atkinson e Shiffrin (1968), sugere que a memória consiste em três estágios: “memória sensorial (informação imediata), memória de curto prazo (informação mantida por um breve de tempo) e memória de longo prazo (informação mantida por um período mais longo)”. Outros pensadores como Miller (1956) sustentam que “a memória de curto prazo tem uma capacidade limitada de cerca de sete itens, mais ou menos dois”. Por fim, Schacter (2001) propõe que “a memória é afetada pelo esquecimento e pela distorção de informações ao longo do tempo, bem como pelo efeito da interferência de informações conflitantes”.

Além de ser uma parte importante da experiência humana, a memória tem um lugar importante na construção da identidade e personalidade individuais, pois permite lembrar experiências passadas, aprender com erros e desenvolver a compreensão do mundo ao redor.

Alguns estudiosos, como Endel Tulving (2002), psicólogo e pesquisador da memória, acreditam que possa se tratar de um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, afirmando que:

[...] a memória semântica é a memória dos fatos e conceitos mais gerais. Já a memória episódica é altamente pessoal e depende das experiências individuais e das percepções do mundo de cada pessoa. (TULVING, 2002, p.5)

A memória, além de ser individual, ela pode ser coletiva, quando algum integrante do grupo viveu e narrou os acontecimentos conforme sua trajetória, que possa relembrar de tudo que está guardado em sua lembrança/memória, mesmo que de forma assimétrica.

Michel Pollak (1992), psicólogo e neurocientista, conhecido por suas pesquisas sobre a memória, desenvolveu a teoria de que a memória episódica é formada por um conjunto de representações gráficas complexas que incluem informações sobre as sensações sensoriais, as emoções e o contexto em que a experiência ocorreu. Seguindo nessa mesma linha de raciocínio, Fonseca (2014) argumenta que essas representações são armazenadas em várias regiões do cérebro, como o córtex pré-frontal e o hipocampo, e são organizadas de uma forma hierárquica que permite uma recuperação mais fácil e precisa da informação (FONSECA, 2014, p. 241)

Pollak (1992) também tem pesquisado os processos cognitivos e neurais envolvidos na memória de curto prazo e na memória de trabalho, que são importantes para a capacidade de manter e manipular informações em mente por um curto período de tempo. Suas pesquisas têm mostrado que a memória de trabalho depende de uma rede de regiões aéreas que incluem o córtex pré-frontal dorsolateral, do córtex parietal e o córtex cingulado anterior.

Uma das áreas de pesquisa mais recentes de Michel Pollak (1992) tem sido a investigação dos procedimentos neurais envolvidos na formação de memórias falsas. Ele e sua equipe têm utilizado técnicas de neuroimagem para investigar como as memórias falsas são formadas no cérebro, e encontraram provas de que essas memórias podem envolver uma rede de regiões aéreas que inclui o córtex pré-frontal, o hipocampo e o córtex temporal.

Pollak (1992) também tem sido um crítico da ideia de que a memória é uma cópia precisa de eventos passados, argumentando que a memória é uma reconstrução ativa e subjetiva do passado que é influenciada por fatores como a emoção, o contexto e as expectativas do indivíduo. Ele argumenta que a memória não é um registro fiel da realidade, mas sim uma interpretação pessoal e subjetiva dos eventos que foram vivenciados.

Para Pollak (1992), todos aqueles que já realizaram uma entrevista de história oral, percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante.

Pollak menciona que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

As diversidades das lembranças e das memórias revelam-se também disputas e litígios entre os próprios subgrupos. A deportação foi vivenciada de modo diferente, conforme suas razões oficiais. Um motivo com a participação na Resistência era mais fácil de valorizar depois da guerra do que, por exemplo, ter sido preso numa blitz por ser judeu. Ou ainda, ter sido deportado por condenação de delito penal, por ter atuado no mercado negro. Há uma multidão de motivos, uma multidão de memórias e lembranças que tomam difícil a valorização em relação à sociedade em geral e que podem ser a origem de conflitos entre pessoas que vivenciaram o mesmo acontecimento e que, a priori, por terem elementos constitutivo comuns em suas vidas, deveriam sentir-se como pertencentes ao mesmo grupo de destinos, à mesma memória. (POLLAK, 1992, p.6)

Outro pesquisador que vem se dedicando aos estudos da memória e cultura, é o francês Pierre Nora, consagrado historiador e intelectual, mais conhecido por seu trabalho sobre a memória coletiva da nação francesa.

Segundo Nora (1993), as sociedades despertaram de seus sonhos etnológicos pela violenta ação colonial imposta pelo colonizador, tirando a película efêmera da atualidade, substituindo a memória voltada para a herança de sua própria intimidade.

O trabalho de Pierre Nora teve um impacto significativo no estudo da história, cultura e sociedade francesas, e suas ideias sobre a natureza da memória coletiva continuam a ser amplamente discutidas e debatidas. Nora também foi um defensor

ativo da história pública, a ideia de que a história deve ser compartilhada com o público em geral, e não apenas com acadêmicos e especialistas. Ele fundou o periódico "Le Débat", em 1980, que se tornou um dos principais fóruns de discussão intelectual na França, abordando temas como política, cultura, história e sociedade.

Nora (1993) corrobora dizendo que a “memória é uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida, uma ruptura de equilíbrio”. Desta forma, o referido autor lembra-nos que, se tratando de memória, seria um esquecimento no passado sem vínculo com o presente.

Já para Maurice Halbwachs (1990), a memória deve ser entendida também como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. É preciso entendermos que dentro daquilo que foi guardado, pode haver um lapso de tempo, um esquecimento de parte daquilo que foi vivido. Por isso, na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes e imutáveis.

A memória é uma função cognitiva fundamental que permite que o indivíduo aprenda com a experiência, adapte comportamento e construa uma identidade pessoal ao longo do tempo.

Os lugares de memória numa cidade dependem do seu desenho e podem se constituir por ruas, monumentos, cemitérios, igrejas e praças. Nestes lugares são escritas as histórias que ganham formas e imagens, retratando as construções do passado e permitindo ao presente a leitura sobre o passado, lugares de sensibilidade (NOGUEIRA, 2015, p. 26/27).

A memória é um pequeno campo do cérebro que guarda as boas e más lembranças vividas por pessoas. Para a socióloga Eclée Bosi (1994), a Memória é seletiva, nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado. A frase proferida por Bosi é uma síntese da perspectiva crítica sobre a memória, que a vê como uma construção subjetiva e incompleta que é influenciada por fatores sociais e culturais.

Com base em nossa análise sobre memória, observamos que esta é, em parte, uma herança que pode experimentar variações conforme o contexto e o momento em que é articulada e expressa. Todas preocupações servem de base para a estruturação dos elementos da memória. Por tanto, a memória é vista como um fenômeno construído pelo homem.

Em uma abordagem mais aprofundada e distinta, Nora (1993) menciona a diferença entre memória e história, quando confirma que ambas estão longe de serem sinônimas, quando uma opõe-se à outra.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p.9)

Na mesma linha de raciocínio, o autor fala sobre o papel da história: “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, já a memória, é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história, uma representação do passado.”

Uma vertente de pensamento relevante que nos chamou atenção foi a que defende que a construção de uma identidade, tanto individual quanto coletiva, passa pela linha da memória e da história, ambas caminham juntas na concepção desse entendimento. Por isso tanto a memória como identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais.

Outra percepção é de que a história tem em sua essência natural uma crítica à memória espontânea. Visto que a memória é sempre suspeita para a história, por não confiar no equilíbrio do raciocínio, pois lacunas ou lapsos de memórias acontecem. Desta maneira, um recorte do tempo vai sendo consumido pelo esquecimento. Como disse Nora (1993), “a memória será sempre suspeita para a história, cuja sua verdadeira missão é destruí-la e a repelir. Sendo a história deslegitimação do passado vivido”.

De acordo com Michel Pollak:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta. (POLLAK, 1992, p.8)

Para Pereira (2022), cabe ao professor a escolha do local para explorar a sensibilidade histórica de seus estudantes, assim:

Ao utilizar os espaços sensíveis de memórias como recursos didáticos, os professores podem promover estratégias em formatos de oficinas ou

vivências. O professor como mediador no processo pode estimular os estudantes a conhecerem a história local a partir de sua história de vida, de sua família ou da comunidade, no movimento do particular para o geral. (PEREIRA, 2022, p.33)

Alguns estudiosos se debruçam sobre o tema da memória e lugar, dão suas opiniões, cada um a seu modo e conhecimento, como afirma Susana Gastal (2006), segundo a estudiosa, nos lugares estão “as marcas do local construídas no tempo”. Para a autora, “O Lugar seria o Lócus, no tempo e no espaço, do acúmulo de experiência em forma de história e de tradição, a segurança da identidade”. (Susana Gastal, 2006, p.101).

Pierre Nora (1993) utiliza a expressão “lugar antropológico” para qualificar o local onde se dá a construção concreta e simbólica do espaço. Ao utilizar a expressão “lugares de memória” para se referir aos locais valorosos em que se pode construir a nossa identidade.

Todo ser humano guarda consigo uma história vivida no passado, onde remete um lugar, tempo, período e estação. Uma espécie de paisagem vivida e guardada a sete chaves em um lugar chamado memória.

Para os autores, essa representação traz:

É nesse sentido que é possível falar numa memória que impregna e restitui a alma nas coisas, referida a uma paisagem (inter) subjetiva onde o objeto (re) situa o sujeito no mundo vivido mediante o trabalho da memória coletiva que o objeto, enquanto expressão da materialidade da cultura de um grupo social remete à elasticidade da memória como forma de fortalecer os vínculos com o lugar, considerando as tensões próprias do esquecimento. (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p.39)

Diehl (2002) relata que a memória tem seus desgastes com o passar do tempo, chamando esse processo de “corrosão temporal”. Para o autor, a memória vai perdendo força, capacidade de explicativa, capacidade de informar, tornar-se transparente, sem pontos de referências substantivos para manter suas funções. (Diehl, 2002, p.19).

Desta forma, Diehl (2002) orienta:

A memória deve ser “refrescada diariamente” e sugere como alternativa que a memória seja grafada, narrada, tornada uma fonte histórica ou, também, que seja identificada, reconhecida e transformada em Patrimônio Histórico Cultural da coletividade. (DIEHL, 2002, p.119)

Nora (1993) apresenta os lugares de memórias como lugares simbólicos em que a memória coletiva se expressa e se revela. A cidade de Porto Velho possui vários monumentos em seu centro histórico que respiram memória e exalam histórias. Como exemplo, podemos citar como lugar de memória, as 3 Caixas d'Água que vieram da cidade de Chicago EUA e foram instaladas na parte alta da cidade. Dali conseguia abastecer o conjunto Cayari. Depois o local abrigou a garagem do antigo Território Federal do Guaporé/Rondônia. A primeira caixa foi montada em 1910 e as duas últimas em 1912 pela empresa Chicago Bridge & Iron Works, de Londres com capacidades de armazenamento de 200.000 LT. Foram desativadas em 1957, passando a figurar como símbolo na bandeira do município de Porto Velho.

Todo o trabalho para transportar a estrutura metálica de Chicago para o Brasil, sua montagem e utilização, traz uma leitura de tempo e lugar para os nossos estudantes. Através desses símbolos, a Educação Patrimonial entra em campo para justificar o valor de pertencimento através da educação.

Nesse sentido, Diehl (2002) trata sobre a ideia da rememoração do passado, assim como Bourdieu (1989), Chartier (2002), Falcon (1997) e Foucault (1979) também contribuem com a discussão do poder existente no campo das representações.

Por fim, Choay (1917) faz uma descoberta que nossa época ainda hoje continua a redescobrir.

Ao longo dos séculos e das civilizações, sem que aqueles que a construíram ou nela viviam tivessem intenção ou consciência, a cidade desempenhou um papel memorial de monumentos: objeto paradoxalmente não elevado a esse fim, e que, como todas as aldeias antigas e todos os estabelecimentos coletivos tradicionais do mundo, possuía, em um grau mais ou menos restrito, o duplo é maravilhoso poder de enraizar seus habitantes no espaço e no tempo. (CHOAY, 2017, p.181)

O historiador francês, Pierre Nora, mostra que, desde os maiores cronistas da Idade Média aos historiadores contemporâneos da história “total”, toda a tradição histórica desenvolveu-se como exercício regulado da memória e seu aprofundamento espontâneo, a reconstituição de um passado sem lacuna e sem falha. O mesmo autor ainda completa seu entendimento:

Nenhum dos grandes historiadores, desde Froissart, tinha, sem dúvida, o sentimento de só apresentar uma memória particular. Comynes não tinha consciência de recolher só uma memória dinástica. La popeliniere uma memória francesa. Bossuet é uma memória monárquica e cristã. Voltaire a memória dos progressos do gênero humano. Michelet é unicamente aquela do “povo” e Lavise só a memória da nação. Muito pelo contrário, eles estavam imbuídos do sentimento que seu papel consistia em estabelecer uma memória mais positiva do que as precedentes, mais globalizante e mais explicativa. (NORA, 1993, p.10)

Como vimos, todo esse arsenal científico adotado no passado, só serviu para reforçar o poderoso estabelecimento crítico de uma memória verdadeira. Pollak (1992) ainda reforça a ideia de que além do trabalho de enquadramento da memória, há também o trabalho da própria memória em si, ou seja, cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização.

Pollak ainda enfatiza:

Quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumação, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. Quando a memória e a identidade trabalham por si sós. (POLLAK, 1992, p. 7)

Em certo momento, Nora (1993) nos relata que os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivo, que é preciso manter aniversário, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.

Deste modo, toda celebração em uma sociedade está vinculada à memória de um passado que foi datado e por gerações será comemorado aquele dia festivo, instituindo uma memória eternizada na mentalidade social. Se de fato vivêssemos as lembranças do passado, ou se pelo menos conseguíssemos desfrutar um pouquinho da essência daquilo que foi de fato vivido, talvez nosso envolvimento não seria tão expressivo e os lugares onde aconteceu a história não estariam em nossa memória como uma boa recordação. Mesmo porque, como disse Nora (1993), “os lugares de memória são, antes de tudo, restos”.

Se a memória é frequentemente associada à capacidade de lembrar do passado, significa dizer que a memória de longo prazo é particularmente importante

para a lembrança de eventos passados, pois é onde as informações são armazenadas por períodos mais longos. Através da memória de longo prazo, as pessoas podem lembrar de experiências pessoais, fatos históricos, informações aprendidas na escola ou na vida cotidiana e muito mais.

Para Nora (1993), cabe lembrar que:

A lembrança é passada completa em sua reconstituição, a mais minuciosa. É uma memória registadora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita, como a serpente sua pele morta. (NORA, 1993, p.15)

No entanto, é importante notar que a lembrança de eventos passados não é uma reprodução exata do que aconteceu. A memória é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo emoções, expectativas, crenças e até mesmo a influência de outras pessoas. Às vezes, as pessoas podem lembrar as coisas de maneira diferente do que realmente aconteceu, ou podem esquecer ou distorcer detalhes específicos. A lembrança do passado também pode ser afetada por condições médicas ou traumas cerebrais, como por exemplo amnésia.

No geral, a memória estudada por pesquisadores e cientistas é um processo complexo e fascinante que desempenha um papel fundamental em nossa capacidade de aprender, lembrar e usar informações. A lembrança do passado é uma das muitas funções importantes da memória e é estudada por muitos pesquisadores em várias disciplinas. Neste sentido, nossa reflexão é de que o campo da memória é vasto, complexo e fascinante, e continua a ser uma área de grande interesse e investigação para cientistas e teóricos de diversas áreas.

2.2 HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA PATRIMONIAL

Existem diferentes formas de definir o que é e para que serve a história. Diferentes historiadores e filósofos, em diferentes contextos, propuseram definições afinadas com os interesses e perspectivas de cada época. De uma maneira geral, podemos dizer que a História é o estudo sistemático de interpretação dos eventos passados da humanidade. Ela se baseia na investigação de fontes primárias, como documentos escritos, registros arqueológicos, memória oral e um amplo conjunto de evidências materiais, para reconstruir e compreender o desenvolvimento das sociedades, culturas e civilizações ao longo do tempo.

Procuramos expor as visões de diversos historiadores e filósofos que auxiliam a refletir sobre a importância da conservação dos vestígios do passado, tornados Patrimônios.

Segundo Le Goff (2003):

A palavra história vem do grego antigo *historie*, em dialeto jônico (Keuck, 1934). Desta forma deriva da raiz, indo-europeia *wid-weid*, “ver”. Daí o sânscrito *vettas*, “testemunha”, e o grego *histor*, testemunha no sentido de “aquele que vê”. Esta concepção da visão como fonte essencial de conhecimento leva-nos à ideia de que *histor*, aquele que vê, é também “aquele que sabe”; *historein*, em grego antigo, é “procurar saber”, “informar-se”. *Historie* significa, pois, “procurar”. É este o sentido da palavra em Heródoto, no início de suas *Histórias*, que são “investigação”, “procurar”. (cf. Benveniste, 1969, t. II, pp. 173-74; Hartog, 1980). Ver, logo saber, é um primeiro problema (LE GOFF, 2003, p.18).

Marc Bloch, mesmo não gostando da definição de que “a História é a Ciência do passado”, considerava absurda “a própria ideia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto da Ciência” e propunha que se define a história como “a Ciência dos homens no tempo” Bloch, 1924, p. 23).

Lucien Febvre entendia que:

A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das suas necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história”. (FEBVRE, 1949, p.438).

O objetivo da História é examinar as mudanças e continuidades que ocorreram nas diferentes épocas. Ela busca compreender como os seres humanos

interagem, como as ideias se propagaram, como as instituições foram estabelecidas e como as culturas se desenvolveram.

As narrativas históricas são frequentemente construídas a partir de fontes concretas e são projetadas para serem acessíveis e compreensíveis para um público mais amplo. Segundo Ricoeur (1961):

A história só é história na medida em que não consente nem no discurso absoluto, nem na singularidade absoluta, na medida em que o seu sentido se mantém confuso, misturado... A história é essencialmente equívoca, no sentido de que é virtualmente *événementielle* e virtualmente estrutural. A história é na verdade o reino do inexato. Esta descoberta não é inútil; justifica o historiador. Justifica todas as suas incertezas. O método histórico só pode ser um método inexato... A história tem que ser objetiva e não pode sê-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir. Ela quer tornar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstruir a distância e a profundidade da lonjura histórica. Finalmente, esta reflexão procura justificar todas as aporias do ofício de historiador, as que Marc Bloch tinha assinado na sua apologia da história e do ofício de historiador. (RICOEUR, 1961, p. 226).

Os historiadores utilizam métodos de pesquisa crítica para avaliar as fontes disponíveis, buscando analisar diferentes perspectivas e interpretar os eventos históricos. Eles também examinam o contexto político, social, econômico e cultural em que esses eventos ocorreram, a fim de fornecer uma compreensão mais completa do passado.

Para Le Goff (2003):

[...] o historiador não pode concluir que deve evitar uma reflexão teórica, necessária ao trabalho histórico. É fácil ver que os historiadores mais inclinados a reclamar dos fatos não só ignoram que um trabalho técnico e teórico, mas também estão, acima de tudo, cegos por uma filosofia da história inconsciente, muitas vezes sumária e incoerente (LE GOFF, 2003, p.20).

Na Grécia Antiga, historiadores como Heródoto e Tucídides buscaram analisar e narrar os eventos históricos com base em uma abordagem mais investigativa e crítica, respectivamente. Heródoto é frequentemente citado como o “pai da História” e as suas investigações combinavam relatos de viagens e eventos históricos com reflexões sobre a natureza humana e as causas dos conflitos.

Para Heródoto, a história é:

O processo de pesquisar e investigar, desta maneira reflete que a escrita dispõe de um modo de conhecimento apropriado que combina três

operações intelectuais: refletir sobre os casos, compará-los com os casos do passado que oferecem circunstâncias análogas e tirar conclusões que permitam prever como algo vai evoluir. (PARADA, 2012, p.26).

Durante a Idade Média, o estudo histórico esteve amplamente ligado à teologia e à narrativa religiosa. São Tomás de Aquino, por exemplo, formulou algumas regras mnemônicas, dentre as quais se destacam:

- 1) É necessário encontrar “simulacros adequados das coisas que se deseja recordar” e “é necessário segundo esse método, inventar simulacros e imagens porque as intenções simples e espirituais facilmente se evolvem da alma, a menos que estejam, por assim dizer, ligadas a qualquer símbolo corpóreo, porque o conhecimento humano é mais forte em relação aos sensíveis; por esta razão, o poder mnemônico reside na parte sensitiva da alma”. A memória está ligada ao corpo.
- 2) É necessário, em seguida, dispor “numa ordem calculada as coisas que se deseja recordar de modo que, de um ponto recordado, se torne fácil a passagem ao ponto que lhe sucede”. A memória é razão.
- 3) É necessário “meditar com frequência no que se deseja recordar”. É por isso que Aristóteles diz que a mediação preserva a memória, pois “o hábito é como a natureza”. (LE GOFF APUD TOMÁS DE AQUINO, 2003, p. 499).

No entanto, no Renascimento e nos séculos seguintes, o pensamento crítico e a abordagem filosófica ganharam destaque com o Iluminismo. Novas disciplinas, como a Filologia e a Crítica Textual, contribuíram para a análise rigorosa das fontes históricas.

No século XIX, a História se tornou uma disciplina acadêmica estabelecida, com a profissionalização dos historiadores e o desenvolvimento de métodos de pesquisa mais sistemáticos. Filosofias da História como o positivismo e o materialismo histórico, e as perspectivas historicistas, influenciaram a maneira como os historiadores abordam o passado.

Como ciência, a História surgiu ao longo do século XIX, no entanto, é importante ressaltar que a ideia de registrar e preservar o conhecimento do passado remonta há tempos antigos, com as primeiras formas de escrita e registros encontrados em civilizações como a Suméria e o Egito.

Como disciplina acadêmica, a História estuda e interpreta os eventos passados com base em evidências, documentos escritos, orais, iconográficos, com visão para uma compreensão do mundo atual, pois ajuda a entender as origens e as influências que moldaram as sociedades contemporâneas. A história nos

permite entender a formação das sociedades contemporâneas, fornecendo insights valiosos sobre como chegamos onde estamos.

Desta forma a ciência Histórica tem evoluído, incorporando abordagens interdisciplinares e estabelecendo parcerias com a Antropologia, a Sociologia e a Análise Cultural. Além disso, a história oral, a análise de imagens e outras fontes não tradicionais têm ampliado as perspectivas e a compreensão do passado.

Nessa lógica, a relação entre história e memória tem mostrado duas dimensões intrinsecamente ligadas na compreensão do passado e na construção da identidade individual e coletiva. “A memória, na qual cresce a História, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. (Le Goff, 2003, p. 471).

Enquanto geradora da identidade, a memória pode ser vislumbrada como sendo participante de sua construção, uma vez que cada sociedade realiza certas seleções da memória e dá forma às predisposições que vão conduzir o indivíduo a incorporar alguns aspectos particulares do passado.

Se como disciplina acadêmica a História busca reconstruir e interpretar os eventos passados com base em fontes e evidências, se apoiando na investigação crítica e nas análises cuidadosas das informações disponíveis, a memória é a forma como os indivíduos e as comunidades recordam e interpretam o passado. Ela é subjetiva e influenciada por experiências pessoais, emoções e identidade cultural. A memória coletiva é moldada por narrativas, tradições, símbolos e rituais transmitidos de geração em geração.

Jacques Le Goff, em sua obra “História e Memória”, cita as considerações de Leroi Gourhan sobre o que seriam as memórias:

Não é uma propriedade da inteligência, mas a base, seja ela qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações de atos. Podemos a este título falar de uma “memória específica” para definir a fixação dos comportamentos de espécies animais de uma memória “étnica” que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas e, no mesmo sentido, de uma memória “artificial”, eletrônica em sua forma mais recente, que assegura sem recurso a um instinto ou à reflexão, a reprodução de atos mecânicos encadeados (LE GOFF APUD GORHAN, 2003, p. 269).

Deste modo, a História e a Memória estão constantemente em diálogo. A história fornece um arcabouço de fatos, contextos e interpretações que ajudam a

moldar a memória coletiva, já a memória contribui para a construção do discurso histórico, influenciando a forma como os eventos são lembrados e reinterpretados.

Diehl (2002) ajuda-nos a aprofundar o conceito de memória quando propõe o estudo dela “como um processo dinâmico da própria rememoração”, produzindo um novo sentido e significação do passado a ponto de os grupos perceberem o futuro no seu passado.

Para a história, não são as memórias e identidades os pontos centrais, mas as suas respectivas representações nas experiências e expectativas de vida. São exatamente essas representações os elementos da compensação do déficit de critérios iluministas no mundo cultural, cujo processo de memorização é trazido na ressubjetivação e repoetização de sentidos culturais do passado. (DIEHL, 2002, p.17)

Diehl (2002) ainda acrescenta que a memória se constitui de um saber, formando tradições, caminhos, como canais de comunicação entre dimensões temporais, ao invés de rastros e restos como no caso da lembrança.

Vale ressaltar que nem sempre a história e a memória coincidem. Existem lapsos, silêncios, seleções e distorções na memória que podem desviar-se da narrativa histórica estabelecida. A memória “vai perdendo força, capacidade explicativa, capacidade de informar, tornar-se transparente, sem pontos de referência substantiva para manter suas funções (...)”. (Diehl, 2002, p.118). Os historiadores buscam abordar essas diferenças, analisando criticamente as fontes e considerando múltiplas perspectivas.

A relação entre história e memória também desempenha um papel importante na construção da identidade. As narrativas históricas e as memórias individuais e coletivas moldam como nos vemos e como nos relacionamos com os outros. Elas influenciam a forma como as sociedades constroem sua própria narrativa nacional, preservam lembranças de eventos traumáticos ou celebram conquistas.

Nora (1993) apresenta os lugares de memória como lugares simbólicos em que a memória coletiva se expressa e se revela; Diehl (2002) argumenta que a memória é a ideia da rememoração do passado; Bourdieu (1989), Chartier (2002), Falcon (1997) e Foucault (1979) contribuem com a discussão acerca do poder existente no campo das representações da memória.

A memória, por sua vez, é a forma como indivíduos e comunidades lembram, interpretam e constroem narrativas sobre o passado. Ela é subjetiva e influenciada

por experiências pessoais, emoções e identidades culturais. A memória coletiva é transmitida por meio de tradições orais, rituais, histórias familiares e celebrações culturais, como os patrimônios.

Os patrimônios são heranças de nossos antepassados, que são transmitidas de geração para geração, sendo um legado que os que nos antecederam deixaram para que déssemos continuidade, constituindo-se com referências identitárias.

Para Franco (2019), o termo patrimônio tem a seguinte definição:

o termo patrimônio é abrangente e assume sentidos diferentes de acordo com o tempo e local em que foi se instituindo. Tem suas origens no latim, composto por dois vocábulos: *pater* e *nomos*, sendo *pater* o que designa o chefe de família, e, em uma maior abrangência, os nossos antepassados, vinculando-se aos bens, heranças, que provêm do núcleo familiar, enquanto *nomos* vincula-se às leis, usos e costumes relacionados a uma família ou a uma cidade. O termo também pode ser entendido com significados relacionados à paternidade e à pátria, no sentido de posse, herança e legado. (FRANCO, 2019, p. 15)

O patrimônio engloba os vestígios materiais e imateriais do passado que são considerados valiosos e dignos de preservação como as obras arquitetônicas, urbanísticas, edifícios históricos, sítios arqueológicos, artefatos, documentos, tradições orais, práticas culturais e muito mais. O patrimônio é uma forma tangível de conectar-se com a história e a memória, pois representa uma herança compartilhada que nos conecta com gerações anteriores.

Denota-se deste modo, que patrimônio abrange bens que de certo modo são importantes para toda a humanidade, conforme ressalta a historiadora Lúcia Lippi Oliveira:

Ao falarmos de patrimônio, estamos lidando com história, memória e identidade, conceitos inter-relacionados cujos conteúdos são definidos e modificados ao longo do tempo. A noção de patrimônio confunde-se assim com a de propriedade herdada. O processo pelo qual se forma um patrimônio é o de colecionar objetos, mantendo-os fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial. (OLIVEIRA, 2008, p. 114). Apud Stanger.

Para Lúcia Lippi Oliveira (2008), os chamados patrimônios históricos e artísticos têm, nas modernas sociedades, a função de representar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação. O pertencimento à comunidade nacional é produzido a partir da ideia de propriedade sobre um conjunto de bens: relíquias, monumentos, cidades históricas, entre outros.

Neste prisma, de buscar reconstruir a história do passado através dos patrimônios, muitos professores de História têm levado seus estudantes para uma visita técnica ao centro histórico de sua cidade, que é uma forma de preservar a memória patrimonial do local.

Nesse sentido, a preservação do patrimônio histórico desempenha um papel crucial na manutenção da memória coletiva e na transmissão do conhecimento histórico. Ao conservar os monumentos, artefatos e práticas culturais, garantimos que as futuras gerações possam compreender e apreciar sua herança cultural. O patrimônio também contribui para a identidade e o senso de pertencimento das comunidades, promovendo a coesão social e a valorização da diversidade cultural.

Para Franco (2019), os bens patrimoniais históricos são:

Bens denominados tangíveis, apresentam-se em duas categorias: os bens móveis e os imóveis. Os patrimônios imóveis são os que têm uma localização fixa, que se torna uma referência na paisagem urbana ou rural em que está localizado, podendo ser por sua relevância histórica, social, científica, estilista etc. (FRANCO, 2019, p.18)

A preservação dessa memória patrimonial gera um esforço fundamental para manter viva a história e a identidade de uma comunidade ou sociedade. Trata-se de proteger e valorizar os elementos materiais e imateriais que representam o passado e contribuem para a compreensão do presente.

Assim sendo, a relação entre história, memória e patrimônio, mesmo sendo complexa, fornece para a humanidade um arcabouço acadêmico para a compreensão do passado. Enquanto a memória fornece uma perspectiva subjetiva e emocional, o patrimônio por sua vez, é o legado tangível e intangível que encapsula essa história e memória.

No Brasil, essa valorização sobre o Patrimônio Cultural surgiu em 1999, subentendemos que a sua importância, como menciona Marchette (2016), dar-se-á para a cultura patrimonial, “a educação é uma parceria imprescindível, para a educação a pluralidade cultural é alvo de consideração, estabelecendo-se uma via de mão dupla a ser explorada por ambos”. Como resultado, as escolas e as instituições de ensino deveriam ser locais estratégicos para se pensar em transformações.

É importante lembrar que a preservação do patrimônio histórico e cultural de uma cidade ou lugar contribui para a valorização da identidade coletiva de um povo, promovendo o turismo cultural e estimulando o diálogo intergeracional. Desta forma, cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança.

Segundo Adams (2002), associados às edificações temos os bens patrimoniais integrados. Esses, podem ser definidos como:

[...] todas as estruturas (juntamente com o respectivo entorno, instalações e ornamentos pertinentes) de valor do ponto de vista histórico, artístico, arquitetônico, científico e etnológico. Esta definição inclui obras de escultura e pintura monumentais, elementos e estruturas de natureza arqueológica, inscrições, habitações em cavernas e todas as combinações dessas modalidades (ADAMS, 2002, p. 147).

A preservação da memória patrimonial envolve a conservação de monumentos, edifícios históricos, sítios arqueológicos, artefatos, documentos, tradições orais, práticas culturais e outras manifestações que possuem significado histórico ou cultural. Esses elementos são testemunhas do passado e carregam consigo narrativas e histórias que são parte integrante da identidade de uma comunidade. Para Lemos (1981), é necessário considerar que preservar não é apenas guardar alguma coisa, seja um objeto, ou um centro histórico de uma cidade, pois:

Preservar é manter vivo, mesmo que alterado, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamento, levantamento de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirão significativo dentro do contexto urbano (LEMOS, 1981, p. 29).

Existem diversas razões para se preservar a memória patrimonial de uma cidade. Em primeiro lugar, a preservação do patrimônio histórico e cultural permite que as gerações presentes e futuras tenham acesso ao conhecimento do passado. Através dos vestígios e testemunhos deixados pelos nossos antepassados, somos capazes de compreender a evolução das sociedades, suas conquistas, desafios e transformações.

Além disso, a preservação da memória patrimonial promove o turismo cultural e o desenvolvimento sustentável. Locais históricos e culturais atraem visitantes

interessados em conhecer a história e a cultura de um lugar, contribuindo para a economia local e para a valorização da identidade cultural.

A preservação da memória patrimonial também desempenha um papel importante na promoção da coesão social e da identidade comunitária. Ao valorizar e proteger o patrimônio, as comunidades se reconhecem como portadoras de uma herança cultural única, fortalecendo laços de pertencimento e solidariedade.

No Brasil, a responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural e histórico cabe à União, aos estados e municípios, sendo que no âmbito nacional, o órgão responsável pela fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e desenvolvimento de projeto de revitalização de bens patrimoniais é o Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (Iphan).

Aos municípios cabem, segundo o artigo 30 da Constituição de 1988:

[...] promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual". Entre as competências e responsabilidades dos municípios está a observação contínua do patrimônio por intermédio de coordenadorias, conselhos ou por instituições que tenham vínculos com a administração pública, como também subsidiar as ações técnicas para conservação e restauração de patrimônios culturais locais (FRANCO, 1981, p. 21).

No entanto, preservar a memória patrimonial pode ser um desafio complexo. Para pensar nessa relação entre memórias e histórias, Pierre Nora (1980) cunhou a expressão de *lugares de memória* para chamar a atenção sobre a valorização da transitoriedade veloz do presente no lugar da preservação das tradições do passado. Por isso, é necessário garantir a conservação adequada dos bens patrimoniais, prevenir danos causados pelo tempo, pela deterioração e por desastres naturais ou humanos. Além disso, é preciso envolver a comunidade local, promovendo a conscientização e a participação ativa na preservação do patrimônio.

Iniciativas governamentais, organizações não governamentais e ações da sociedade civil desempenham um papel crucial na preservação da memória patrimonial. Essas entidades podem desenvolver políticas de proteção, promover campanhas de conscientização, realizar projetos de restauração e estabelecer parcerias com a comunidade local para garantir a preservação e a valorização do patrimônio.

Preservar a memória patrimonial é um investimento para o futuro que, segundo Choay (2017):

Ao protegermos e valorizarmos nossa herança cultural, estamos construindo um legado para as próximas gerações, permitindo que elas compreendam sua história, fortaleçam sua identidade e cultivem um senso de conexão com as raízes de sua comunidade. É um compromisso em preservar a diversidade cultural e as múltiplas narrativas que moldam a humanidade, e tudo isso pode ser contornado pela educação. Caso isso não venha acontecer, as cidades antigas, condenadas pela história, só serão conservadas na “iconografia literária”. (CHOAY, 2017, p.177).

Durante os anos em que estive ministrando aula no colégio Tiradentes da Polícia Militar e na Escola Carmela Dutra em Porto Velho, executei a atividade de Educação Patrimonial mediante interdisciplinaridade em parceria com outras ciências, Geografia e a Biologia, no contraturno para estudantes do 3º ano do ensino médio. A execução da atividade começava com o planejamento das disciplinas afins, em seguida, a escrita do projeto, depois se realizava a ação. No final da atividade, fazíamos relatório e entregávamos à direção da escola. O resultado era sempre empolgante para os estudantes.

2.3 O FUTURO DE UM PATRIMÔNIO PARA A SOCIEDADE

Vivemos em um mundo construído pelos rastros dos nossos ancestrais, suas marcas deixadas são sinais que indicam sua trajetória, a trajetória humana no mundo vivido, que no agir individual e no coletivo nos deixou âncoras. Segundo Ecléa Bosi (2003):

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. (ECLÉA BOSI, 2003, p. 175)

Se o futuro de uma sociedade depende de sua capacidade de aprender com o passado, enfrentar desafios presentes e se preparar para os desafios futuros, são os caminhos a serem percorridos. Para Stanger (2017), as sociedades nos mais variados tempos buscaram construir sua identidade, definir seus parâmetros de pertencimento, recorrendo ao passado. Já o futuro de um patrimônio depende de como ele é preservado, valorizado e utilizado pela mesma sociedade que o consagrou. Nesse caso, a construção de um futuro melhor requer esforços contínuos e colaborativos de todos. Conforme Stanger (2017), os eventos passados se tornam conhecidos somente se alguém guardou, preservou algum resto, vestígios que possam nos remeter ao passado e a partir deles escrever e reescrever a história.

Pierre Nora (1993), como vimos, utiliza a expressão “lugares de memória” para se referir aos locais valorosos, como as cidades, com base nos quais se pode construir a nossa identidade. Historicamente as cidades se tornaram símbolos da civilidade e desenvolvimento social humano. Os espaços de convívios se tornaram expressão da capacidade de produção, onde estão estampados os elementos da cultura e identidade de um povo, espaço que ganham o status de lugar e passam a fazer parte da vida e história das pessoas. As cidades vistas como lugares de memória ganham status de patrimônio histórico e se tornam marcos de memória e identidade. Neste sentido, Franco (2019) sugere que:

A cidade é o território em que a vida se viabiliza, é o local onde as pessoas vivem, convivem, criam, sonham, partilhando um espaço comum que tem suas próprias dinâmicas em um determinado contexto histórico, espacial, simbólico, cultural, econômico etc. (FRANCO, 2019, p.27)

A educação, como bússola norteadora, é o melhor caminho para a inclusão, sustentabilidade, tecnologia, participação cívica, bem-estar, cooperação e solidariedade. Ao abordar esses aspectos de forma holística e colaborativa, é possível criar um futuro promissor para a sociedade como um todo.

O futuro de uma sociedade é moldado pela maneira como ela aborda a educação, igualdade, justiça social, sustentabilidade, inovação, participação cívica, governança, saúde, bem-estar, cooperação e solidariedade. Para Franco (2019), é por meio das relações entre as pessoas e a geografia da cidade que “vislumbramos a interação cultural de uma comunidade, de uma região, concretizados nos lugares que foram se constituindo e ganhando formas e contornos”.

O patrimônio refere-se a bens materiais e imateriais que possuem valor histórico, artístico, cultural, arquitetônico, científico, social ou simbólico significativo para uma sociedade ou comunidade. Os patrimônios são considerados parte do legado cultural de uma geração de outrora ou de uma nação que desempenham um papel importante na preservação da identidade e memória coletiva.

Para Nogueira (2015), nestes lugares são escritas as histórias que ganham formas e imagens, retratando as construções do passado e permitindo ao presente a leitura sobre o mesmo, constituindo como um espaço de aprendizados e, portanto, lugares de sensibilidade.

O diálogo entre o passado e o presente aborda a cultura e os patrimônios locais de forma permanente e equilibrada entre o antigo e o novo, o simples e o complexo, o todo e a parte. Isso implica, segundo Carvalho (2014), na relação respeitosa entre os tempos:

Valorizar o passado e sua memória não significa desrespeitar o presente e suas demandas, caso contrário estaríamos inviabilizando a própria condição de habitabilidade urbana inscrita em sua capacidade ecossistêmica de se reinventar. Do mesmo modo, entretanto, valorizar o presente não deve significar desrespeitar o passado. (CARVALHO, 2014, p. 53)

O patrimônio histórico cultural pode incluir edifícios históricos, sítios arqueológicos, monumentos, obras de arte, manuscritos antigos, livros, tradições orais, danças, músicas, festas populares, práticas religiosas, técnicas artesanais e outras expressões culturais. Esses elementos são protegidos e preservados para

as gerações futuras, com o objetivo de manter viva a história e a diversidade cultural de um povo, como menciona John (2021):

Trata de pontos relevantes sobre os bens materiais e imateriais que são produzidos nas e pelas comunidades, o papel que os bens patrimoniais das comunidades podem desempenhar na construção da identidade e cultural local, ações que possam fortalecer a identificação, a valorização e a preservação da memória dos lugares e dos lugares das memórias (JOHN, 2021, p. 1).

Por essa razão, ao longo da minha vida profissional, tenho executado atividade de Educação Patrimonial sobre os monumentos históricos da cidade de Porto Velho, e em especial atenção para o patrimônio mais antigo do nosso estado, o Real Forte Príncipe da Beira¹², situado na cidade de Costa Marques, fronteira com a Bolívia.

Figura 2: Projeto redação da Setur no Real Forte Príncipe da Beira



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 3: Projeto minha identidade regional



Fonte: Arquivo Pessoal

¹² Findando o ano de 1775, Luiz de Albuquerque fez o reconhecimento do local com senso crítico a Domingo Sambucete. Com experiências acumuladas em construção de fortalezas, o engenheiro projetou a fortificação da Praça Almeida, célebre baluarte da defesa da Beira Alta em Portugal, iniciando os trabalhos da construção do Real Forte em tempo certo, 19 de abril de 1775, ainda que lhe faltasse à bênção de sua majestade real. O engenheiro ao ser designado para efetuar o projeto de construção do Forte Príncipe da Beira, de acordo com a carta enviada de Domingo Sambucete ao governador Capitão General da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em 14 de janeiro de 1776, obteve algumas instruções quanto ao procedimento a serem seguidas durante a execução da obra, essas instruções era de natureza militar e controle da mão de obra a ser empregada na construção da fortaleza, recebeu alguns auxiliares e ajudantes para executar as tarefas diárias. (BARROSO, 2015, p. 56).

Figura 4: Projeto alunos destaque de Rondônia



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 5: Educação Patrimonial com estudantes da Escola Moacir Caramelo



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 6: Educação Patrimonial com doutorando da UNIVALI-SC



Fonte: Arquivo Pessoal



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 8: Educação Patrimonial com a Escola Dutra



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 9: Projeto Integração regional com o Carmela Exército brasileiro



Fonte: Arquivo Pessoal

Antes de qualquer anotação, é preciso que se faça uma reflexão sobre a relação entre os seres humanos enquanto construtores de sua memória coletiva referente ao patrimônio e a representação simbólica com os lugares, os objetos e as tradições culturais.

A preservação e valorização do patrimônio histórico cultural são importantes para a sociedade, pois promove o turismo cultural, fortalece a identidade nacional, promove o desenvolvimento sustentável e garante a transmissão de conhecimentos e valores às gerações futuras, além de garantir a sua sobrevivência. Esse conjunto de conceitos, envolve também a manutenção regular, a restauração quando necessário e a proteção contra os danos que poderão ser causados por desastres naturais ou mesmo pela ação humana.

O futuro de um patrimônio passa pela educação e pela conscientização do seu povo. O patrimônio pode ser usado como uma ferramenta educacional poderosa. Iniciativas de educação e conscientização podem ser desenvolvidas para compartilhar conhecimentos sobre a história, arte, cultura e significado do patrimônio com o público em geral, especialmente as gerações mais jovens. Para Stanger (2017):

Um povo que não guarda suas histórias, seu patrimônio, não sabe quem realmente é. Estas memórias estão guardadas em seu patrimônio cultural que deve ser preservado, restaurado, contado, cantado, de tal maneira que possa despertar nas pessoas seu real valor para a construção de sua história. (STANGER, 2017, p. 2).

É essencial promover a educação sobre o patrimônio desde cedo, tanto nas escolas quanto na comunidade em geral. Desta forma, conscientizar as pessoas sobre a importância do patrimônio cultural e histórico, contribuindo assim para a valorização e preservação ao longo do tempo.

De acordo com Rossi (2010):

O mundo em que vivemos há muito tempo está cheio de lugares nos quais estão presentes imagens que têm a função de trazer alguma coisa à memória (...) como acontece nos monumentos, nos remetem ao passado de nossas histórias, à sua continuidade presumível ou real com o presente. (ROSSI, 2010, p. 23)

Existem, portanto, várias maneiras de manter o patrimônio vivo na memória das pessoas, como o engajamento da comunidade se envolvendo no cuidado e na preservação. Isso pode ser feito por meio de programas de voluntariado, eventos

culturais, festivais e atividades de participação ativa. Ao fazer parte do processo de preservação, as pessoas se sentirão mais conectadas ao patrimônio e serão mais propensas a lembrar de sua importância.

Segundo Debary (2010), um objeto guarda consigo uma história que é retomada com ele” e é um testemunho que funciona “como um transmissor de história” que é reativado com as lembranças que ele traz ao indivíduo ou sociedade. Portanto, para Silveira e Lima Filho (2005), o objeto “(...) fala sempre de um lugar, seja ele qual for, porque está ligado à experiência dos sujeitos com e no mundo, posto que ele representa uma porção significativa da paisagem vivida”.

Um outro arcabouço é o turismo cultural, um patrimônio histórico cultural que muitas vezes atrai visitantes de todo o mundo. O turismo cultural pode trazer benefícios econômicos significativos para a região, promovendo o desenvolvimento local e a criação de empregos. No entanto, é importante gerenciar o turismo de forma sustentável, respeitando os valores culturais e minimizando impactos negativos.

Há 8 anos, tornei-me membro e Conselheiro da pasta de Turismo do Estado de Rondônia. A experiência com essa área só agregou riqueza em meu currículo, a ponto de me capacitar a ofertar palestras e Workshop para formação de guias de Turismo de Rondônia. Meu planejamento pedagógico era direcionado para a importância da preservação, conservação e manutenção do monumento para fins turísticos e seus segmentos sociais, rural ou urbano.

Durante os anos em que estive como conselheiro de turismo¹³, através das minhas pesquisas pude alterar e mapear região com forte potencial turístico, quando (re) nominamos a região dos fortes na cidade de Costa Marques, sendo Forte Nossa Senhora da Conceição; Forte de Bragança e Real Forte Príncipe da Beira, como sendo a “Rota dos Fortes”.

Em alguns casos, os patrimônios/edifícios históricos podem ser adaptados para outros usos, como museus, centros culturais, espaços para eventos ou até

¹³ D E C R E T A: Art. 1º Ficam nomeados e/ou reconduzidos para compor o Conselho Estadual de Turismo - CONSETUR, para o biênio 2023/2024, no âmbito da Superintendência Estadual de Turismo - SETUR, os membros titulares e seus respectivos suplentes, conforme determina a Lei Complementar nº 1.031, de 22 de agosto de 2019, e o Decreto nº 27.530, de 7 de outubro de 2022. Art. 2º Ficam nomeados para compor o CONSETUR, para o biênio 2023/2024, os membros titulares e seus respectivos suplentes representantes dos órgãos governamentais e entidades a seguir relacionados: III - Secretaria de Estado da Educação - SEDUC:
a) Lourismar da Silva Barroso, titular, reconduzido.

mesmo residências. Isso permite que o patrimônio seja revitalizado e continue desempenhando um papel relevante na sociedade atual.

É importante ressaltar que o futuro do patrimônio histórico-cultural para a sociedade é moldado pelas decisões e ações. A proteção e preservação desse legado dependem do compromisso contínuo das autoridades governamentais, organizações, comunidades e indivíduos para garantir que ele seja apreciado e transmitido às gerações futuras.

Não devemos esquecer que o futuro do patrimônio para a sociedade também depende da redução de ameaças, como o vandalismo, roubo, deterioração natural, mudanças climáticas e conflitos armados. Medidas de segurança apropriadas e políticas de proteção são necessárias para minimizar essas ameaças.

Como resultado, podemos dizer que o futuro de um patrimônio depende da combinação de preservação adequada, educação, envolvimento da comunidade, uso adaptativo, inovação tecnológica, cooperação internacional, responsabilidade ambiental e redução de ameaças. Com abordagens cuidadosas e colaborativas, o patrimônio pode continuar a enriquecer a sociedade e transmitir sua importância às gerações futuras.

Para evitar que o patrimônio seja esquecido pela sociedade, é necessário que medidas sejam adotadas, a fim de criar uma consciência coletiva e um senso de responsabilidade compartilhada. Assim, podemos, por um lado, evitar que ele seja esquecido e, por outro, garantir sua preservação para futuras gerações.

Utilizar o patrimônio de forma adaptativa, com propósitos contemporâneos, pode contribuir para mantê-lo vivo na consciência das pessoas. Transformar edifícios históricos em espaços culturais, centros comunitários, cafés ou lojas, por exemplo, pode garantir que eles continuem sendo relevantes e apreciados pela sociedade.

Cuidar de um patrimônio, segundo o ICOMOS/BRASIL (2023), é essencial para preservar sua integridade e valor ao longo do tempo. Como orientação, segue algumas práticas importantes:

1. Realizar inspeções periódicas e manutenções preventivas para identificar e corrigir problemas antes que se tornem graves.
2. Conservação adequada: seguir com as práticas de conservação apropriadas para proteger o patrimônio contra danos físicos, como umidade, pragas, poluição ou condições climáticas adversas.

3. Se necessário, realizar restaurações para recuperar a aparência original do patrimônio.
4. Gestão de riscos: identifique e gerencie os riscos que podem afetar o patrimônio, como incêndios, inundações, terremotos ou atos de vandalismo.
5. Documentação e registro: mantenha registros detalhados do patrimônio, incluindo fotografias, descrições, documentação histórica e avaliações de condição.
6. Envolvimento da comunidade: incentive a participação e o envolvimento da comunidade no cuidado do patrimônio.
7. Parcerias e colaborações: estabeleça parcerias com instituições governamentais, organizações sem fins lucrativos, especialistas em conservação e outros stakeholders relevantes.
8. Planejamento de uso e sustentabilidade: desenvolva planos de uso sustentável do patrimônio, considerando suas necessidades de conservação e sua relevância para a comunidade. Identifique fontes de financiamento a longo prazo para garantir a manutenção contínua e a conservação do patrimônio. (ICOMOS/BRASIL, 2023, p.14-17)

Embora seja um desafio contínuo, é possível resguardar um patrimônio com toda a sua história, basta preservar e proteger, pois esse signo é fundamental para transmitir o legado cultural, histórico e artístico às gerações vindouras.

O resguardo do patrimônio só é possível com um compromisso diligente por parte de toda sociedade, das autoridades e agentes públicos competentes e das organizações envolvidas na sua preservação. Aí sim, podemos garantir que o patrimônio cultural e histórico seja apreciado e transmitido seu legado para as gerações futuras.

2.4 A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA.

A preservação do patrimônio, seja ele material ou imaterial, é de extrema importância para o desenvolvimento de uma consciência crítica em uma sociedade. Sua preservação está ligada intimamente à valorização da história, da memória e da cultura de um povo.

Ao preservar o patrimônio, uma sociedade demonstra respeito e interesse por suas raízes e identidade. Como afirmou Dias (2008): “Proteger o patrimônio não é preservar o passado, é preservar a nossa identidade” (Dias, 2008, p.9).

Para Franco (2019), existem vários aspectos que vão além das aparências:

Ao aproximarmos dos bens culturais, do entorno com o qual convivemos, vários aspectos emergem, questões que nos permitem ampliar nossa reflexão sobre as dinâmicas, influências e as múltiplas relações que compreendem os patrimônios culturais com a complexidade da vida urbana na contemporaneidade. (FRANCO, 2019, p.51).

Para Miguel Arroyo (2007), a integração do estudo do patrimônio com Educação Patrimonial proporciona aos nossos estudantes outros olhares:

Guiados pelo imperativo ético do respeito aos educandos, como sujeitos iguais de direitos, seremos levados a construir novas formas de ordenamento dos conteúdos que garantam não apenas o direito igual de todos ao conhecimento, à cultura, aos valores, à memória e à identidade na diversidade, mas que garantam a igualdade de todo conhecimento, cultura, valores, memórias e identidades sem hierarquias, segmentações e silenciamentos (MIGUEL G. ARROYO, 2007, p. 38).

O respeito pelo patrimônio contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica, na medida em que permite que as pessoas compreendam sua história e contexto cultural, refletindo sobre as escolhas e os caminhos percorridos ao longo dos tempos.

No plano internacional, segundo Dias (2008), os bens culturais estão protegidos pela Convenção sobre a Proteção do patrimônio mundial Cultural e Natural, aprovado pela Conferência Geral da UNESCO, em sua décima sétima reunião em Paris, em 16 de novembro de 1972. O Brasil aderiu à Convenção em 12 de dezembro de 1977, pelo decreto 80.978.

Seguindo o raciocínio, Dias (2008) corrobora;

O Estado signatário da Convenção deve fazer um inventário de seus bens culturais, e propor a sua inscrição na lista de patrimônio mundial. A proposta será avaliada por um Comitê do Patrimônio Mundial, composto por quinze partes da Convenção, eleitos em Assembleia Geral. (DIAS, 2008, p.10)

A preservação do patrimônio contribui para a formação de uma identidade coletiva e fortalece o sentimento de pertencimento de uma comunidade. Ao valorizar os elementos culturais e históricos de um local, as pessoas se sentem mais conectadas e engajadas com sua terra natal, o que estimula a participação cívica e a construção de uma sociedade mais consciente e crítica para a sua preservação e manutenção.

No Brasil, o decreto-Lei 25/1937, criado na gestão do governo de Getúlio Vargas, ainda hoje é a base jurídica da proteção do patrimônio. (Dias, 2008, p.9)

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 216 e 217, preocupa-se com a identidade da nação. A partir dela é considerado patrimônio toda cidade que tem a sua história. O planejamento urbano deve ser realizado com a preservação de sua memória.

Conforme dispõe o art. 216 da Constituição Federal de 1988, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (DIAS, 2008, p.10).

A Constituição Federal de 1988, no artigo 216, estabelece ainda que:

Patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I- as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CF/BRASIL, 1988, s/p)

Os conhecimentos históricos são fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência crítica, pois permite compreender o presente a partir do passado, questionar crenças e ideias pré-estabelecidas e refletir sobre a sociedade em que vivemos.

Como interpretação dos cuidados que devemos ter para com os patrimônios, Dias (2008) declara que: “tombar um bem é declarar o seu valor cultural e inscrevê-lo em um livro do Tombo existente no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN”. (Dias, 2008, p.10).

David Lowenthal (1997), em sua obra intitulada “The Heritage Crusade and the Spoils of History”, menciona que “é constrangedor que boa parte da população não tem uma aproximação, nem processos de sensibilização perante os patrimônios históricos e culturais mais tradicionais”. O autor analisa a falta de aproximação da população com o patrimônio cultural, resultando em uma falta de compreensão e valorização que se apresenta como um rico universo de conhecimentos e saberes que também lhes pertencem, pois é uma herança de indivíduos que dela usufruem e que se impõem como cultura oficial, validada e referendada como conhecimento de qualidade.

Ao colocarmos em prática uma Educação Patrimonial Crítica, temos uma perspectiva didática com abordagem educacional que visa promover a consciência crítica dos nossos estudantes e o seu engajamento ativo em relação ao patrimônio cultural e histórico. A Educação Patrimonial Crítica não se limita apenas a preservar e transmitir informações sobre o patrimônio, mas também busca questionar e analisar as narrativas, valores e poderes envolvidos na construção e interpretação desses patrimônios.

Franco (2019) destaca que:

Há meios de provocar no indivíduo um processo reflexivo para que a apreciação de imagens se aprimore, que amplie o diálogo com o meio, que se revela nos sentimentos, emoções, ideologias, percepções da realidade e as formas de ser no mundo presentes nas visualidades de patrimônios culturais de um povo, de uma comunidade etc. (FRANCO, 2019, p.94)

O primeiro passo para o trabalho da Educação Patrimonial Crítica é dado na escola, pois o professor é o elo que liga a teoria com a prática, o presente com o passado, como menciona Átila Tolentino (2012):

Na escola, o leque se abre em inúmeras possibilidades de o professor conseguir trabalhar a Educação Patrimonial, envolvendo alunos e comunidade. Partindo da casa, do seu bairro, de seu modo de viver, de falar, da culinária, da sua cultura, os alunos e professores, juntos, têm muitos caminhos a trilhar para promover uma Educação Patrimonial, de forma democrática e emancipadora (ÁTILA TOLENTINO, 2012, p. 51).

O segundo passo é problematizar a questão patrimonial e cultural. Essa abordagem incentiva os estudantes a entenderem como o patrimônio é moldado por diferentes perspectivas, interesses políticos e sociais, e a refletirem sobre seu significado e importância em contextos contemporâneos.

De acordo com Muhl (2010):

A problematização torna o conhecimento social e histórico, pois, ao problematizar, o ser humano faz com que comece a perceber que ele só realiza ligado a uma prática social e sempre vinculado à produção material da vida. A problematização é a forma de conhecer e de situar-se no mundo, que implica, antes de tudo, a intervenção sobre a realidade e a produção de um sujeito crítico e politizado (MUHL, 2010, p. 329).

Portanto, a Educação Patrimonial¹⁴ Crítica busca criar cidadãos¹⁵ mais informados e participativos para que cuidem, zelem e protejam sua história e memória com relação ao patrimônio cultural.

De acordo com Franco (2019), “são inúmeras as alternativas para desencadear processos educativos críticos no estudo dos patrimônios culturais”. Desta forma, o autor apresenta algumas possibilidades agrupadas em três núcleos: 1. A educação patrimonial e as imagens – 2. Os equipamentos/instituições culturais e a educação patrimonial – 3. A cidade, sua paisagem cultural e a educação patrimonial (Franco, 2019, p.93).

A Educação Patrimonial Crítica também envolve outros aspectos como a auto ética, que de acordo com Garcia e Puing (2010) é:

[...] uma formação em que o indivíduo realiza sobre si mesmo, que visa libertá-lo de certas limitações para alcançar maior grau possível de autonomia e responsabilidade. Assim, o aprender a ser pressupõe uma ação dupla em que “(...) cada um deve construir a si mesmo da forma como deseja e utilizar a própria maneira de ser como ferramenta para tratar das questões postas pela vida”. (GARCIA; PUING, 2010, p. 19).

¹⁴ A Educação Patrimonial é de extrema importância, pois o modo como são estabelecidos os critérios para a preservação de um determinado país ou da participação popular nas decisões políticas. (Marchette, 2016, p. 40)

¹⁵ A década de 1980 foi marcada no Brasil por uma reflexão, sendo marco fundamental na história renovada da política pública de proteção ao patrimônio nacional. Além do crescimento gigantesco das indústrias culturais de massa. O Brasil viveu a experiência da reconstrução da democracia, como exercício de cidadania e, também, das estruturas de poder. No que tange ao patrimônio, a CF/1988 instaurou marcos legais que, finalmente, inovaram o ordenamento jurídico brasileiro em relação aos modernos conceitos internacionais. (MARCHETTE, 2016. p.52).

Stuart Hall (2006), em sua obra “A identidade cultural na pós-modernidade”, busca incentivar o pensamento crítico, a consciência das diferentes perspectivas e a participação ativa na preservação e interpretação do patrimônio. Segundo Hall:

[...] os saberes e fazeres locais foram perdendo espaço à intensa infiltração cultural que fragmentou os códigos identitários e possibilitou a presença do efêmero, do flutuante, processo que o autor denominou de “pós-moderno global” que influencia e interfere nos modos de ser e de viver das sociedades contemporâneas, o que gera graves consequências. (HALL, 2006, p. 73).

Na mesma direção, Valverde (2021) cita alguns eixos que devem ser respeitados:

EIXO 1 – **CONHECER**: mediante o reconhecimento da importância da aquisição prévia do saber empírico e do saber científico e da sua necessária complementaridade;

EIXO 2 – **INTERVIR**: mediante a aplicação de metodologias adequadas à especificidade de cada situação;

EIXO 3 – **FORMAR**: técnicos habilitados a intervir no patrimônio edificado, quer de feição erudita, quer de feição popular, em contexto escolar, através da via profissional do sistema de ensino;

EIXO 4 – **EDUCAR**: as crianças, mediante a criação de uma estratégia integrada ao nível do 1.º ciclo de estudos do ensino básico, incentivando dinâmicas transdisciplinares no âmbito da educação patrimonial. (VALVERDE, 2021, p.206).

Assim, podemos evidenciar que a Educação Patrimonial Crítica vai além da mera transmissão de informações históricas e culturais. Ela capacita os estudantes a pensarem criticamente sobre o patrimônio, com um olhar mais apurado e a participarem ativamente na sua preservação e interpretação, com sensibilidade para as complexidades e desafios envolvidos.

O desenvolvimento de uma consciência crítica para os estudantes é uma parte fundamental da Educação Patrimonial. Além de capacitar os estudantes a abordarem o patrimônio cultural com um olhar atento, através de uma lupa embasada e a considerarem as implicações sociais, políticas e culturais envolvidas na sua compreensão e preservação, a Educação Patrimonial ajuda “a formar cidadãos mais informados e engajados, capazes de contribuir para a discussão e a tomada de decisões relacionadas ao patrimônio cultural.

Além de desenvolver uma consciência crítica, a Educação Patrimonial também pode incluir a integração interdisciplinar para promover a integração com

outras disciplinas para uma compreensão mais abrangente e holística do patrimônio cultural.

O diálogo construtivo e o debate saudável entre os estudantes, permite a troca de ideias e perspectivas sobre questões relacionadas às seguintes questões: Por que preservar? O que preservar? Como preservar?

As três questões propostas por Lemos (1981), em seu livro “O que é patrimônio histórico”, têm a intenção de provocar um novo olhar sobre a trajetória histórica do Patrimônio Histórico Cultural no Brasil que, por assim dizer, mesmo tendo uma curta caminhada e uma visão não elitista, é muito diversificada e riquíssima em manifestações. O autor sugere que preservemos "o que for significativo dentro desse vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural" (Lemos, 1981, p. 29).

Um ponto importante que temos visto acontecer na Europa, segundo Appadurai (1996), é o “ativismo cultural realizado pelos estudantes”. Segundo o autor, as culturas resistem e se manifestam em um mundo cada vez mais interconectado, e este processo encoraja as pessoas a se envolverem em atividades de preservação cultural e a advogarem por questões relacionadas não só ao patrimônio, mas sobre o clima, desmatamento e efeito estufa.

A Educação Patrimonial, quando tem seu olhar voltado para seu trabalho de forma consistente e coerente, tende a desenvolver nos estudantes o sentimento e o desejo de pertencimento, de querer viver sua cultura e valorizar seus patrimônios, gerando assim o desejo de lutar e preservar o passado através do seu patrimônio.

Na última década a noção de patrimônio foi ampliada e passou a englobar diferentes manifestações culturais. Para Ribeiro (2005):

Existe atualmente uma tendência para encarar a questão do patrimônio também a partir da visão de outros segmentos e grupos sociais - nações indígenas, escravos imigrantes, trabalhadores urbanos e do campo - que apesar de excluídos social e politicamente, são ou foram protagonistas nos diferentes períodos econômicos, de processos culturais, formas de ocupação e povoamento e que também deixaram suas marcas. (RIBEIRO, 2005, p.54)

O autor salienta que o envolvimento de um maior número de pessoas, de diferentes ambientes culturais, traz resultados satisfatórios para a proteção de locais históricos ou a promoção da diversidade cultural. Todos esses elementos

contribuem para a construção de sociedades mais inclusivas, culturalmente sensíveis e conscientes de seu legado histórico e cultural.

À crítica de que a política pública de proteção ao patrimônio brasileiro se voltará para bens patrimoniais elitistas ou que represava um aspecto oficial da memória nacional do passado colonial, Abreu e Nunes (2012) ressaltam que:

Este movimento vem conferindo estatuto novo a manifestações culturais que antes eram consideradas restos ou vestígios de antigas formas de organização social já desaparecidas ou em vias de desaparecimento. De "coisas do folclore" ou "simples curiosidades do passado", tanto os "conhecimentos tradicionais" quanto as "manifestações culturais" das chamadas "populações tradicionais" adquiriram novo status, tornando-se objetos de política de preservação na condição de patrimônios locais, nacionais e até mesmo universais. Estes patrimônios de pequenas comunidades, etnias ou grupos locais passaram a dar o tom não apenas no campo do patrimônio, mas também no campo de acordos internacionais. Preservar o diverso, o diferente, o singular passou a ser um exercício de proteção à diversidade das culturas em um mundo com tendência crescente à homogeneização. (ABREU; NUNES, 2012, p.54)

Sendo assim, faz-se pertinente um questionamento quanto ao Projeto Político Pedagógico elaborado nas escolas pelos docentes, como organização do trabalho pedagógico. Até que ponto suas ações pedagógicas irão contemplar, entre outros aspectos, o currículo escolar e a aplicação da Educação Patrimonial Crítica?

Como mencionou Franco (2019), “educar é propiciar um diálogo entre o indivíduo com o mundo, com a realidade com a qual convive em seu cotidiano, em consonância com os conhecimentos e sentidos atribuídos em diversas épocas e contextos sociais”.

CAPÍTULO 3 – DISCUTINDO UM CURRÍCULO QUE PROMOVA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL JUNTO AOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO EDUCATIVO.

O ser humano é o único ser vivente que se pergunta sobre o sentido de sua vida. Educar para sentir e ter sentido, para cuidar e cuidar-se, para viver com sentido a cada instante da nossa vida. (MOACIR GADOTTI, 2011, p.75)

A finalidade deste capítulo é propor uma reflexão sobre o currículo e sua importância para a Educação Patrimonial, junto aos sujeitos envolvidos no processo educativo para o desenvolvimento de habilidades críticas, consciência histórica e senso de responsabilidade na preservação e promoção do patrimônio.

O conteúdo está dividido em 2 tópicos, sendo o primeiro, relações e reflexões sobre o currículo e patrimônio.

O segundo tópico, a Educação Patrimonial, suas diretrizes e sua importância.

Como embasamento, a BNCC (2018) define currículo como:

Um conjunto de diretrizes educacionais que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes do país devem desenvolver ao longo de sua educação básica, definindo as aprendizagens fundamentais que os alunos devem adquirir em cada etapa da educação básica, contemplando áreas como linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas, entre outras. (BNCC, 2018, p.33)

Por isso que, discutir o currículo de Educação Patrimonial envolve analisar e debater os elementos que compõem o programa de ensino voltado para a preservação e valorização do patrimônio cultural. Isso inclui temas como identidade cultural, conservação de bens históricos e métodos de ensino que promovam a conscientização sobre a importância do patrimônio para a sociedade.

Além disso, discutir o currículo de Educação Patrimonial também abrange a seleção de conteúdos que conectem os estudantes às suas heranças culturais, métodos pedagógicos que incentivem a participação ativa dos estudantes na preservação do patrimônio e na integração de atividades práticas, como visitas a museus e sítios históricos.

Desta forma, refletir e discutir currículo de Educação Patrimonial deve envolver planejamento que possa integrar o ensino sobre o patrimônio cultural nos programas educacionais. Além disso, é importante considerar a contextualização local, a diversidade cultural e a interdisciplinaridade para enriquecer a experiência

educacional, proporcionando aos estudantes uma compreensão mais profunda e significativa do seu patrimônio e identidade cultural.

3.1 REFLEXÕES E RELAÇÕES ENTRE CURRÍCULO E PATRIMÔNIO

Quando pensamos na escola atual, em seu currículo e na cultura em que está inserida, de imediato pensamos em movimento, em processo, em mudanças, questões inevitáveis para quem já viveu e dedicou grande parte da vida ao magistério. De acordo com Fernandes (2013), sentimentos de acomodação, frustração, resistência e transformação unem-se em nosso ser produzindo uma eclosão de pensamentos e sentimentos dicotômicos. É desta forma que pensamos e sentimos o currículo das escolas.

Definido como um documento que resume as informações de qualquer natureza, seja pessoal ou institucional, o currículo fornece uma visão geral das realizações e competências, geralmente em um formato claro e conciso. O currículo é uma ferramenta importante para comunicar a história profissional, institucional, acadêmica e deve ter um propósito claro, podendo ser adaptado para atender a um propósito. Desta forma, Silva (1999) observa que “o currículo não é uma realidade abstrata, à margem do sistema socioeconômico, da cultura e do sistema educativo”.

O currículo é uma práxis, não um objeto estático. Enquanto práxis é a expressão da função socializadora e cultural da educação. Por isso, as funções que o currículo cumpre, como expressão do projeto cultural e da socialização, são realizadas por meio de seus conteúdos, de seu formato e das práticas que geram em torno de si. (SILVA, 1999, p.48).

Em um aspecto geral, o currículo é mais do que uma lista de habilidades, ele é um reflexo das experiências e conhecimentos que moldam a trajetória de uma instituição. Além disso, o currículo não apenas destaca realizações, mas também evidencia valores, interesses e a evolução ao longo do tempo.

Quando se trata de currículo educacional, o processo de ensino e aprendizagem proposto pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, se baseia no diálogo entre o tempo atual e o tempo passado, tendo na história local e na Educação Patrimonial os recursos para propor a construção da consciência histórica.

De acordo com a BNCC (2018):

De modo a preconizar o ensino a partir dos elementos presentes como meio para conhecer permanências e mudanças, do local para o geral. Elenca entre os objetos de conhecimentos a formação do patrimônio histórico local e a identificação dos marcos de memória. (BNCC, 2018, p.360).

O currículo tem seus tentáculos na construção política, social e histórico-cultural. Portanto, listamos alguns teóricos influentes na área do currículo que contribuíram para esse campo. Suas ideias variam desde abordagens mais tradicionais até perspectivas progressistas e críticas, oferecendo uma ampla gama de insights sobre como o currículo deve ser desenvolvido e implementado.

Um dos pioneiros no currículo foi John Dewey (2010), esse estudioso escreveu sobre a importância do currículo relacionado à experiência e à aprendizagem prática. Lawrence Stenhouse (1983) defendeu uma abordagem mais centrada no aluno e na criação de currículos que permitam a exploração e a descoberta. Jerome Bruner (1991) enfatizou a importância da estrutura narrativa e da construção do conhecimento no currículo, além de promover a aprendizagem ativa. Paulo Freire (2010) argumentou que o currículo deve ser desenvolvido de maneira a capacitar os estudantes e promover a conscientização crítica. Michael Apple (1982) abordou questões de poder, ideologia e política no currículo, explorando como o currículo reflete e influencia as relações de poder na sociedade. Elliot Eisner (2008) concentrou-se na importância das artes na educação e argumentou que o currículo deve incluir uma variedade de formas de expressão. William Pinar (1995) destacou a importância de repensar o currículo com base em questões filosóficas e culturais e Henry Giroux (1986) examinou a crítica cultural e a pedagogia crítica no contexto do currículo, explorando como o currículo pode ser uma ferramenta de resistência e transformação social.

No Brasil, segundo Meira (2020), a história do currículo é tema com pouco mais de 20 anos de estudo sistemático, contudo, a quantidade de trabalhos produzidos nos últimos anos se tornou significativa.

Para Gesser e Ranghetti (2011), a sociedade contemporânea vem mudando sistematicamente e, com ela, a educação toma novos rumos e o currículo, como instrumento norteador das práticas de formação, carece de novos princípios organizadores.

Em tempos atuais, segundo Gesser/Ranghetti,

[...] se faz necessário um currículo que desenvolva a capacidade do pensamento crítico, da reflexão e da reconstrução da própria gênese histórica do currículo, das teorias e da prática da profissão, reconhecendo que as escolhas (pessoais e profissionais) são sempre carregadas de valores. Por isso, tanto o currículo quanto seus fundamentos devem ser históricos e críticos. (GESSER/RANGHETTI, 2011, p.4)

Para Lopes (2004), desenvolver habilidades de pesquisar a própria prática, confrontá-la com as produções teóricas, redimensionando tanto a prática em si quanto a teoria, num movimento dialógico e contínuo, no qual se produz a prática profissional, parece ser a tônica para uma formação profissional consciente. Para o autor:

Toda política curricular é, assim, uma política de constituição do conhecimento escolar: um conhecimento construído simultaneamente para a escola (em ações externas à escola) e pela escola (em suas práticas institucionais cotidianas). Ao mesmo tempo, toda política curricular é uma política cultural, pois o currículo é fruto de uma seleção da cultura e é um campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre sujeitos, concepções de conhecimento, formas de entender e construir o mundo. (LOPES, 2004, p. 111).

Quanto ao aspecto cultural, argumenta-se que a cultura é o conteúdo substancial da educação, cabendo à escola fazer uma seleção no interior desta cultura e uma reelaboração dos seus conteúdos destinados a serem transmitidos às novas gerações. Fouquin (1993) menciona que o educador tem muita influência ao selecionar o que deve ser perpetuado e o que deve cair no esquecimento, enfatizando que:

A educação escolar não se limita a fazer uma seleção entre os saberes e os materiais culturais disponíveis num dado momento, ela deve também para torná-los efetivamente transmissíveis, efetivamente assimiláveis a jovens gerações, entrega-se a um imenso trabalho de reorganização, de reestruturação ou de transposição didática. (FOUQUIN, 1993, p. 308).

Para Fernandes (2013), quando tratamos de currículo, devemos enfatizar sua concepção polissêmica. “O currículo inicialmente em um enfoque tecnicista é entendido como um conjunto de disciplinas, privilegiando o planejamento centrado nos objetivos, metas estratégias e avaliação”.

Definitivamente a concepção de currículo passa por transformações e os saberes escolares são influenciados pelas novas relações de poder na sociedade, tão logo surgem as questões relativas à cultura, à epistemologia, à história, à política e ao social e assim questões educacionais. Segundo Abramowicz (2006):

Atualmente, se concebe currículo como construtor de identidades na medida em que junto com o conteúdo das disciplinas escolares, com o conhecimento e os saberes que a ele se vincula, se adquire valores,

crenças, percepções que orientam o comportamento e estruturam personalidades. (ABRAMOWICZ, 2006, p. 16).

Para Gesser (2002):

Na atualidade, existe uma defesa por parte dos pesquisadores e pedagogos para uma perspectiva multidisciplinar para o currículo, onde sua organização seria feita por temas de fundo social, cultural e histórico da realidade escolar. Cabe aos estudantes e professores reunir conhecimentos e possibilidades para resolver problemas, promover o pensamento crítico e privilegiar justiça social ou equidade. (GESSER, 2002, p.70)

Para a autora, historiadores, educadores e pesquisadores da área da educação vêm trabalhando para obter uma reforma pedagógica e NÃO uma reforma política na educação. A autora faz um alerta:

É preciso rever o papel do professor nesse processo, que visa uma educação multicultural que promova a justiça social na sociedade de forma mais ampla, inclusive cita que algumas reformas foram efetivas e alcançaram seus propósitos, enquanto que outras nem foram aceitas e desapareceram. (GESSER, 2002, p.70)

Silva (1999) menciona que a origem da adoção da palavra currículo no vocabulário pedagógico data da primeira metade do século XVI, sendo que as primeiras teorizações sobre currículo se deram no século XX e as inflexões desta teorização, ao longo do mesmo século.

Para Hamilton (1992), o conceito de currículo é definido como:

Do latim, curriculum, significa caminho, trajeto, percurso, pista ou circuito atlético. Segundo Goodson (1995:7), o termo currículo é derivado da palavra latina currere, que significa correr, curso ou carro de corrida. Pode também estar se referindo à “ordem como sequência” e à “ordem como estrutura”. Nesta última acepção, remonta ao conjunto de práticas educativas difundidas no século XVI, em universidades, colégios e escolas, a partir do Modus et Ordo Parisienses. Modus designava a combinação e a subdivisão das escolas em classes, com a retenção da instrução individualizada, isto é, aluno – por – aluno e Ordo (ordem) com dois significados: sequência (ordem de eventos) e coerência (sociedade ‘ordenada’) (HAMILTON, 1992, p.6).

Vale lembrar que tanto o currículo tecnicista quanto o humanista, se concentravam nos clássicos gregos e latinos, sendo impulsionados pela ciência. Os princípios do currículo tecnicista foram inspirados nos princípios de desenvolvimento e administração científica idealizados por Frederick Taylor, que tinha como objetivo aplicar técnicas da indústria para fazer o currículo da escola

eficiente e transformar os estudantes em trabalhadores qualificados para o bom desempenho econômico. Nesse sentido, o professor por exemplo exercia a função de instrutor e seu papel centrava-se na forma eficiente e precisa (metodologia) de fazer com que seus alunos alcançassem as habilidades técnicas esperadas.

No início das primeiras décadas do século XX, o surgimento das ideias progressistas e tecnicistas criaram uma batalha central para reforma do currículo. O currículo progressivo foi concebido como um processo entre professores e estudantes que por meio de diálogo iriam determinar o que valeria a pena ser estudado. As ideias progressistas de educação representam “certamente o movimento de reforma mais bem lembrado da primeira metade do século XX”, o que permite Dewey (2010) dizer que “os propósitos da escola deveriam solucionar problemas sociais e construir uma sociedade melhor”.

O uso de aparatos didáticos apropriados e ensino individualizado eram cruciais e estratégicos para o ensino Montessoriano¹⁶, que reforça as doutrinas da educação progressista concebida. Dewey voltava-se para os interesses e as atividades da criança e propunha um currículo com enfoque ativo. Em suas palavras, “trata-se de obter uma reconstrução contínua, que parta da experiência infantil, a cada momento, para a experiência representada pelos corpos organizados de verdades, a que chamamos ‘matérias de estudo’. (Dewey, 2010, p. 48). Ainda, segundo o autor:

A escola tradicional está organizada para permitir que se pratiquem certas habilidades mecânicas e certas ideias, sem cogitar da prática de outros traços morais e emocionais desejáveis em uma personalidade. Como aprender, com efeito, honestidade, bondade, tolerância, no regime de ‘lições’ marcadas para o dia seguinte? Só uma situação real de vida, em que se tenha de exercer determinado traço de caráter, pode levar à sua prática e, portanto, à sua aprendizagem. Daí ser necessário que a escola ofereça um meio social vivo, cujas situações sejam tão reais quanto às fora da escola. (DEWEY, 2010, p.34).

Os reconstrucionistas acreditavam que o currículo deveria ajudar a reconstruir a sociedade e buscar soluções para as nossas crises sociais e culturais. Kliebard (1995) explica que:

¹⁶ Idealizado em 1907, pela médica italiana Maria Montessori, o método montessoriano consiste na promoção da autonomia e da liberdade individual, sempre respeitando os limites do desenvolvimento natural das habilidades físicas, sociais e psicológicas da criança.

[...] seus proponentes percebiam “o currículo organizado em torno de problemas sociais reais, e que estes não teriam o potencial de substituir o que caracterizava os estudos sociais em salas de aula, mas educaram com uma preocupação voltada para justiça social”. (KLIEBARD, 1995, p. 76).

Os currículos deveriam mudar a sociedade em lugar de perpetuá-la, e as desigualdades sociais e econômicas deveriam ser tratadas no currículo escolar para defender a reforma social. Esta visão curricular rompe com a postura tradicional que via os professores como meros transmissores de conteúdos, propondo que esses sejam articuladores do processo educacional na sua totalidade.

Tyler (2013) apresenta a sequência e os procedimentos para planejarmos, organizarmos e avaliarmos os currículos com base em objetivos ou propósitos pré-determinados por especialistas. Acrescenta ainda que “se formos estudar um programa educacional sistemático e inteligentemente devemos primeiro ter absoluta segurança quanto aos objetivos educacionais a serem atingidos”.

As necessidades dos estudantes e da sociedade também são consideradas, já o papel do professor limita-se pela implementação destes objetivos. Tyler (2013) menciona quatro capítulos de seu livro que providenciam uma explanação descritiva de caminhos para endereçar as quatro questões fundamentais.

1. Que objetivos educacionais a escola deve procurar atingir?
2. Que experiências educacionais podem ser oferecidas que tenham probabilidade de alcançar esses propósitos?
3. Como organizar eficientemente essas experiências educacionais?
4. Como podemos ter certeza de que esses objetivos estão sendo alcançados? (TYLER, 2013, p.76)

A principal reforma do currículo aconteceu nas áreas de Ciências e Matemática e o controle de mudança de currículo se tornou um assunto relegado aos especialistas das disciplinas acadêmicas.

A partir daí o caráter tecnicista, segundo Moreira (1990), o currículo é fortemente revivido, passando a ser o modelo dominante até meados dos anos 80, inclusive no Brasil. O papel do professor diante do currículo é limitado à sua implementação, ao passo que sua elaboração é determinada por especialistas.

Para Freire (1987), o currículo é visto como “uma arena política” para diversidade cultural, currículo para equidade de grupos desprivilegiados, e currículo para grupos estigmatizados baseado na pobreza”. (Freire, 1987; Apple, 1979).

Apple (1996) reconhece “o currículo como texto político que serve a propósitos específicos como a manutenção do estado atual, preservação da estratificação social, libertação das pessoas”. Em seu livro *Ideologia e Currículo* (1979), Apple define “o currículo oculto em termos do conceito de hegemonia e o vincula como o resultado da transmissão social e política do status quo”.

O currículo não é um corpo neutro e desinteressado de conhecimento, em sua análise a questão não é saber qual conhecimento é verdadeiro, mas qual conhecimento é considerado verdadeiro, a preocupação gira em torno das formas pelas quais um conhecimento é tido como verdadeiro em detrimento de outros. (APPLE, 2008, p.17)

Nesta proposta crítica para o desenvolvimento e implementação do currículo, o professor assume o papel primordial em todas as suas etapas: do seu desenvolvimento à sua implementação com os estudantes. Além disso, esta proposta prevê a participação coletiva da comunidade escolar no processo de construção curricular que não se reduz mais à atividade de “poucos iluminados” ou especialistas.

Hoje, mais do que nunca, o currículo está sendo discutido em torno de assuntos emergentes relacionados ao movimento da pedagogia crítica e neomarxista que vem se estruturando no que se caracteriza como a educação multicultural.

Esse modelo curricular ainda está sob as premissas de educação baseada em princípios inspirados por Freire (1987), os quais se configuram como uma teoria crítica de currículo. Nos anos 90, ela se define pelo termo “educação pós-moderna”. Em uma perspectiva “pós-moderna o currículo buscará entender contextualmente a história ao invés de delinear uma metanarrativa coerente com eventos e artefatos seletivos”.

Em se tratando de um currículo que resgate um ensino que abrace a causa dos patrimônios históricos culturais, preservação e conservação, a BNCC (2018) sugere:

Como unidade temática para o 3º ano do ensino fundamental (anos iniciais) o estudo sobre o lugar em que vive, tendo como um dos objetos

de estudos a produção dos marcos da memória a partir dos lugares, com habilidades a serem desenvolvidas de identificação dos patrimônios históricos e culturais, da compreensão sobre os arcos históricos e seus significados e identificação dos registros históricos. (BNCC, 2018, p.354).

Vernant (1970) nos lembra que “teme ver o patrimônio ser esquecido pelas gerações vindouras, pois o esquecimento é constitutivo da origem”.

Vale lembrar, segundo Zukin (2017):

A nova proeminência do patrimônio se constrói em longas ondas de valorização cultural, que, por sua vez, refletem ciclos de investimento no ambiente construído e na destruição do mesmo, pontuadas por sensações de perda, remorso e nostalgia. (ZUKIN, et al 2017, p. 25)

Como proposta deste trabalho de tese, defendemos uma aproximação da comunidade com os bens patrimoniais culturais que constituem sua realidade mais próxima, entre eles, os que estão inseridos em espaços públicos e em instituições, que por fatores estruturais, seja por sua imponência ou custo, ou pela localização, inibem o acesso de boa parte da população a alguns patrimônios culturais, como museus, centro culturais, salas de concertos, teatros e etc.

Os bens materiais pesquisados têm suas localizações no centro histórico da cidade de Porto Velho. A importância desses patrimônios remete ao pioneirismo do início da colonização da cidade com o advento da II Revolução Industrial (1860), com destaque para linha férrea¹⁷ e como consequência o surgimento das estruturas

¹⁷ Em 6 de julho de 1872, chega um grupo de 25 engenheiros e os primeiros trabalhadores e os materiais para a construção. Depois de sérios problemas provocados por ataques indígenas, febres e malária, os engenheiros e trabalhadores se retiraram do Vale do Madeira deixando para trás todo o material, alegando ser impossível a construção da ferrovia e por terem sido enganados sobre as condições da região. (Ferreira, 1960, p.81). Em 1877 é assinada Madeira – Mamoré Railway Co., um empreendimento incorporado pelos irmãos americanos Philips e Thomas Collins. Em 19 de fevereiro de 1878, o coronel George Earl Church contrata a empresa P & T Collins, e a locomotiva Coronel Church veio como parte do material que deveria construir inicialmente 32 km de estrada. (Ferreira, 1960, p.111). Após a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), são retomadas as discussões sobre a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e o governo brasileiro abre a licitação para a construção. Joaquim Catrambi venceu a licitação que repassa ao norte-americano Percival Farquhar, empresário com grandes empreendimentos nos Estados Unidos e na América Central. Os trabalhos da construção da Ferrovia Madeira-Mamoré Railway ficaram sob a responsabilidade da empreiteira May, Jekyll & Randolph, com sede em New York, - subsidiária da Madeira Mamoré Railway – fundada por Percival Farquhar em Portland nos EUA. (Ferreira, 1960, p.189)

políticas e econômicas, com o design de seus patrimônios em diversos estilos arquitetônicos e modelos de construção, como podemos mencionar abaixo.

PALÁCIO GETÚLIO VARGAS – Construído entre 1948 a 1953, projetado pelo engenheiro José Otino de Oliveira. Com estilo neoclássico, o palácio foi concluído no governo de Ênio Pinheiro, funcionou como sede administrativa do estado de Rondônia até 2015.

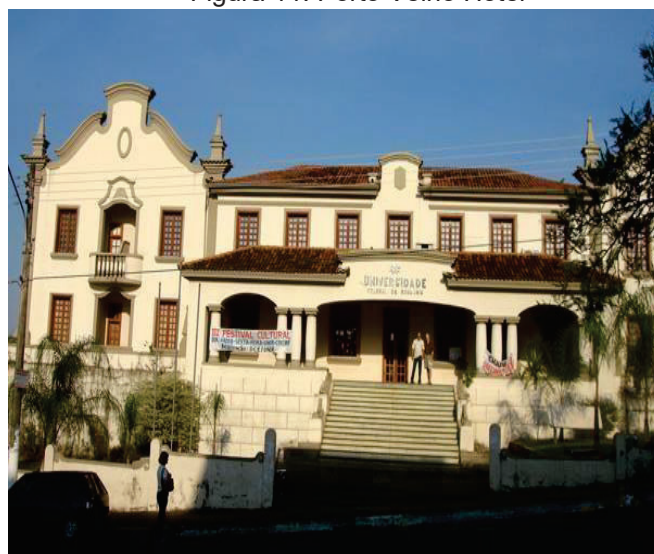
Figura 10: Palácio Getúlio Vargas



Fonte: acervo do autor

PORTO VELHO HOTEL, hoje **UNIR CENTRO** - Construído entre 1948 e 1953, o engenheiro foi Logrem de Vasconcelos Chaves do RJ. O supervisor da obra foi José Otino de Oliveira.

Figura 11: Porto Velho Hotel



Fonte: acervo do autor

MERCADO CENTRAL, hoje **MERCADO CULTURAL** – Sua construção data de 1915 a 1916, realizada por Fernando Guapindaia Brejense. O mercado pegou fogo em 1966, em decorrência de um curto circuito, foi posteriormente demolido.

Figura 12: Mercado público Municipal



Fonte: acervo do autor

ESCOLA CARMELA DUTRA – Anteriormente conhecida como Escola Normal do Guaporé, a instituição foi inaugurada em 19 de dezembro de 1947, durante a gestão do governador Cel. Frederico Trota. A primeira diretora da escola foi Marise Castiel.

Figura 13: Escola Normal do Guaporé



Fonte: acervo do autor

CAIARI – Foi o primeiro conjunto habitacional do Brasil, localizado em Porto Velho. Sua construção começou em 10 de junho de 1931, sendo concluída em 12 de outubro de 1940. O conjunto foi destinado ao corpo burocrático da EFMM.

Figura 14: Bairro Cayari



Fonte: acervo do autor

CAIXA D'ÁGUAS – A primeira caixa d'água foi montada em 1910, e as duas últimas em 1912, pela empresa Chicago Bridge & Iron Works, de Londres, com capacidade para 200.000 litros. Elas foram desativadas em 1957. Servia para abastecer a população.

Figura 15: Três caixas d'água



Fonte: acervo do autor

CASA DO SERINGALISTA ALBINO HENRIQUE – A Casa do Seringalista Albino Henrique, de estilo colonial, foi a primeira construção do centro histórico de Porto Velho, localizada na esquina das ruas Dom Pedro II e Avenida Dutra.

Figura 16: Casa do seringalista Albino Henrique



Fonte: acervo do autor

LOJA MAÇÔNICA UNIÃO E PERSEVERANÇA – Construída em 1909 e inaugurada em 24 de janeiro de 1917. Instalada provisoriamente segundo Esron de Menezes em um compartimento de um dos prédios da Madeira Mamoré Railway Company.

Figura 17: Loja Maçônica união e Perseverança



Fonte: acervo do autor

ESTRADA DE FERRO MADEIRA MOMORÉ – Teve sua construção iniciada pela empresa Public Works (1872), depois a Reed Bros & Co. (1875 – anulada). Em 1878, a P.T Collins conseguiu assentar 7 km. Em 1912 a empresa May, Jackel & Randolph concluiu a ferrovia.

Figura 18: Complexo ferroviário



Fonte: acervo do autor

CATEDRAL SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS – A pedra fundamental foi lançada em 03 de maio de 1917, na presença do Bispo Irineu Joffley, por Joaquim Tanajura. Concluída em 1927, sob a engenharia de Francisco Erse.

Figura 19: Catedral sagrado Coração de Jesus



Fonte: acervo do autor

EDIFÍCIO MONTE LÍBANO – De estilo neoclássico, o prédio pertenceu à família de Abidão Bichara & Filhos, construído em 1921. Posteriormente foi adquirido pelo governo federal devido ao acúmulo de impostos gerados pela família.

Figura 20: Edifício Monte Líbano



Fonte: acervo do autor

ESCOLA BARÃO DOS SOLIMÕES – Construído em 25 de agosto de 1925 pelo então governador do Amazonas, Alfredo Sá, por meio de um decreto histórico. A construção contou ainda, com o apoio dos operários da Estrada de Ferro Madeira Mamoré que ajudaram na iniciativa.

Figura 21: Escola Barão dos Solimões



Fonte: acervo do autor

EDUCANDÁRIO DOM BOSCO -. Construído em 7 de junho de 1935. A obra foi concluída três anos depois, começou a funcionar em forma de internato. Neste período atendia cerca de 400 alunos. As dificuldades para o empreendimento foram superadas pelos salesianos Pe. João Nicoletti e Pe. Ângelo Cerri.

Figura 22: Educandário dom Bosco



Fonte: acervo do autor

EDIFÍCIO FEITOSA – O prédio foi construído em 1945 e recebe o nome em homenagem a Emílio Alves Feitosa, que nasceu no Piauí e se estabeleceu em Porto Velho em 1923. Ele trabalhou como seringalista, atuou como presidente da cooperativa e delegado de polícia, falecendo em 26 de junho de 1975. O prédio serviu como sede do partido político PDT.

Figura 23: Edifício Feitosa



Fonte: acervo do autor

CINE E TEATRO RESCKY - O cinema foi inaugurado em junho de 1950, tornando Porto Velho uma das primeiras cidades do Brasil a ter um grande teatro. Na estreia, foi exibido o filme “A Pecadora”.

Figura 24: Cine e Teatro Rescky



Fonte: acervo do autor

MEMORIAL DA FEB – Monumento criado em 25 de agosto de 1999 em homenagem aos pracinhas que lutaram na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Os pracinhas foram soldados militares que serviram a Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

Figura 25: Memorial a FEB



Fonte: acervo do autor

PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO DA EFMM - Inaugurado em 15 de janeiro de 1949, o edifício possui um formato que lembra uma locomotiva. Já funcionou como Centro de Documentação Histórica de Rondônia e atualmente abriga a Prefeitura Municipal de Porto Velho.

Figura 26: Prédio da administração da EFMM



Fonte: acervo do autor

CLUBE INTERNACIONAL – Construído em 29 junho de 1919. No palco do Clube Internacional, foram apresentadas algumas peças teatrais como: “Porto Velho em Ceroulas”, “Com Eira e com Beiras” e “Gaspar, o Serralheiro”, entre outras.

Figura 27: Clube Internacional



Fonte: acervo do autor

CAFÉ SANTO – Funcionou nas décadas de 70 e 80, na Avenida 7 de Setembro. Antes, no local, funcionavam o jornal Guaporé e o Alto Madeira.

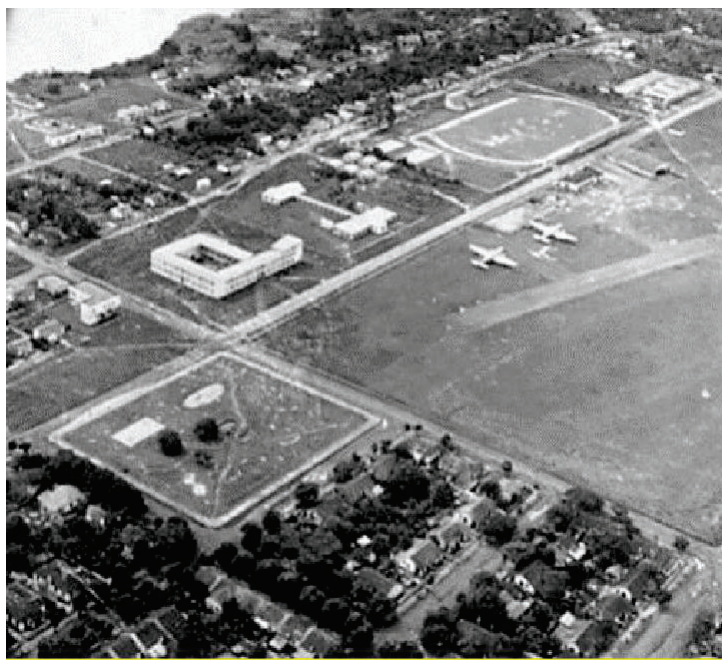
Figura 28: Café Santo



Fonte: acervo do autor

AEROPORTO SALGADO FILHO - Foi o primeiro aeroporto de Porto Velho, localizado na Avenida Farquar, onde atualmente funciona o ginásio Aluízio Ferreira, estendendo-se até o CPA.

Figura 29: Aeroporto Salgado Filho



Fonte: acervo do autor

MARCO DAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS - Foi erguido, em 1911, pela May, Jacky & Randolph como forma de limitar o espaço de atuação da EFMM.

Figura 30: Marco das coordenadas



Fonte: acervo do autor

1ª PREFEITURA DE PORTO VELHO – Localizada na Rua José Bonifácio, o prédio é conhecido como Ladeira do Comendador Centeno. Este sobrado tem vínculo profundo com a história de Porto Velho.

Figura 31: 1ª Prefeitura de Porto Velho



Fonte: acervo do autor

BANCO DA BORRACHA - Criado em 1932 no Amazonas para apoiar os seringalistas, o banco financiava suas produções e foi instalado em Porto Velho, na Avenida Dutra.

Figura 32: Banco da Borracha



Fonte: acervo do autor

PRAÇA JONATAS DE FREITAS PEDROSA - Localizada na Avenida 7 de Setembro, tem esse nome em homenagem ao governador do Amazonas.

Figura 33: Praça Jonatas Pedrosa



Fonte: acervo do autor

PRAÇA MARECHAL RONDON - Está localizada na Avenida 7 de Setembro, ganhou esse nome em homenagem ao patrono das comunicações do exército brasileiro.

Figura 34: Praça Marechal Rondon



Fonte: acervo do autor

MEMORIAL JORGE TEIXEIRA - De estilo colonial, foi a residência dos governadores do estado de Rondônia. Situado na rua José do Patrocínio, esquina com a Euclides da Cunha.

Figura 35: Memorial Jorge Teixeira



Fonte: acervo do autor

MEMORIAL RONDON - Inaugurado em 2015, o memorial está localizado no entorno da capela de Santo Antônio e traz uma exposição permanente dedicada a “Rondon”, consolidou-se como uma das grandes atrações turísticas de Porto Velho. O memorial apresenta ao público os detalhes da vida do militar, sertanista, *self mad-man* e ativista.

Figura 36: Memorial Rondon



Fonte: acervo do autor

Pereira (2022) ressalva que:

O processo de educação histórica se dá pela construção da consciência histórica, vista não somente como conhecimento do passado, mas na sua apreensão para compreender o presente, ou num sentido inverso. É o que se espera do ensino de História local e da educação patrimonial, desenvolver nos estudantes a capacidade de compreender a realidade a partir do local onde convive, onde os elementos do presente como marcos do passado, possuem significado para a compreensão sobre si, o espaço geográfico, sua história e seu povo. (PEREIRA, 2022, p. 24).

Em outra direção, Rossi (2010) enfatiza que os discursos científicos sobre o passado tiveram uma influência decisiva, por vezes determinante, inclusive sobre as várias posições assumidas nos últimos séculos quanto ao passado “humano”.

Chauí (2006) menciona algumas posturas referente a questão cultural que tem dificultado o acesso das pessoas ao patrimônio cultural, sendo elas:

A primeira que contemple a cultura como um saber acessível apenas para especialistas sendo preciso ter uma formação voltada para o seu entendimento: a segunda, que se ampara na arrogância dos que se apresentam “preparados” para usufruir da cultura, produzir e fruir da cultura, sendo prerrogativa de uma classe social que tem formação para tanto. (CHAUÍ, 2006, p. 8)

Muitas pessoas desconhecem a história e a relevância da memória dos lugares onde nasceram ou escolheram para viver, talvez por sua trajetória pessoal ou educativa, talvez tenham tido pouco estímulos para sentir, fluir, conhecer e reconhecer a importância destes espaços.

Nesse caso, segundo J.P. Vernant (1970), explorar o passado é ressignificar descobrir aquilo que se dissimula na profundidade do ser. Assim, todo conhecimento é uma forma de lembrança e a anamnese, atua num nível que não é o da empiria e da psicologia.

Rossi (2010) nos lembra ainda que:

A memória faz que os dados caibam em esquema conceitual, reconfigura sempre o passado tendo por base as exigências do presente. A história e a memória coletiva podem ser pensadas como as duas pontas de uma antinomia. (ROSSI, 2010, p. 28).

Com um currículo voltado para o exercício da prática do patrimônio cultural, entende-se como um universo que ajuda a configurar o espaço urbano e rural, e que proporcione processo educativo que transcendam a simples observação e contemplação dos patrimônios materiais e imateriais em uma perspectiva sensível, criativa e crítica, com o objetivo de construir novas posturas e percepções, como a de corresponsabilidade, de zelo, que prime em considerar:

O patrimônio, tanto o oficial, que é o patrimônio tombado pelo IPHAN, reconhecido e tombado etc... quanto ao não oficial, que é o patrimônio mais próximo das pessoas, aquilo que dentro de sua comunidade conta uma história, tem uma importância para a história daquela comunidade, conta aquilo que mantém a comunidade unida dentro de determinados valores, sejam elas festas, hábitos, não importa. É exatamente o que vem dos próprios grupos e o que os grupos valorizam e precisa ser cuidado e mantido (MARTINS, 2010, p. 15-16).

Franco (2019) corrobora com a ideia de que:

O ideal é que ambas, a educação formal e a educação não formal, reconheçam que um trabalho integrado entre elas potencializa o diálogo do indivíduo por meio de suas vivências e experiências no mundo vivido com os conhecimentos construídos historicamente, pois a cultura local e seus patrimônios, que dão sentido à comunidade em que o educando se insere é rico em dados, informações, estímulo, que podem enriquecer sua compreensão sobre eles. (FRANCO, 2019, p. 32).

Muito embora sabemos que as construções antigas de uma cidade, que constituem os monumentos patrimoniais material e imaterial, são obstáculos para

a continuação do expansionismo imobiliário, que vêm na sua preservação o impedimento para a construção de condomínios, centros empresariais e industriais, dentre outros.

Desta forma, segundo Franco (2019), trabalhar um currículo que contemple o patrimônio cultural da educação formal e na educação não formal é:

Essencial para uma formação cidadã, no intuito de aprofundar o conhecimento e a reflexão do indivíduo, que permita emergir postura, atitudes e comportamentos voltados para sua preservação, pelo desenvolvimento do sentimento de pertencimento perante o território e o lugar que ocupa, que sofre desvalorização em várias instâncias na sociedade. (FRANCO, 2019, p 34-35).

Em dias atuais, um currículo sobre patrimônio com valor pedagógico é possível ser adotado por instituições de ensino, visto que o currículo é uma área complexa e em constante evolução, influenciada por uma variedade de fatores, incluindo mudanças na sociedade, tecnologia e pesquisa educacional. O debate sobre o que deve ser incluído no currículo e como ele deve ser entregue continua a moldar a educação em todo o mundo. A história do currículo é uma narrativa vasta, rica em desenvolvimento e tendências, estando em constante evolução, assim como os pontos que aqui já foram mencionados.

John (2021) insere a ideia de que:

O patrimônio histórico e cultural constituído por bens material e imaterial impregnado de um valor simbólico para a comunidade representa a memória que foi materializada e valorizada pelos poderes locais. Perceber e desvendar esse jogo permite que novas perspectivas possam ser construídas em vista da construção de uma nova história, mais popular e democrática. (JOHN, 2021, p.13).

A compreensão dos vários movimentos históricos que, de uma forma ou de outra, caracterizaram os estudos e o desenvolvimento do currículo como um campo de atuação no âmbito educacional, parece ser indispensável aos avanços desejados à realidade escolar. O seu resgate histórico é ao mesmo tempo uma reflexão que permiti observar que diferentes forças ou eventos (externos: políticos, sociais ou econômicos) impulsionaram as diferentes reformas ou tentativas de reformas curriculares, cada qual dentro de um determinado contexto.

Canclini (2013) corrobora dizendo:

A cultura é um processo, ao qual chamamos de hibridação, isto é, composto por ligações interculturais em que se combinam e intercambiam elementos diversos, formando novas práticas e novos objetos. São

misturas, em que cada parte ganha e perde algo ao resolverem-se mutuamente nesse processo de troca. Tal perspectiva não nega, de maneira alguma, a existência de relações de poder e até mesmo de opressão, mas esclarece que não existem formas puras de cultura; são sempre misturadas. (ET AL MARCHETTE, 2016, p.59).

Algumas reformas curriculares foram eficazes e atingiram seus objetivos em parte ou na sua totalidade, enquanto outras sequer foram implementadas e desapareceram.

O currículo pode servir como uma ferramenta de autorreflexão contínua. Ao revisar e atualizar regularmente, a Unidade Escolar pode avaliar seu crescimento, identificar lacunas de habilidades e estabelecer metas para o desenvolvimento futuro. Essa prática de autoavaliação não apenas contribui para a evolução da instituição, mas também promove uma mentalidade de aprendizado contínuo. Dessa forma, o currículo transcende seu papel tradicional de apresentação para se tornar um instrumento valioso na gestão.

Nesse sentido, Franco (2019) menciona que:

Os conhecimentos que emergem do estudo do patrimônio cultural, em especial dos mais próximos dos indivíduos, comumente não são reconhecidos como conteúdos que mereçam compor currículo escolar, que, em muitos sistemas de ensino e unidades escolares, privilegiam os aspectos culturais vinculados ao conhecimento escolar mais tradicional. (FRANCO, 2019, p.45).

Os desafios do desenvolvimento e da prática do currículo escolar têm demonstrado ser um campo de lutas travadas em busca de um ideal para cada contexto. Este espaço de controvérsias e batalhas está se tornando cada vez mais complexo. Educadores e pesquisadores têm se debruçado sobre estes desafios, no sentido de elucidar seus contornos, desenvolvendo propostas para fazê-las mais palpáveis e eficientes.

Muito embora, Franco (2019) nos lembra que:

A escola, ao adotar um currículo oficial, geralmente imposto por órgão superiores e predeterminados para simples aplicação, entendendo que este, mesmo compreendendo um vasto território com grandes diferenças culturais, inibe ou impede que a cultural local, que é parte da identidade cultural dos alunos, seja trabalhada em sala de aula em consonância com o entorno em que a escola, as famílias e os alunos estão inseridos, principalmente as vinculadas às comunidades mais marginalizadas. (FRANCO, 2019, p.47).

Alinhada à legislação, nossa pesquisa se aproxima dos sujeitos da educação rondoniense, considerando o planejamento que propicie a explicitação das práticas de docência e que amplie a diversificação das intervenções no sentido da integração nas áreas e entre as áreas: linguagens, artes, ciências humanas, entre outras tradições disciplinares.

Os Projetos Políticos Pedagógicos¹⁸ das unidades escolares aqui pesquisadas foram construídos em consonância com docentes, pais, responsáveis e estudantes, sendo um documento que se constitui em uma proposta educacional que será realizada pelas instituições ao longo do ano letivo.

Em se tratando de um documento onde há a participação da comunidade escolar em sua elaboração do início ao fim, penso que esse documento não deve ser somente redigido e depois arquivado, como ressalta Veiga (1998):

[...] o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 1998, p.1).

O Projeto Político Pedagógico determina as metas a serem alcançadas e precisam ser implementados por todos da escola, tendo a função de organizar o trabalho pedagógico e concretizar a participação dos envolvidos, tornando um documento que envolva a comunidade circunvizinha todas as vezes que for solicitada.

¹⁸ No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação (Ferreira 1975, p. 1.144)

3.2 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, SUAS DIRETRIZES E SUA IMPORTÂNCIA

A Educação Patrimonial aplicada em ambiente escolar é crucial para pensar, preservar e transmitir a herança cultural histórica de uma sociedade para os nossos estudantes. Ao promover o entendimento e a valorização do patrimônio, ela contribui, como já vimos, para a identidade cultural, o senso de pertencimento e o respeito pela diversidade. Além disso, ajuda a conscientizar as gerações futuras sobre a importância da preservação e conservação dos bens culturais para a construção de uma sociedade mais consciente e responsável.

Desta forma, diversos autores têm contribuído para a discussão sobre a prática da Educação Patrimonial, dentre os quais podemos citar François Mairesse (2010), que contribuiu significativamente para a teoria e prática da educação patrimonial, destacando a importância da relação entre patrimônio e educação. Citamos também Jussara Derenji (1998), especialista em Educação Patrimonial, que aborda a relação entre patrimônio, identidade e educação, Maria de Lourdes Parreiras Horta (1999), deixa suas contribuições relevantes para a discussão da Educação Patrimonial no contexto brasileiro. Maria Cecília Londres Fonseca (2007), que destaca suas contribuições para a discussão sobre patrimônio, memória e educação. Antônio Arantes (2006) foca em questões relacionadas à preservação do patrimônio cultural e sua integração nos processos educacionais. Isabel Castro Henriques (2011) concentra seus estudos na relação entre a educação patrimonial e a construção da identidade cultural. José Augusto Pacheco (2007), contribui para a reflexão sobre a educação patrimonial no contexto da globalização e das transformações sociais. Rodolfo Stavenhagen (2010) enfatiza a importância da preservação do patrimônio cultural como parte integrante dos direitos humanos e Ana Pereira Roders (2021), especializada em patrimônio cultural e educação, aborda questões de inclusão social e sustentabilidade na preservação do patrimônio.

Explorar as obras desses autores oferece uma visão abrangente e aprofundada sobre a educação patrimonial e suas implicações em diversas áreas, como é o caso de Marchette (2016). Para o autor:

A Educação Patrimonial é o processo de aprendizagem que se realiza mediante a utilização dos bens culturais, de natureza material e imaterial, com recursos educacionais. Tal processo permite aproximar a sociedade do patrimônio cultural que a representa simbolicamente, promovendo a ampliação do entendimento da história passada e presente¹⁹...Na vida comunitária, a educação patrimonial é um elemento estratégico da atuação política, da constituição da memória e da sustentabilidade dos saberes tradicionais. (MARCHETTE, 2016, p.89)

Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Educação Patrimonial é o processo permanente e sistemático de trabalho educativo:

A educação patrimonial é composta por “processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação”. (IPHAN, 2007, p. 2)

Além disso, a Educação Patrimonial desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do pensamento crítico, ao incentivar a análise e reflexão sobre contextos históricos, culturais e sociais. Para Franco (2019), a educação patrimonial aproxima os indivíduos do patrimônio cultural de forma diferenciada de sua convivência cotidiana, que em muitos momentos se efetiva de maneira superficial, permeada por questões ideológicas com princípios de uma cultura dominante e acrítica. Além disso, destaca o autor, o patrimônio é um direito:

Conhecer seu patrimônio cultural, lutar pela sua identidade cultural é um direito, é cidadania, é se apropriar de sua rua, seu bairro, sua cidade e que, para se instituir, precisa de processos educacionais consistentes para uma prática emancipadora, crítica, que promova o sentir e amplie o conhecimento dos patrimônios culturais materiais e imateriais dos territórios em que as pessoas vivem, para que sejam objetos de reflexos e apropriação com os elementos culturais que permeiam o espaço em que moram e transmitem, em um processo de convivência, que seja orientada por uma consciência crítica de sua relevância e que sejam reconhecidas como exemplares de sua identidade cultural. (FRANCO, 2019, p.35)

Brarda e Rios (2004) mencionam a cidade como espaço de destaque que transmite aos estudantes aprendizagens múltiplas, pois cada cidade/lugar possui uma identidade ímpar. Elas são:

¹⁹ Esse processo de aprendizagem pode ocorrer nas estruturas formais e informais de ensino, sendo central em instituições de memória.

Verdadeiros espaços de aprendizagem, organizando, sistematizando e aprofundando o conhecimento informal que adquirimos dela espontaneamente na vida cotidiana, e ajudar a descobrir as relações e a estrutura ou estruturas que com frequência não se mostram diretamente perceptíveis. (BRARDA; RIOS, 2004, p. 31)

Diante deste quadro, Brarda e Rios (2004) defendem o desenvolvimento de processo pedagógico que possibilite aos indivíduos ler a cidade de forma crítica para possa reconhecê-la como um sistema dinâmica em constante evolução, com suas incoerências, inconsistência, contradições, distorções, desumanidade etc.

John (2021) afirma que a Educação Patrimonial:

Permite a socialização dos conhecimentos, dos saberes e dos valores culturais produzidos pela humanidade ao longo do tempo, assim como a preservação do patrimônio cultural, por sua vez, garante o direito de acesso à memória individual e coletiva, elemento fundamental do exercício da cidadania. (JOHN, 2021, p. 43).

Franco (2004) propõe uma Educação Patrimonial ancorada, com foco na realidade local, na potencialização dos espaços de educação formal e não formal, de forma articulada e dialógica. Para Assunção (2003), o patrimônio constitui uma herança histórica, deixada pelas gerações anteriores, que cabe a todos preservar para que seja transmitida às gerações vindouras. Gohn (2010) contribui dizendo que a educação formal, não formal e informal é o espaço com sua especificidade, mantendo alguns pontos em comum:

A educação (formal, não-formal e informal) é o campo prioritário para o desenvolvimento de valores para desenvolver a capacidade de enfrentar adversidades, mas também como capacidade de recriar, refazer, reproduzir, ressignificar, as condições concretas da vida cotidiana a partir de outras bases, buscando saídas e perspectivas novas (GOHN, 2010, p. 42).

Assim, entendemos que as cidades e todos os seus elementos culturais são considerados como objetos de conhecimentos nos processos educativos formais e não formal, e as interlocuções possíveis entre elas tendem a valorizar e colaborar para que o aprendiz estruture, expanda e compreenda de maneira crítica seu retorno. Para Ribeiro (2005), a educação patrimonial poderia contribuir no sentido de provocar e ampliar a participação da comunidade na identificação, reconhecimento e preservação de seu patrimônio cultural.

Assim sendo, a Educação Patrimonial refere-se a um conjunto de práticas educativas que têm como objetivo promover o conhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural e histórico de uma sociedade. Isso envolve o ensino sobre monumentos, tradições, objetos, documentos e outros elementos que representam a herança cultural de uma comunidade. Através de abordagens pedagógicas, a educação patrimonial busca sensibilizar as pessoas sobre a importância de proteger e transmitir esse legado para as gerações futuras. Neste sentido:

A educação patrimonial [...] parte sempre de uma tradição a qual se constitui na transmissão, de geração a geração, de técnicas e procedimentos dos portadores dos saberes para os aprendizes...nos últimos anos, esses saberes tradicionais têm ganhado destaque para além da preservação dos seus processos...sendo a cultura como eixo de desenvolvimento simbólico e econômico de uma nação é o centro da economia da cultura ou economia criativa. (MARCHETTE, 2016, p.110).

Além dos benefícios mencionados, a Educação Patrimonial pode fortalecer a coesão social ao incentivar a participação ativa da comunidade na preservação de seu próprio patrimônio. Ela proporciona uma compreensão mais profunda das tradições e valores que moldaram a sociedade, promovendo o diálogo intergeracional. Além disso, ao preservar e destacar elementos históricos, arquitetônicos e artísticos, a educação patrimonial contribui para a construção de uma memória coletiva, essencial para o desenvolvimento de uma sociedade resiliente e culturalmente enriquecida, que segundo a própria autora revela:

Contribui para a formação de um cidadão consciente dos seus direitos e deveres, que compreenderá a importância da preservação dos bens culturais para a preservação da memória e da identidade de um povo ou nação e da necessidade da ação de proteger e escolher seus bens patrimoniais. (ASSUNÇÃO, 2003, p.51)

A Educação Patrimonial também promove o turismo cultural sustentável, estimulando o interesse por visitas a locais históricos e museus. Dias (2008) adverte que o turismo na zona rural pode causar impacto na composição de espécies da fauna e flora, caso não seja bem planejado.

Ao integrar o patrimônio nos currículos educacionais, o processo contribui para a formação de cidadãos mais informados, engajados e conscientes da

importância de preservar as raízes culturais para o bem-estar da sociedade como um todo.

Segundo Dias (2008), uma política de turismo sustentável propicia as seguintes vantagens:

Estimula uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano; assegura uma distribuição justa de benefícios e custos; gera empregos locais, tanto diretos quanto indiretos; estimula indústrias domésticas lucrativas, e diversificada a economia local e o transporte local, assim como gera entrada de divisa para o país. (DIAS, 2008, p. 17)

O modo operante do turismo sustentável significa turismo economicamente viável, que não agride ou destrói o meio ambiente e os recursos naturais dos quais o turismo depende, principalmente os patrimônios cultural e natural.

A Educação Patrimonial também desempenha um papel crucial na promoção da sustentabilidade ambiental. Ao destacar a interconexão entre patrimônio cultural e natural, ela incentiva práticas que respeitam o meio ambiente e valorizam a relação harmoniosa entre as comunidades e seus ecossistemas. Além disso, a preservação do patrimônio arquitetônico muitas vezes implica em práticas sustentáveis de restauração e conservação, contribuindo para a conscientização sobre a importância da sustentabilidade no contexto cultural e histórico. Essa abordagem integrada ajuda a construir sociedades mais equilibradas e conscientes de seu impacto no meio ambiente.

A Educação Patrimonial também tem impacto econômico positivo. A preservação e promoção do patrimônio cultural podem impulsionar o turismo cultural, gerando receitas e empregos nas comunidades locais. Além disso, o desenvolvimento de habilidades relacionadas à preservação do patrimônio, como conservação, arqueologia e gestão cultural, cria oportunidades de emprego e contribui para o crescimento econômico sustentável. Dessa forma, a educação patrimonial não apenas enriquece culturalmente uma sociedade, mas também pode ter efeitos benéficos em sua prosperidade econômica.

Bonini e Pereira (2016) destacam que as comunidades têm ampliado a vontade de salvaguardar seus patrimônios através dos saberes que proporcionam tirar proveito através do turismo responsável. Em vista disso, os:

[...] líderes dessas comunidades percebem que, a cada dia que passa, certos saberes despontam interesses econômicos ao redor do turismo, e que isso produz uma economia local que pode salvaguardar, não só os bens culturais, como promover recursos e mudar a economia de uma determinada localidade, como vem acontecendo no país. (BONINI; PEREIRA, 2016, p. 20).

Além de transmitir conhecimento sobre o patrimônio cultural, a educação patrimonial também busca desenvolver habilidades, como o pensamento crítico e a consciência cultural. Ela incentiva a participação ativa da comunidade na preservação, promovendo o envolvimento direto das pessoas na identificação e proteção de seu próprio patrimônio. Essa abordagem colaborativa contribui para uma compreensão mais rica e inclusiva da história e da cultura, fortalecendo o senso de identidade e pertencimento das comunidades. Para Franco:

Educar de forma crítica impõe ir além das aparências em busca constante para desvelar e revelar as essências das coisas e dos fatos, com vistas a confrontar seu sentido, sua permanência, as influências que exercem sobre o mundo atual, como também às ausências, as lacunas, entre tantas outras questões que merecem uma reflexão e aprofundamento sobre as adequações (e inadequações) dos sentidos e significados que foram se consolidando com o tempo, à nossa época, aos nossos anseios, desejos e necessidades, rumo à construção de um mundo mais democrático, justo e solidário. (FRANCO, 2019, p.38)

A proposta de Educação Patrimonial surgiu no Brasil a partir de 1983, quando o Museu Imperial de Petrópolis (RJ) organizou em termos conceituais e práticos o I Seminário de Educação Patrimonial. A autora menciona que órgãos passaram a ter responsabilidade pela preservação do patrimônio:

[...] um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA, 1999, p. 6).

Desta maneira, o patrimônio cultural brasileiro vai além do simples objeto, sítios, monumentos arquitetônicos e centros antigos das cidades já reconhecida por seu público como representação memorial.

O princípio básico defendido pela teoria de Educação Patrimonial, de acordo com Costa (2009), é que “os indivíduos aprendem melhor por meio da vivência de experiências diretas com bens do patrimônio”.

Existem outras formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira...que revelam os múltiplos aspectos que podem assumir a cultura viva e presente de uma comunidade. (HORTA, 1999, p.7)

Desta maneira, a Educação Patrimonial estabelece a função de unir e promover a cidadania, preservando os patrimônios e construindo relações sólidas entre os integrantes da sociedade, a partir das relações sociais, históricas e culturais, sendo de grande relevância para a afirmação da identidade, desde que se assume como seres sociais, históricas e culturais e que possa ser utilizada em sala de aula de forma crítica.

Para Moura (2017):

A Educação Patrimonial tem a função decisiva no processo de promover o exercício da cidadania, por meio das preservações patrimoniais e a construir relações efetivas com a sociedade a partir do entendimento das relações sócio históricas, sendo uma importante ferramenta de afirmação de identidade a partir do momento que se assumam como seres sociais e históricos que pode ser utilizada em sala de aula para uma análise crítica. Pois quando o público reconhece a importância da diversidade cultural, seus territórios e espaços, é que surge a preservação em relação aos artefatos com o intuito de preservar a memória e história de um povo. (MOURA, 2017, p. 7).

Para Moura (2017), “um artefato não fala por si só, ou seja, é fundamental que haja um mediador cultural que demonstre, explique e fomenta o receptado à pesquisa”. Assim sendo, o condutor/interlocutor poderá apresentar os patrimônios culturais históricos e monumentos antigos que compõem a identidade de um povo, assim esse sentimento de pertencimento trará conscientização aos estudantes.

Desta forma, a Educação Patrimonial tem sido cada vez mais essencial para a discussão sobre cultura, patrimônio e monumento histórico, desenvolvendo a intelectualidade e enriquecendo o indivíduo no campo da memória por meio da valorização cultural. De acordo com Pelegrini (2006):

A educação patrimonial e ambiental deve ser conduzida de modo a contemplar a pesquisa, o registro, a exploração das potencialidades dos bens culturais e naturais no campo da memória, das raízes culturais e da valorização da diversidade. À medida que o cidadão se percebe como parte integrante do seu entorno, tende a elevar sua autoestima e a valorizar a sua identidade cultural. Essa experiência permite que esse cidadão se torne um agente fundamental da preservação do patrimônio em toda sua dimensão. (PELEGRINI, 2006, p. 127).

A Educação Patrimonial e sua importância busca a todo instante recorrer aqueles que estudam e pesquisam a temática patrimonial, para propor discussão no campo das políticas voltadas à preservação, conservação e cuidado com o patrimônio, quando tema sobre Educação Patrimonial vem ganhando cada vez mais espaço em questões ligadas ao patrimônio cultural.

Assim sendo, podemos entender que os processos educativos destacam o diálogo entre os agentes culturais e sociais na formação “coletiva e democrática do conhecimento”, além de compreender como fundamental a participação efetiva das comunidades que são referências culturais.

Nessa direção, e ampliando um pouco o conceito de Educação Patrimonial, Horta; Grunberg; Monteiro (1999) definem como:

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.6).

Um outro ponto importante para o patrimônio são as diretrizes para estabelecer padrões e princípios contábeis que orientam a forma como as informações sobre o patrimônio são registradas, apresentadas e interpretadas. Essas diretrizes contribuem para a consistência e transparência nas práticas, facilitando a compreensão e análise das demonstrações financeiras.

As “diretrizes do patrimônio” podem se referir a orientações ou princípios que norteiam a gestão e o entendimento do patrimônio de uma entidade. Estas diretrizes incluem conceitos contábeis, práticas de avaliação e critérios para registro de transações financeiras. Elas são fundamentais para garantir a consistência e a precisão na mensuração e apresentação das informações patrimoniais.

As diretrizes do patrimônio também podem abranger aspectos relacionados à preservação e à valorização do patrimônio, tanto no contexto contábil quanto no âmbito mais amplo da gestão. Isso envolve decisões estratégicas sobre investimentos, políticas de depreciação, reconhecimento de receitas e despesas, bem como a consideração de fatores econômicos e regulatórios que impactam o

patrimônio ao longo do tempo. Em resumo, essas diretrizes fornecem um quadro conceitual para uma administração eficaz do patrimônio.

CAPÍTULO 4 – A INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NOS CURRÍCULOS DE PORTO VELHO/RO

Os setores privilegiados cada vez mais determinam seus hábitos culturais em função de seu poder simbólico exercer sua diferença em relação ao resto da população. (...) Podemos ver uma extraordinária aceleração desse processo em todos os âmbitos de nossa vida cultural (FLECHA, 1996, p.36-37)

Neste capítulo propomos uma inserção do tema Educação Patrimonial nos currículos de História na cidade de Porto Velho, com a intenção de contribuir para o desenvolvimento de habilidades como o pensamento crítico, a capacidade de análise e interpretação de contextos históricos, além de promover o respeito pela diversidade cultural e a identidade local. Nesse caso, Franco (2019) menciona que:

Uma das maneiras de ampliar nossa compreensão é pelo estudo e observação do mundo vivido, do mundo que nos cerca, de nossa vida cotidiana, da nossa comunidade, com a qual partilhamos sonhos, desejos, necessidades e expectativas, na constituição de nossos saberes e fazeres que consolida nossa existência individual e coletiva. (FRANCO, 2019, p.37).

A inclusão da Educação Patrimonial no ensino de História amplia a compreensão do mundo e pode fortalecer a ligação entre a escola e a comunidade, incentivando parcerias com instituições culturais e envolvendo os estudantes em projetos de preservação e valorização do patrimônio.

Nesse caso, Franco (2019) avalia que:

As aprendizagens que se amparam na cidade e no patrimônio cultural como foco voltado para uma formação cidadã, seja na educação formal como na educação não formal, exigem um olhar que a conceba em uma perspectiva crítica, que supere uma formação meramente instrumental que contagiou muitos espaços educativos, processo que geralmente vem acompanhado com descuidos com conhecimento historicamente construído, e que desencadeia graves consequências na formação das futuras gerações. (FRANCO, 2019, p. 37)

A inserção da Educação Patrimonial nas escolas também pode estimular o senso de pertencimento e a construção da identidade cultural dos estudantes, proporcionando-lhes uma compreensão mais profunda da história e da herança cultural de sua própria comunidade, por vezes esquecida. Para isso, Arendt (2004) chama atenção para:

[...] com a perda da tradição perdemos o fio que nos guiou com segurança através dos vastos domínios do passado”. E “não se pode negar que, sem uma tradição firmemente ancorada, toda a dimensão do passado foi posta também em perigo”. Ficamos “ameaçados de esquecimento, e um tal olvido – pondo inteiramente de parte os conteúdos que se poderiam perder – significaria que, humanamente falando, nós teríamos privado de uma dimensão, a dimensão da profundidade da existência humana, pois memória e profundidade são o mesmo, ou antes, profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação. (ARENDT, 2004, p. 130-131)

Ao aprender sobre o patrimônio os estudantes podem desenvolver uma consciência mais ampla sobre questões de sustentabilidade, preservação ambiental e responsabilidade social, contribuindo para uma formação mais completa e cidadã, o que corrobora a ligação entre a escola e a comunidade, incentivando parcerias com instituições culturais e envolvendo os estudantes em projetos de preservação e valorização do patrimônio.

Este Capítulo será subdividido nas sessões apresentadas abaixo.

4.1 A INCLUSÃO DAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS ESCOLAS

No Brasil, segundo Chagas (2006), as práticas educativas estão ligadas ao patrimônio desde o século XIX, junto à ação dos museus históricos. Sendo assim, os estudos sobre os patrimônios históricos e culturais é uma via para análise com vistas a proporcionar a constituição de novos olhares e posicionamentos dos indivíduos perante o conhecimento e a realidade, entre os fazeres e saberes locais, como forma de fortalecimento da identidade cultural em um processo contra hegemônico e como forma de superação das práticas de diferenciação, de seguimento e da colonização sistemática do mundo da vida apresentada por Flecha (1996), e pela compreensão de que:

[...] cultural é algo apresentado como superior, e conseqüentemente colocado no centro da atenção do público. Esse é o tipo de cultura representado no currículo escolar e reconhecido como algo que abre portas para o mercado de trabalho nas sociedades neoliberais e conservadora de hoje. Ao contrário, a cultura popular é constituída como experiência marginal de grupos particulares “sem poder” e, portanto, como carentes de importância (SANTOMÉ, 2011, p. 86).

A Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010 (Brasil, 2010), institui o Plano Nacional de Cultura, tendo como objetivo “o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira”. (Brasil, 2014).

Para Marchette (2016), o conceito de Educação Patrimonial não pode ser isolado dos programas, ações e atitudes que envolvem, igualmente, a cultura e a formação educacional. A cultura e a educação são conceitos articulados e que, para serem efetivados, devem se manifestar não somente em ambiente formais, como a escola, mas também em ambientes externos difusos na sociedade, garantido a preservação da memória coletiva e do exercício da cidadania.

Vale ressaltar que os planos para o desenvolvimento da educação é um conjunto de medidas de ordens diversas (econômicas, sociais, políticas etc.) que

se destina a um propósito. Reforçando o marco jurídico firmado na CF/1988, a finalidade do PNC²⁰ é proteger e promover a diversidade cultural brasileira.

A multiplicidade de referência culturais abrigadas no vasto território nacional é a pedra de toque do fortalecimento das políticas públicas voltadas para a educação e para a cultura, sendo a preservação do patrimônio brasileiro um dos elementos constitutivos dessa agenda governamental.

Nesse sentido, entendemos que para o desenvolvimento de uma Educação Patrimonial nas escolas, faz-se necessário contemplar os patrimônios culturais que revelam a essência de uma cidade/comunidade, de um bairro etc., em um processo ativo, de conhecimento, conscientização, sensibilização e apropriação dos valores básicos da herança cultural de um grupo. Para não ficar repetitivo uma abordagem já bastante discutida sobre a trajetória da Educação Patrimonial no Brasil, com destaque para as produções do IPHAN, elaborada por Oliveira (2011), Biondo (2005) e Siviero (2015), nossa intenção é discutir as possibilidades da inclusão da Educação Patrimonial no currículo.

Segundo Dias (2007), o conhecimento voltado ao patrimônio cultural trabalhado junto aos estudantes representa algo que possibilita sua libertação, para que:

(...) preserve sua memória não em detrimento da memória das classes dominantes, mas no reconhecimento da existência de outras memórias e outros patrimônios que representam sua realidade em contraposição ao passado das elites (DIAS; SOARES, 2007, p.73).

Para que possamos ter a inclusão das práticas de Educação Patrimonial nos currículos escolares, faz-se necessário de uma metodologia condizentes para garantir processos educativos que transcendam a tendência meramente instrumental, que se expande em muitos sistemas educacionais e escolas, que pauta a formação das novas gerações na superficialidade, na inconstância, na urgência, para consolidar os novos modelos impostos pela globalização e a expansão do capital.

²⁰ Construído coletivamente em 2003, o Plano Nacional de Cultura foi publicado em 2007 e instituído por lei em 2010, sendo composto de 53 metas, somente alcançará seus propósitos quando envolver todos os entes federados, gestores e sociedade, por meio do bom funcionamento do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Para Arendt (2004), a educação não pode negligenciar a tradição e o conhecimento, uma vez que:

Com a perda da tradição perdemos o que nos guiou com segurança através de vastos domínios do passado (...) não se pode negar que, sem uma tradição firmemente ancorada, toda a dimensão do passado foi posta também em perigo. Estamos ameaçados de esquecimento, e tal olvido – pondo inteiramente de parte dos conteúdos que se poderiam perder – significaria que, humanamente falando, nos teria privado de uma dimensão, a dimensão da profundidade da existência humana. Pois memória e profundidade são o mesmo, a profundidade não pode ser alcançada e não através da recordação (ARENDT, 2004, p. 130-131).

Diante desse quadro, reafirmamos a relevância da inclusão das práticas de uma Educação Patrimonial, nas escolas públicas de Porto Velho, que proporcione aos estudantes momentos de diálogos com o mundo, tendo o conhecimento e significados atribuídos aos patrimônios históricos e culturais em diferentes épocas e contextos, que revelam o nosso modo de ser no mundo, como forma de desvendar por meio das manifestações, objetos, edificações e monumentos os sentidos que eles suscitam.

Horta (1999) corrobora dizendo que:

A habilidade de interpretar os objetos e os fenômenos amplia a nossa capacidade de compreender o mundo. Cada produto da criação humana, utilitário, artístico ou simbólico, é portador de sentidos e significados, cuja forma, conteúdos e expressão devemos aprender a ler ou decodificar (HORTA, et al, 1999., p.9).

A relação do estudante com o patrimônio cultural pode se concretizar de várias maneiras, principalmente utilizando as novas tecnologias e mídias digitais como ferramentas, sendo uma forma de expansão do conhecimento para a preservação e a conservação do patrimônio. Um exemplo ilustrativo dessa abordagem pode ser encontrado na utilização das redes sociais, como YouTube, Facebook e Instagram, para a disseminação de vídeos que documentam práticas de Educação Patrimonial com estudantes de escolas públicas em Porto Velho.

A inclusão das práticas pedagógicas em Educação Patrimonial, no currículo de ensino de História, é uma via de acesso aos patrimônios culturais, sendo uma ponte para uma abordagem sistematizada, e não como um apêndice, ou como um complemento de outras áreas de conhecimento, de forma superficial e fragmentada, como acontece em muitas escolas, mas sim como uma temática que,

pela sua abrangência e multiplicidade, dialoga com várias áreas, como Artes, História, Geografia, Literatura, entre outras, de forma multidisciplinar.

A inclusão das práticas pedagógicas refere-se à incorporação de métodos e abordagens no ensino que atendam às necessidades de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, origens ou circunstâncias. Essa abordagem visa criar um ambiente de aprendizagem inclusivo, onde cada estudante tem a oportunidade de aprender e se desenvolver. (BRASIL.2001, p.27)

Quanto ao termo “inclusão”, as práticas pedagógicas podem envolver uma diferenciação no ensino, com uso de tecnologias para o desenvolvimento e criação de material diversificado. Para a formação e capacitação de professores, além de criar um ambiente de apoio escolar, seguro e estimulante. Nesse contexto, o docente assume um papel fundamental, tendo em vista a sua posição de responsabilidade pela aproximação dos estudantes junto aos patrimônios. O docente exerce um elo entre estudantes e patrimônio, o que exige comprometimento, segurança e responsabilidade pelo seu trabalho. Essas práticas visam não apenas acomodar as necessidades dos estudantes, mas também promover a diversidade e a equidade no ambiente escolar, beneficiando a todos.

Quando se trata de inclusão de práticas de Educação Patrimonial nas escolas, referimo-nos à integração de atividades e métodos pedagógicos que visam sensibilizar e educar os estudantes sobre a importância do patrimônio cultural. Esse modelo de educação busca fomentar o respeito, a valorização e a preservação do patrimônio local, incluindo elementos materiais e imateriais, edifícios históricos, artefatos, tradições, práticas culturais e conhecimentos locais.

O manual intitulado Guia Básico de Educação Patrimonial, organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), está dividido em três partes. A primeira parte, traz a Promoção do Iphan e do Museu Imperial, acrescentando as diretrizes fundamentais para que possamos entender o que é o trabalho com Educação Patrimonial e como integrá-lo ao currículo escolar.

A segunda parte, apresenta alguns casos de estudos relacionados à Educação Patrimonial e, a última parte apresenta sugestões de oficinas, elaboração de material didático e de avaliação das ações pedagógicas, indicando, inclusive, outras fontes de pesquisa e informação sobre o assunto. A terceira e última parte

apresenta sugestões metodológicas aplicadas às ações educativas conforme imagem montada pelo autor abaixo.

Figura 37: Componentes da Educação Patrimonial



Fonte: Criação do autor

A figura acima apresenta as sequências contidas no Guia, sugerindo uma análise sequencial de cada item a ser explorado.

1. Introduzir aos estudantes à história e à cultura de sua própria comunidade, ajudando-os a compreender a importância de preservá-la e valorizá-la.
2. Organizar excursões a museus, sítios arqueológicos, monumentos históricos e outros locais de interesse cultural para proporcionar uma experiência direta com o patrimônio.
3. Encorajar os estudantes a desenvolverem projetos de pesquisa sobre aspectos específicos do patrimônio cultural, como tradições locais, festas, arquitetura, culinária e artesanato.
4. Colaborar com museus, centros culturais, universidades e outras instituições para enriquecer as atividades educacionais e proporcionar acesso a recursos e especialistas.
5. Envolver os estudantes em atividades práticas, como oficinas de artesanato tradicional, culinária, danças folclóricas e outras manifestações culturais.

6. Utilizar tecnologias digitais para criar projetos interativos, como documentários, blogs, websites e aplicativos que documentem e divulguem o patrimônio cultural.
7. Incentivar a participação dos estudantes em programas de voluntariado que envolvam a preservação do patrimônio, como restauração de monumentos ou organização de eventos culturais.
8. Integrar a Educação Patrimonial em diferentes disciplinas, como História, Geografia, Artes, Literatura e Ciências Sociais para proporcionar uma abordagem ampla e rica.
9. Envolver a comunidade local nas atividades escolares, promovendo um diálogo entre gerações e a troca de conhecimentos e experiências.
10. Estimular os estudantes a refletirem criticamente sobre as questões relacionadas ao patrimônio, como a importância da preservação, os desafios enfrentados e as políticas de conservação. (HORTA et al, 1999)

Posteriormente, o Guia apresenta os benefícios gerados para a Educação Patrimonial conforme imagem abaixo.

Figura 38: Benefício da Educação Patrimonial

BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



Fonte: Criação do autor

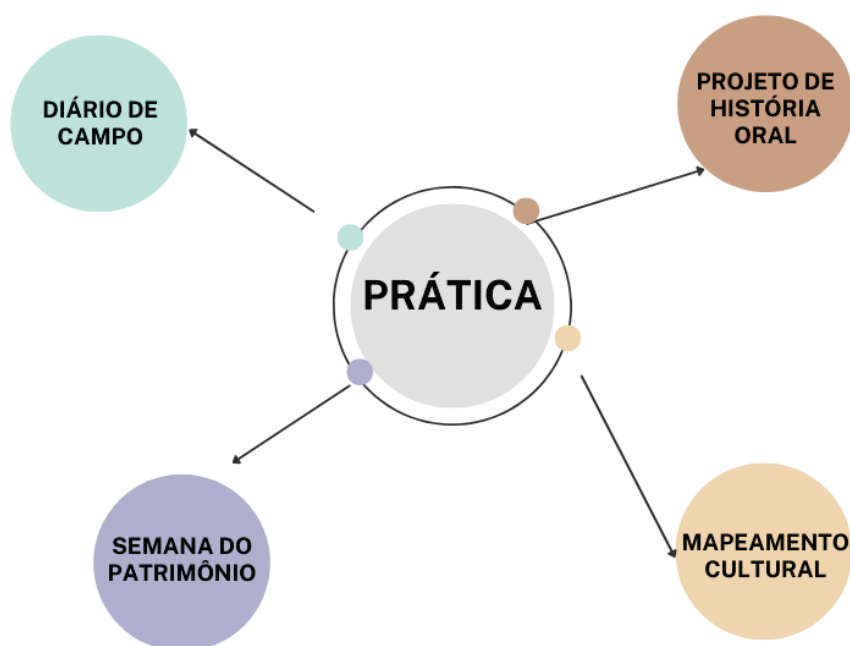
1. Promover o reconhecimento e a valorização das diversas culturas e tradições, fortalecendo a identidade cultural dos estudantes.
2. Ajudar os estudantes a desenvolverem uma visão crítica sobre a história, a cultura e as práticas de preservação do patrimônio.
3. Contribuir para a conscientização sobre a importância de preservar não só o patrimônio cultural, mas também o patrimônio natural.
4. Fomentar o engajamento dos estudantes com sua comunidade, incentivando o sentimento de pertença e responsabilidade social.

5. Enriquecer o currículo escolar com experiências práticas e diversificadas, tornando o aprendizado mais dinâmico e significativo. (HORTA et al, 1999)

Por último o Guia expõe um esboço de práticas de Educação Patrimonial conforme imagem abaixo.

Figura 39: Práticas da Educação Patrimonial

EXEMPLOS DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



Fonte: Criação do autor

1. Estudantes entrevistam membros mais velhos da comunidade para documentar histórias, tradições e costumes.
2. Criação de mapas que destacam os pontos de interesse cultural e histórico da comunidade.
3. Organização de uma semana dedicada a atividades relacionadas ao patrimônio, incluindo exposições, apresentações culturais e palestras.
4. Estudantes mantêm um diário para registrar suas observações e reflexões sobre visitas a locais históricos ou atividades culturais. (HORTA et al, 1999)

A inclusão das práticas de Educação Patrimonial nas escolas contribui para a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e engajados na preservação do

patrimônio cultural, garantindo que esses valores sejam transmitidos para as futuras gerações.

No Brasil, data da década de 1980, todavia a formulação da expressão Educação Patrimonial chegou ao país a partir de experiências ocorridas na Inglaterra e aplicadas aqui, como utilização de museus e de monumentos históricos com fins educacionais. A proposta metodológica que embasava as ações educativas de valorização e preservação do patrimônio cultural começou, nesse período, a ser definida, segundo Horta (1999), “inspirando-se no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra sob a designação de “Heritage Education”.

A inclusão da prática de Educação Patrimonial na escola tem um papel decisivo no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se para muito além da divulgação do patrimônio.

De acordo com Florêncio (2015):

Não bastam a “promoção” e “difusão” de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação do patrimônio cultural. Trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural. (FLORÊNCIO, 2015, p.23).

A Educação Patrimonial deve ser vista como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para a definição de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo, e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. O reconhecimento desse fato, segundo Florêncio (2015) certamente, inserido em um campo de lutas e contradições, evidencia a visibilidade de culturas marginalizadas ou excluídas da modernidade ocidental, e que são fundamentais para o estabelecimento de diálogos interculturais e de uma cultura de tolerância com a diversidade.

A Educação Patrimonial se constitui de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão social histórica das referências culturais em todas as suas manifestações com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos de base democrática devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas. (FLORÊNCIO, 2015, p.24).

Para que a ação educativa de valorização e preservação do patrimônio cumpra seu papel, faz-se necessário indicar alguns dos caminhos possíveis a serem trilhados. A Educação patrimonial, em primeiro lugar, deve considerar que a preservação dos bens culturais deve ser compreendida como prática social, inserida nos contextos culturais, nos espaços da vida das pessoas. Para Brandão (1996), as práticas devem enaltecer e retificar coisas e objetos sem submetê-los a um universo de ressignificação dos bens culturais. Deve-se, portanto, associar o valor histórico do bem cultural ao seu lugar atual, em sua comunidade de inserção, ou seja, ao lugar social onde o bem-estar agora.

Pensar em educação para o patrimônio cultural requer, também, pensar em qual perspectiva de educação deve pautar as ações.

Desta forma, a educação é pensada como um processo que tem seus segmentos a serem cumpridos. Para Paulo Freire (1970), a educação significa reflexão constante e ação transformadora dos sujeitos no mundo e não uma educação somente reprodutora de informações, como via de mão única e que identifique os educandos como consumidores de informações.

A educação que se vislumbra é aquela que se caracteriza como mediação para a construção coletiva do conhecimento, a que identifica a comunidade como produtora de saberes, que reconhece, portanto, a existência de um saber local, a que reconhece que os bens culturais estão inseridos em contextos de significados próprios associados à memória do local.

Assim, sonhos são produzidos em estados de criação e liberdade, cuja mediação social deve facilitar a possibilidade de se difundir livremente os saberes podendo produzir a condição básica para a compreensão ao falar de patrimônio, como lembra Freire (2011):

[...] é possível dizer que a Educação Patrimonial pode ser uma importante ferramenta na afirmação de identidades e para que as pessoas se assumam como seres sociais e históricos, como seres pensantes, comunicantes, transformadores, criadores, realizadores de sonhos (FREIRE, 2011, p. 42).

Trabalhar a temática de Educação Patrimonial em sala de aula, segundo o PCN (1998), é uma opção, pois ajuda na preparação para a prática em lócus, podendo ser contemplado com temas transversais na Pluralidade Cultural:

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e às críticas às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (PCN, 1998, p. 121)

Inseridos como temas transversais aplicáveis, as disciplinas éticas, pluralidade cultural, saúde, meio ambiente, orientação sexual, trabalho e consumo estão definidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Esses temas tratam das problemáticas sociais enfrentadas pelos estudantes que podem e devem ser abordadas em sala de aula, sempre levando em conta a realidade de cada contexto social, político, econômico ou cultural.

Esta pluralidade cultural, aplicada em sala de aula, contempla a variedade étnica formadora da sociedade brasileira, a diversidade cultural dessa sociedade e ainda conceitos como igualdade, cidadania e nação.

Para informar adequadamente a perspectiva de ensino e aprendizagem, é importante esclarecer o caráter interdisciplinar que constitui o campo de estudos teóricos da Pluralidade Cultural. A fundamentação ética, o entendimento de preceitos jurídicos, incluindo o campo internacional, conhecimentos acumulados no campo da História e da Geografia, noções e conceitos originários da Antropologia, da Linguística, da Sociologia, da Psicologia, aspectos referentes a Estudos Populacionais, além do saber produzido no âmbito de movimentos sociais e de suas organizações comunitárias constituem uma base sobre a qual se opera tal reflexão que, ao voltar-se para a atuação na escola, deve ter cunho eminentemente pedagógico (PCN, 1998, p. 129)

Por tanto, a inclusão do Patrimônio Cultural no currículo escolar é uma forma de se trabalhar com conceitos como preservação, identidade nacional, diversidade cultural, bens culturais de natureza material e imaterial, conceitos que envolvem o universo patrimonial e cultural. Também é a oportunidade de se trabalhar com o conceito de cidadania, tema tão presente nas escolas e na ação de instituições governamentais. Esse debate sobre a cidadania já era proposto em tempos passados, como afirma Fonseca (2005), a respeito do documento Diretrizes para a operacionalização da política cultural do MEC:

Nesse documento, elaborou-se uma visão mais politizada da questão do patrimônio; na verdade, desde o final dos anos 70, membros do grupo da “referência” procuravam relacionar a questão do patrimônio à luta pela cidadania (FONSECA, 2005, p. 216).

Como exemplo, temos o projeto “Fala-me de Porto Velho” aplicado aos estudantes da rede pública e privada de ensino, indo além da relação do patrimônio cultural e cidadania ao incluir a Educação como mecanismo de aprendizagem, reconhecendo a importância de associar a preservação do patrimônio ao exercício da cidadania, que de acordo com Paiva (2000):

A educação é o portal de entrada para preservar o que existe de valor para um grupo ou sociedade. A educação patrimonial, por sua vez, constitui-se em ferramenta estratégica para estimular o cidadão a usar sua autonomia no sentido de valorizar e conservar seu ambiente e o patrimônio cultural que o integra (PAIVA, 2000, p. 4)

O objetivo deste projeto é sensibilizar os estudantes para a preservação, conservação e defesa local na proteção dos bens culturais dos nossos patrimônios, vestígios da memória dos pioneiros do Estado de Rondônia.

Fonseca (2005) defende que:

[...] ao funcionar apenas como símbolo abstrato e distante da nacionalidade, em que um grupo muito reduzido se reconhece, e referido a valores estranhos ao imaginário da grande maioria da população brasileira, o ônus de sua proteção e conservação acaba sendo considerado como um fardo por mentes mais pragmáticas (FONSECA, 2005, p. 27).

Infelizmente o valor patrimonial desses bens culturais só é reconhecido por uma pequena parcela da população intelectualizada, detentora de valores artísticos, estéticos e históricos. Podemos dizer que essa “parcela da população” é aquela que integra o corpo técnico da instituição de preservação, como Iphan e secretarias de culturas espalhadas pelo Brasil. Esse desconhecimento do valor do patrimônio cultural por parte da população e, em especial, por a comunidade estudantil gera conflitos quanto à necessidade de preservar esses bens.

Figura 40: Projeto Cultural Fala-me de Porto Velho

1 - PORTO VELHO nasceu em 1907 sobre a estrutura da EFMM, sendo o mais novo empreendimento industrial de grande vulto na Amazônia. Surgindo dentro do espaço pertencente ao Estado do Amazonas a 7 Km abaixo de Santo Antônio.



2- CPA – Também conhecido como Palácio Rio Madeira, localizado na Av. Farquhar, entre Pio XII e Padre Chiquinho, Pedrinhas. Inaugurado em 2015. Os edifícios que compõem o Palácio são: Rio Pacaás Novos - Machado - Jamari - Guaporé e Cautário.



HISTORIADOR e ESCRITOR
LOURISMAR BARROSO

PORTO VELHO – RO

PASSEIO CULTURAL

FALA-ME DE PORTO VELHO



Nada é indiferente perante o sentimento.
(Rondon)

3 - CARMELA DUTRA – Foi no passado a Escola Normal do Guaporé, teve sua construção em 19/12/1947 durante a gestão do gov. Cel. Frederico Trota. Sua primeira diretora foi Marise Castiel.



4 - CAIARI – Foi o primeiro conjunto habitacional do Brasil, localizado em Porto Velho, teve sua construção em 10/06/1931, sendo concluído em 12/10/1940, destinado ao corpo burocrático da EFMM.



Fonte: do autor

4.2 FOMENTANDO AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PORTO VELHO

Temos a opinião de que, o ensino de história assim como possivelmente imaginamos que seja em outras áreas, os conteúdos, além de cumprirem sua função informativa, acabam exercendo uma perspectiva formativa, quando seu envolvimento tem servido mais para alienar a consciência dos nossos estudantes do que para promovê-lo ao seu papel como cidadão. Assim, o ensino de História tem suas observações voltadas para o passado, assim como para o presente, de acordo com o método que se queira adotar em seu dia a dia.

Entendemos que para ministrar aulas de História, o professor precisa ser criativo, usar da imaginação e explorar método e materiais para deixar o ensino mais interessante do ponto de vista acadêmico e com participação ativa dos estudantes.

Uma das formas de se trabalhar no ensino de História é com o estudo dos Patrimônios Culturais de cidade com estudantes, colocando em prática a Educação Patrimonial, onde o professor aborda com os seus alunos a importância da preservação e conservação dos patrimônios como vestígios de um passado não muito distante, passado esse que tem cravado o registro da memória.

Como lembra Franco (2019):

O estudo da cidade, do bairro, como forma de explorar o contexto urbano no estudo patrimonial por meio do estudo do meio, com a organização de passeios para observação da paisagem urbana, que começa no espaço escolar com a elaboração de exercícios cartográficos, para a organização de um roteiro com os elementos mais significativos e que já são conhecimento dos estudantes, de pesquisas documentais, etc. (FRANCO 2019, p.126)

Como um simples roteiro, o docente pode planejar e organizar uma exposição fotográfica do local que será visitado, com imagens dos patrimônios existentes e sua localização no espaço histórico de sua cidade. Num segundo momento, através de um planejamento, o docente poderá com seus estudantes fazer uma visitação ao espaço estudado, que funcionará como sala de aula, porém diferenciado. Os aprendizes serão avaliados quanto ao seu desempenho e entendimento sobre a aula abordada em lócus.

Paiva (2021) corrobora o uso da metodologia empregada para esse tipo de atividade:

Essa metodologia deve ser dividida em quatro partes que levarão a atingir a eficácia e o sucesso esperado, as fases são as seguintes: observação minuciosa do patrimônio, observar todas as suas especificidades, depois a fase do registro das informações coletadas e observadas, é importante que tudo seja registrado por mais pífio que seja considerado pode servir para a descoberta de algo novo, após isso tem a fase da exploração que vem a ser levantar uma problemática e possíveis hipóteses além da pesquisa em outras fontes e por último a fase da apropriação que é valorização a valorização do bem cultural, recriar ele em seu ambiente de origem quando for possível. (Paiva, 2021, p. 6)

Como proposta, o docente de História pode estender o convite para outras disciplinas e trabalhar de forma multidisciplinar com os estudantes para desenvolverem um trabalho sobre o que viram e absorveram do estudo em lócus, cada uma dentro do seu conceito de abordagem.

Como orientação sugerimos que, ao trabalhar com imagens sobre os patrimônios em sala de aula, é preciso que antes o docente faça uma análise criteriosa do seu objeto de estudo, qual o seu objetivo, como fará para alcançá-lo, como e quando os estudantes serão avaliados e qual será o peso dessa avaliação. O professor deve esclarecer aos discentes que os conhecimentos adquiridos não servirão somente para o ambiente escolar, mas também serão aplicáveis em suas vidas.

Caminhando nessa vertente, Gonçalves (2002) faz um alerta quanto a importância de preservar a memória de um povo através de seus monumentos, edificações, objetos e outros bens. Para o autor, é preciso entender que:

Os patrimônios culturais são estratégias por meios das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em 'patrimônio'. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de 'representação', que funda a memória e a identidade. (...) Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público. (GONÇALVES. In: OLIVEIRA, 2002. p. 121-122)

Entendemos que ministrar aula de História usando o Patrimônio como ferramenta alternativa é uma opção com ramificação da aprendizagem que está

atrelado a sala de aula, possibilitando o estudante obter conhecimento através de outros meios. Essa metodologia proporciona que os docentes da rede pública de ensino de Porto Velho saiam do quadrado, com a opção de ministrar suas aulas em lócus. Esse método intensifica o desenvolvimento do estudante, além de proporcionar conhecimentos da origem de sua sociedade. Como menciona Horta (1999), esta forma de ensino mergulha:

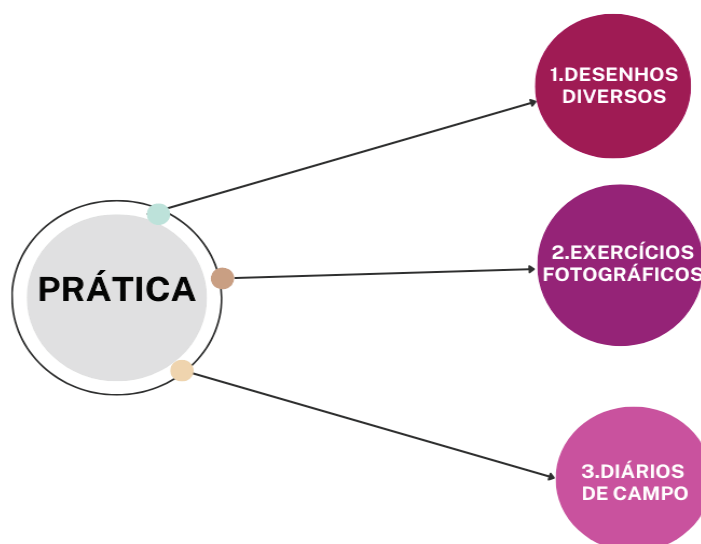
(...) as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, 1999, p. 6).

Com um planejamento elaborado pelo docente para essa atividade, a etapa seguinte será realizada pelos estudantes, com olhar voltado para o patrimônio cultural e sua importância para o processo ensino aprendizagem.

Como proposta a ser executada, temos o quadro abaixo:

Figura 41: Fomentando a prática de Educação Patrimonial

FOMENTANDO A PRÁTICA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



Fonte: Criação do autor

1. A pedido do docente, o estudante poderá optar por um monumento e, em seguida, desenhá-lo, podendo ser uma ilustração parcial ou em sua totalidade, com

destaque dos monumentos; como fachada, pilares, colunas etc., e como esse patrimônio se relaciona com os outros elementos inseridos na paisagem.

O estudante poderá optar por elaborar desenhos em seus detalhes, de fragmentos, como por exemplo, os detalhes da janela, a platibanda, o arco da porta, as texturas de revestimentos, o piso e revestimento, dentre outros.

Vale ressaltar que o desenho de um monumento proporciona aos estudantes o desenvolvimento de um olhar mais atento, curioso e técnico, buscando captar os detalhes que, em um primeiro momento, geralmente não são visíveis a olho nu.

2. Com uso de dispositivos móveis e aliado à tecnologia, os estudantes podem potencializar a proposta dessa ação educativa, propagando a sua verdadeira intenção de preservação e conservação do patrimônio. Nesse caso, o uso do celular traz inúmeras possibilidades de utilização nos processos educacionais, dentre elas, o registro fotográfico, a filmagem do patrimônio, sendo uma prática comum na atual geração, utilizando o celular para registrar seus momentos de vivências.

3. As anotações no diário de bordo será uma ferramenta utilizada para registro e coleta de dados e para a descrição dos lugares, objetos acontecimentos, manifestações, conversas etc., na exploração do espaço urbano e de patrimônios culturais, como também dos fazeres e saberes dentre outros, que se associam ao patrimônio cultural da localidade.

Essa prática de ensino justifica se o estudo dos patrimônios através da Educação Patrimonial foi inserido e organizado em seus vários momentos, quando os estudantes passam a explorar o ambiente em estudo com seus registros fotográficos e impressões, sensações, emoções, com objetivo de descrever o ambiente visitado e o que mais lhe chamou atenção, como estrutura, cobertura, piso, pilastras, colunas, platibanda etc.

A aplicação deste método de ensino é responsável por apresentar aos estudantes a sensação vivenciada em lócus, com descrição em detalhes do ambiente visitado. Esta movimentação em lócus traz a percepção da valorização, conservação e pertencimento. Todos os detalhes observados sob a lupa do estudante são importantes, como as cores das paredes, a textura, o estado de conservação e as reflexões que esse realizou ao observar o patrimônio, aspectos estilísticos presentes na paisagem etc.

Franco (2019) faz um alerta quanto a essa prática de visitação:

Quando o estudo está voltado a algum aspecto ligado ao patrimônio material e imaterial, que se reporta às manifestações, encontros etc., todos os aspectos observados são importantes, como cheiros, sabores, olhares, gestos, sorrisos, movimentos corporais, reação das pessoas ante alguma apresentação etc., registros que comporão, em conjunto com as fotografias, filmagens, desenhos, material para ampliar o estudo e a compreensão sobre os patrimônios estudados. (FRANCO, 2019, p.128).

Jhon (2021) corrobora mencionando que existem algumas observações quanto a essa prática de ensino que precisam ser seguidos:

A Educação Patrimonial procura estabelecer uma relação de aproximação do indivíduo com o seu patrimônio, instigando nele, quatro atitudes: a observação e a reflexão sobre o bem cultural escolhido; a manifestação das impressões sobre ele; a capacidade de pesquisa e discussão sobre os resultados; e a apropriação de um novo significado para o bem cultural. (JHON, 2021, p.48).

Nos estudos do centro histórico da cidade de Porto Velho, através da Educação Patrimonial, é preciso que o docente tenha conhecimento do roteiro que será traçado para essa atividade. Uma vez que a orientação sugerida é que procure visitar o ambiente antes de executar a atividade, identificar os patrimônios mais próximos, cronometrar o tempo de visitação para depois conseguir visitar os mais afastados. Ao abordar cada patrimônio visitado, a explicação levará alguns minutos, o docente pedirá para os que estão presentes fazerem a leitura da paisagem daquele monumento.

De acordo com Oliveira (2009), a prática, mencionada por essa metodologia aplicada nesse tipo de atividade, contém etapas simples de execução, e que:

Se utilizada de forma adequada, torna-se uma ferramenta de grande importância na sensibilização do sujeito para com o meio cultural, social, político, econômico e, certamente, natural em que atua, visto seu envolvimento sustentável. Tornando-se mais consciente/sensível de seu papel ante a preservação/conservação do patrimônio, não de uma abstrata humanidade, mas constituinte do ecossistema planetário no qual nos inserimos como corresponsáveis (OLIVEIRA, 2009, p.210).

Cabe lembrar que essa é apenas uma das diversas ações que o docente tem à disposição para a execução e desenvolvimento da atividade de Educação Patrimonial *in loco*, quando estabelece um direcionamento para a caminhada, pois, para a realização de um projeto com essa envergadura, o estudante necessita de

conhecimento prévio que o oriente para um olhar sensível, o saber ler o silêncio, caso contrário, a atividade corre o risco de se orientar pela superficialidade. Como lembra Horta (1999):

O meio ambiente histórico é dinâmico e sofre continuamente alterações, questões fundamentais para a compreensão do patrimônio cultural, processo em que a mudança e a continuidade deixam suas marcas, vestígios, que nos permite entender a lógica do espaço, sua simbologia presente nos elementos, equipamentos e conjuntos urbanos. (HORTA et al., 1999, p.125)

Para Melo e Vogel (1984):

O espaço construído é um elemento da própria cultura que revela os modos de vida em diferentes momentos da existência humana em uma mesma localidade, aspecto que faz com que a Arqueologia Urbana transcenda o levantamento das dimensões patrimoniais materiais de uma cidade. (MELO, VOGEL, 1984, p. 48)

Este modelo de metodologia por intermédio da prática de Educação Patrimonial ajuda a desenvolver as ações que visam superar o método conteudista da educação atual, de uma escola que trabalha a mera transmissão de conhecimentos para um espaço provocador, reflexivo, que objetiva propiciar uma educação crítica para a emancipação do estudante.

Barbosa e Horn (2008) destacam a necessidade de se considerar a nova dinâmica das sociedades contemporâneas na educação escolar, o que exige novos modos de pensar, planejar e realizar a ação pedagógica, sendo preciso:

Passar-se de uma concepção segundo a qual as crianças eram vistas como seres em faltas, incompletos, apenas para serem protegidos, para uma concepção das crianças como protagonistas do desenvolvimento realizado por meio de uma interlocução ativa com seus pares, com os adultos que as rodeiam e com o ambiente no qual estão inseridos (BARBOSA; HORN, 2008, p.28).

Criado o jargão “conhecer para preservar”, partimos do pressuposto de que a sociedade como um todo, inclusive a estudantil em fase escolar, desconhece a história dos seus patrimônios históricos, a sua localização e importância. A falta de conhecimento é a fonte de todos os problemas. Por isso, a campanha pela proteção e conservação do patrimônio deve ser intensa. Como menciona Scifoni (2017):

A cidade só existe pela acumulação de tempos do passado, a perda dos referenciais urbanos, que se dá pela rápida transformação do ambiente construído, nos faz mergulhar na vertigem do vácuo, em um sentido de

estranhamento em relação aos lugares da vida, que se manifesta como sentimento do desconhecido e da perda de identidade com o lugar. (SCIFONI, 2017, p. 8)

Aos docentes de História cabe superar as discussões sobre o passado do patrimônio, situando-o no século XXI. Dessa forma, Teixeira (2008) adverte que:

Devemos deixar bem claro que patrimônio não é necessariamente tudo aquilo que determinada sociedade considera significativo no presente, mas também o que foi importante no contexto do passado. Consequentemente, não é apenas o belo, o grandioso, o heroico. Também é o corriqueiro, o cotidiano, e o simples. (TEIXEIRA, 2008, p. 202).

Com experiência vivida na prática de Educação Patrimonial na escola, percebi que as unidades de ensino viabilizam aos estudantes a sua formação enquanto indivíduo capazes de conhecer sua própria história e cultura.

Trabalhando questões sobre Patrimônio no ambiente escolar, possibilitamos aos estudantes a construção do conhecimento, da valorização e preservação dos bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais.

Segundo Teixeira (2008):

Ações educativas nesse sentido são importantes na medida em que os indivíduos precisam, para se reconhecerem e se diferenciarem de outros, de um “espelho” onde seja possível ver a própria vida, a própria cultura, a própria história e as próprias práticas e, com isso, construir a sua memória afetiva e sua identidade cultural. (TEIXEIRA, 2008, p. 208)

Como determinado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/96, é garantido aos estudantes um ensino diversificado voltado para as características regionais e locais de cada cultura. Neste sentido, a metodologia aplicada em Educação Patrimonial no currículo de História tem o poder de aproximar os estudantes dos seus objetos de pesquisa, contribuindo para que o aprendizado seja mais prazeroso.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que foram elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), vem prevendo essa temática sobre a Educação Patrimonial para o Ensino Fundamental. Os ditos temas transversais, pluralidade cultural e o meio ambiente, são direcionamentos que irão possibilitar o diálogo de questões referentes ao patrimônio cultural, o que abre uma vertente para os projetos de Educação Patrimonial nas escolas. Mas essa leitura tem que ser feita minuciosamente pelo professor para a compreensão e execução, afinal, ler nas

entrelinhas é saber pescar o verdadeiro sentido das coisas. Como podemos notar, os temas transversais mantêm uma relação estreita com a interdisciplinaridade.

Moraes (2005) corrobora dizendo que:

A transversalidade mantém uma relação com a interdisciplinaridade, bastante difundida pela Pedagogia. São maneiras de se trabalhar o conhecimento buscando uma reintegração de aspectos que ficaram isolados uns dos outros pelo tratamento das disciplinas (MORAES, s. d., p. 7-8).

Ressalvamos que trabalhar com o patrimônio cultural no âmbito das disciplinas da área de Ciências e Humanas, e aqui mencionada a área de História, se torna mais fácil, pois o componente está muito próximo do tema. Quanto às outras áreas do currículo, o docente enfrenta algumas dificuldades, sendo que o tema patrimônio cultural não se encontra em suas análises e reflexões cotidianas. Horta (2005) esclarece que isso pode ser justificado pela formação dos docentes em um currículo fragmentado e desarticulado, que não possibilita ver o processo educacional como um todo.

Os Parâmetros Curriculares sugerem as normalistas e orientações como trabalhar a metodologia voltada para a prática da Educação Patrimonial em sala ou em ambiente educativo. Como resultado, fora da sala de aula dar-se-á destaque às visitas de campo monitorada, indispensáveis no estudo do patrimônio cultural. Estando nesse ambiente educativo, a possibilidade de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos nossos estudantes é imprescindível para que possam despertar para a importância da preservação desses bens culturais. Neste sentido, vale a pena lembrar as considerações de Bergamaschi e Stephanou (2000) sobre:

[...] caminhar pelas cidades, observar seus prédios, visitar museus, igrejas, entrevistar moradores, degustar as peculiaridades culinárias, observar práticas culturais, além de documentos produzidos em outras épocas, constitui uma possibilidade ímpar para operar com o tempo, compreender suas descontinuidades e permanências, confrontar temporalidades diversas, situar períodos históricos em relação ao presente. (BERGAMASCHI E STEPHANOU 2000, p. 97).

Na atualidade, o que temos visto são escolas sofrendo com falta de materiais didáticos, os quais os docentes necessitam para realizar trabalhos referentes ao patrimônio cultural e histórico em sala de aula, tornando desafiador o processo de ensino aprendizagem na esfera cultural do currículo. Sendo assim, o nosso

patrimônio cultural de Porto Velho se encontra vulnerável, e a ideia de modernidade acaba condenando o “velho” ao desuso e ao esquecimento. Precisamos urgentemente de uma mudança de mentalidade que justifique a importância de trabalhar a Educação Patrimonial, pois só assim teremos a possibilidade de tornar os estudantes ativos e conscientes das suas ações quanto ao patrimônio.

4.3 AS ESCOLAS QUE PRATICAM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PORTO VELHO

O ambiente escolar é o lugar que transforma o ser humano, lugar de concepção, realização e avaliação dos projetos educativos. No entanto, para isso, é preciso organizar o trabalho pedagógico voltado aos estudantes. Nessa perspectiva, é preciso que a escola assuma seu papel com responsabilidades, e não fique à espera das esferas administrativas superiores para tomar as iniciativas realizadas.

Para começarmos a falar sobre as escolas que praticam Educação Patrimonial, precisamos conceituar o Projeto Político Pedagógico. Em seguida, faremos uma reflexão com análise dos princípios que norteiam o PPP e suas práticas pedagógicas.

É importante lembrar os sentidos da palavra projeto, conforme Ferreira (1975):

No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação (FERREIRA, 1975, p. 1.144).

Para construir os projetos para as escolas, o planejamento tem como base a intenção da sua possível realização. Conforme Gadotti (1994):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possíveis, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI 1994, p. 579)

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico é mais do que uma simples junção de planos de ensino e atividades. Veiga (1991) reforça que o projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. O projeto deve ser construído e experimentado em todos os seus momentos, pelos os envolvidos com o processo educativo escolar.

Para Veiga (1991):

A construção do projeto político pedagógico exige dos educadores, funcionários, alunos e pais a definição clara do tipo de escola que tentam, requer a definição de fins. Assim, todos deverão definir o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar. As ações específicas para a obtenção desses fins são meios. Essa distinção clara entre fins e meios é essencial para a construção do projeto político pedagógico. (VEIGA, 1991, p.4)

Os termos Político e Pedagógico têm seus significados indissociáveis. Devemos considerar que o Projeto Político Pedagógico é um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, que a todo momento busca alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que "não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva" (MARQUES, 1990, p.23). Nesse sentido, o PPP possibilita a práxis necessária para que todos os membros da comunidade possam participar, dialogando e exercendo a cidadania. A relação entre a dimensão política e a dimensão pedagógica da escola deve ser recíproca e mantida em constante diálogo.

A este respeito, recorremos a Bakhtin (2003) e a importância do diálogo:

[...] A única forma adequada de expressão verbal da autêntica vida do homem é o diálogo inconcluso. A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal. As imagens reificadas (coisificadas, objetificadas) para a vida e para a palavra são profundamente inadequadas. O modelo reificado de mundo é substituído pelo modelo dialógico. Cada pensamento e cada vida se fundem no diálogo inconclusivo [...] (BAKHTIN, 2003, p. 348).

As escolas, aqui analisadas, que põem em prática a Educação Patrimonial adotam como regra o uso dos Projetos Políticos Pedagógicos, e o uso dessa prática acaba sendo diferenciado.

Para esta pesquisa, relacionamos 4 escolas²¹ da cidade de Porto Velho que têm executado atividade de Educação Patrimonial no seu currículo e, como mencionamos, segue a descrição das propostas das referidas escolas.

²¹ As escolas mencionadas nessa pesquisa, uma delas já exerci minhas atividades como docente, as demais são destaques com seus métodos ensino aprendizagem.

ESCOLA MAJOR GUAPINDAIA

A proposta curricular do Projeto Político Pedagógico da Escola Major Guapindaia para o ano 2024, traz uma expressão determinando a concepção de educação e sociedade. A política curricular adotada pela referida escola envolve também a elaboração de material de orientação e controle, os objetos de conhecimento e o modo de ensinar, sua investigação e monitoramento significam uma avaliação da possibilidade que tem o Estado de provocar/influenciar mudanças na prática educativa e, como decorrência, promover a qualidade da escola pública.

Os Componentes Curriculares e os conteúdos específicos devem ser trabalhados com base na Base Nacional Comum Curricular/BNCC e o Referencial Curricular do Estado de Rondônia/RCRO. (PPP Major Guapindaia, p. 66/67).

Para os conteúdos curriculares da educação básica observa-se as seguintes diretrizes:

- A difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- Consideração das condições de escolaridade dos estudantes;
- Orientação para o trabalho;
- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. O desenvolvimento do Currículo dar-se-á na perspectiva da Transversalidade, Multidisciplinaridade e da Contextualização. A Base Nacional Comum Curricular no Ensino Médio está organizada em áreas do conhecimento que favorecem a comunicação entre os saberes dos diferentes componentes curriculares. (PPPMG, p. 67)

Como sendo a última fase da educação básica, o Novo Ensino Médio tem como objetivo consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental I e II, possibilitando o prosseguimento de estudos, a condução teórica cidadã para o ensino superior, proporcionando aos estudantes uma consciência cívica, processo esse que traz consigo, desde a infância, o aperfeiçoamento na continuidade do seu crescimento.

Ao analisarmos o PPP da referida escola, fica claro que existe um conjunto de experiências vivenciadas e aprendizagens que será promovida, na promessa de garantir a consecução dos objetivos expressos na “proposta” pedagógica.

O PPP conta com atividades escolares, sendo aulas presenciais, demonstrações, palestras, conferências, recursos audiovisuais, exposições,

trabalhos práticos, pesquisas, provas, testes e trabalhos realizados em classe, em casa ou em outros locais adequados, bem como outras que objetivem o desenvolvimento das potencialidades do educando.

O currículo construído será adotado e desenvolvido no ensino médio do 1ª ao 3ª ano, sendo organizados conjuntamente com os professores, com objetivos e conteúdos determinados na legislação vigente e Diretrizes Curriculares para o ensino médio, sendo constituído por atividades e por Componente Curriculares objetivando-se o relacionamento, a coordenação e a sequência dos conteúdos, sem esquecer da transversalidade que atenderá às peculiaridades da comunidade escolar.

Em uma análise aprofundada, se nota que no Currículo da escola Major Guapindaia não contempla a prática da Educação Patrimonial. O currículo traz a ideia de abranger os aspectos da vida cidadã, trabalhando de forma integrada, articulando os componentes curriculares do Referencial de Rondônia, priorizando e contextualizando, conforme a realidade local e regional, porém, o que se observa é uma lacuna nesse processo.

A organização diversificada do currículo que compreende os Componentes Curriculares de Geografia de Rondônia e História de Rondônia, integrando a área do conhecimento de Ciências Humanas e Sociais aplicadas, são na verdade teoria aplicadas no papel, pois não temos visto acontecer na prática.

Como resultado, podemos enumerar os projetos pedagógicos desenvolvidos no ano de 2024:

- Projeto Aluno Nota 10;
- Projeto Turma Nota 10;
- Projeto Líder e Liderança;
- Projetos das Profissões (Terceirão);
- Projeto: Amostra de Física e Química;
- Projeto Gincana do Conhecimento;
- Projeto: Clube de Ciências;
- Projeto Terceirão;
- Projeto Escola em Parceria. (PPPMG, p. 81/87)

Mesmo a Educação Patrimonial não sendo contemplados pelo PPP para o ano de 2024 e anos anteriores, a escola Major Guapindaia tem desenvolvido essa prática com estudantes dos 3º anos como podemos ver nas imagens abaixo.

Figura 42: Domingão de Educação Patrimonial



Fonte: Célio Leandro

Como defende Marques (2021):

A educação, em dada perspectiva, visa à transmissão de conhecimento entre indivíduos, sendo responsável pela formação e desenvolvimento do sujeito, com isso a educação patrimonial surge como objeto de estudo para o estímulo de práticas de preservação e valorização do Patrimônio Cultural e Histórico, já que o discente está em construção social dentro do espaço onde se insere. (MARQUES, 2021, p. 30).

Quanto ao plano estratégico para as ações da Escola Major Guapindaia é realizado através de reuniões pedagógicas e com a comunidade escolar para o desenvolvimento de objetivos, estratégias e metas a serem realizadas de acordo com os pontos negativos da escola. Constatamos, que apesar das inúmeras dificuldades, percebe-se que os docentes e equipe gestora, bem como o setor administrativo são envolvidos e entusiasmados com a construção e desenvolvimento do PPP, com o objetivo de melhorar o desempenho dos estudantes nas avaliações externas; reduzir a defasagem de aprendizagem dos estudantes causado pela pandemia; favorecer a participação e acompanhamento dos pais na vida escolar dos estudantes e dinamizar a prática pedagógica em sala de aula.

ESCOLA INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CARMELA DUTRA

A proposta curricular do Instituto Estadual de Educação Carmela Dutra, para o ano 2024, também propõe os Componentes Curriculares e os conteúdos específicos que serão trabalhados com base no Referencial Curricular do Estado de Rondônia.

O desenvolvimento do Currículo dar-se-á na perspectiva da Transversalidade, Multidisciplinaridade e da Contextualização, assegurando o Projeto Político Pedagógico. Os conteúdos curriculares da educação básica observam as diretrizes da Parte Diversificada (PD), articulada à BNCC, que constam os componentes curriculares de História de Rondônia e Geografia de Rondônia, integrando a área do conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Os projetos desenvolvidos pela escola Carmela Dutra buscam compreender que o ser humano é um indivíduo de natureza complexa e que a sua aprendizagem acontece de forma contínua, quando a escola tem sua preocupação em trabalhar os conteúdos programados, como também, desenvolver projetos que auxiliem na formação da personalidade dos seus educandos.

O plano de ação constitui um componente fundamental no desenvolvimento das atividades, funcionando como uma ferramenta gerencial que apoia a escola na otimização de suas operações. Ele permite uma melhor alocação de recursos e esforços, assegura que a equipe trabalhe em consonância para alcançar os mesmos objetivos, e possibilita a avaliação e o ajuste das estratégias em resposta a um ambiente em contínua transformação.

Esse processo de planejamento estratégico desenvolvido pela escola é fundamental para melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, quando busca:

- Acompanhamento e assessoramento técnico pedagógico na execução de projetos educativos e Culturais realizados na Escola, conforme calendário letivo.
- Tendo isso em vista, realizadas avaliações externas, percebemos a importância de conscientizar os estudantes da escola na participação e das referidas avaliações.
- Tornar visível temas de relevância que são necessários discutidos e entendidos pelo aluno e o meio em que convive. (PPPIECD, 2024, p.76)

As ações e o plano estratégico da Escola Carmela Dutra visam contemplar os estudantes dos 3º anos. Para tanto, adotaram os seguintes projetos:

- Aula no Barco;
- Aula Prática na Estrada de Ferro Madeira Mamoré;
- Aula Prática no Memorial Jorge Teixeira;
- Aula Prática no Centro Histórico de PVH (Educação Patrimonial);
- Aulão de Revisão;
- Feira De Conhecimentos;
- Gincana do Terceirão;
- Jogos Internos Do Carmela Dutra – JIC'S;
- Visita às Universidades;
- Aula Sobre Temas da Atualidade. (PPPIECD, 2024, p.78)

Os Componentes Curriculares envolvidos para certas atividades são as disciplinas de áreas afins, a depender do tipo de projeto a ser executado, desta forma, todas as disciplinas são direto ou indiretamente convidadas a participar do evento.

A avaliação dos projetos seguirá uma perspectiva transformadora de uma escola democrática capaz de favorecer não só o acesso às camadas populares, mas sim, sua permanência na escola, visa a formação do aluno como cidadão crítico, participativo e autônomo, cuja apropriação significativa e crítica do conhecimento, constitui o objetivo do processo ensino-aprendizagem. Reconhece aluno e o professor como sujeitos socioculturais dotados de identidade própria, com gênero, raça, classe social, visões de mundo e padrões socioculturais próprios a serem levados em consideração através das práticas docentes e avaliativas tendo em vista uma apropriação efetiva e significativa do conhecimento. (PPPIECD, 2024, p.80)

Como mencionado em seu PPP, a execução do projeto de Educação Patrimonial tem sua realização nos finais de semana, em especial pelo turno da manhã, quando a temperatura está agradável, o trânsito da cidade está mais calmo, onde há poucas pessoas transitando para cima e para baixo, como nos mostra as imagens abaixo:

Figura 43: Educação Patrimonial com alunos do Carmela Dutra



Fonte: do autor

O Projeto Político Pedagógico desenvolvido pelos integrantes dessa instituição não é algo pronto e acabado, mas será sempre avaliado, repensado, redimensionado e realimentado no que for necessário, assim, seu objetivo se concretizará com sucesso.

COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR - UNIDADE II

Em sua concepção legal o Projeto Político Pedagógico (PPP) tem seu amparo na LEI de DIRETRIZES e BASES da EDUCAÇÃO nº 9394/96, em seu artigo 12, inciso I, que dá autonomia para o estabelecimento de ensino elaborar e executar sua proposta pedagógica.

Desta forma, a proposta Pedagógica Curricular adotada pelo colégio CTMP II, para o ano de 2024, será trabalhada com base no Referencial Curricular do Estado de Rondônia.

Nesta perspectiva, a construção do projeto pedagógico do Colégio Tiradentes da Polícia Militar II de Jaci-Paraná é um espaço de propostas inovadoras, dinamizadas por um trabalho educativo que busca construir os princípios da ética, cidadania e patriotismo, com base na reflexão da realidade encontrada no âmbito escolar. (PPPCTPMII, 2024, p. 5).

O desenvolvimento do Currículo ocorre na perspectiva da Transversalidade, Multidisciplinaridade e da Contextualização, assegurado no Projeto Político Pedagógico.

Em sintonia com as exigências do mundo contemporâneo, o ensino básico brasileiro tem por objetivo preparar os estudantes para o manuseio das tecnologias, para o exercício consciente da cidadania e para progredir nos estudos posteriores no mundo do trabalho.

O Referencial Curricular para o Ensino Médio de Rondônia estabelece uma estrutura curricular flexível e alinhada com as DCNEM (BRASIL, 2018a) e BNCC (BRASIL, 2018b) que é composta pela Formação Geral Básica - FGB, com carga horária máxima de 1.800 horas, e por Itinerários Formativos - IF, com carga horária mínima de 1.200 horas.

Quanto as atividades e desenvolvimento de projetos, a escola CTPMII em consonância com a proposta de estimular e desenvolver habilidades para a aprendizagem, disponibiliza atividades pedagógicas que oportuniza a vivência em espaço democrático, solidário, responsável de seus direitos e deveres.

Portanto, a escola propõe, para o ano de 2024, os seguintes projetos:

- Inter Classes;
- JOER;
- Projeto De Leitura;

- Projetos Interdisciplinares;
- Projeto Excelência;
- Participação em Olimpíadas: LP – Mat – e Quí;
- Simulado, aulões e Enem;
- Projeto Escolinha Esportiva;
- Projeto dia de Ler Todo dia “Asas Da Leitura”. (PPPCTPMII, 2024, p. 77/78)

Todos os projetos elaborados pela escola têm sua importância no contexto do ensino aprendizagem, por isso, a necessidade da construção do PPP pode ser pensada coletivamente e baseado na interdisciplinaridade, sendo reformulado anualmente, a partir de uma autoavaliação. Vieira (1991) colabora dizendo que a escola, para se desvencilhar da divisão do trabalho, de sua fragmentação e do controle hierárquico, precisa criar condições para gerar uma outra forma de organização do trabalho pedagógico.

Nesse sentido, o diálogo com os documentos escritos se mostra interessante na pesquisa de programas educacionais, permitindo sua compreensão a partir das marcas deixadas nos textos. Entendemos, como Bogdan e Biklen (1991), que, nos documentos sobre políticas, os pesquisadores podem ter acesso a perspectivas oficiais, ao buscar não uma verdade única, mas a compreensão da escola sob um ponto de vista específico.

Com análise da equipe escolar o Projeto Político Pedagógico seguirá para executar as ações, buscando o comprometimento dos estudantes nas atividades proposta pelo PPP. As ações propostas para o ano de 2024 são:

- Prepara os alunos para avaliações externas;
- Formação Continuada em serviço para os professores;
- Projetos multidisciplinar na escola;
- Reuniões;
- Eventos;
- Comunicação;
- Espaços para diálogos. (PPPCTPMII, 2024, p.86/88)

O Projeto Político Pedagógico será acompanhado por todos os envolvidos em sua construção. As avaliações pontuais ocorrerão semestralmente e acontecerão, em especial, no momento do Conselho de Classe, podendo também ocorrer todas as vezes que se fizer necessário. Duas grandes avaliações sobre os Projetos

deverão acontecer semestralmente, ou seja, no início do ano letivo e no início do segundo semestre do mesmo ano. Para a realização destas avaliações semestrais serão convocados os pais, alunos, funcionários, direção, professores e pedagogos objetivando analisar os pontos positivos e negativos. Após esta análise, serão efetuadas as mudanças necessárias.

Figura 44: Educação Patrimonial CTPM II



Fonte: Carlos Barros

Mesmo estando distante 85 km da cidade de Porto Velho e por se tratar de uma escola da zona rural, a atividade de Educação Patrimonial é executada por estudantes do 3º ano do CTPMII como podemos ver nas imagens acima.

Para Vieira (1991), toda estrutura administrativa da escola será adequada à realização de objetivos educacionais, de acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos no processo de decisão.

Nesse caso em específico, as diversas dificuldades enfrentadas pela escola CTPMII são superadas devido um corpo docente comprometido com o diferencial no processo de ensino aprendizagem a ponto de superar os desafios.

COLÉGIO JOÃO BENTO DA COSTA

A proposta pedagógica curricular do colégio João Bento associa-se ao novo Ensino Médio implantado em 2022, quando houve mudanças na grade curricular na educação básica em todo país. Em um primeiro momento, podemos notar o aumento da carga horária de algumas disciplinas, aulas a distância e com a introdução do itinerário formativo, sendo aulas presenciais e não presenciais para os estudantes desenvolverem competências cognitivas, autoconhecimento e que possam experimentar diferentes temas, vivências e aprendizagens.

Orienta-se o uso de novas práticas de educação tecnológica, com uso do ensino híbrido, destacando-se a necessidade do uso de metodologias ativas para que ajude os jovens a participarem ativamente do processo de ensino-aprendizagem. Os itinerários formativos são basicamente a parte flexível do currículo do Novo Ensino Médio, em que os estudantes podem escolher os conteúdos que mais gostam. Seus eixos estruturantes são:- investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo. (PPPJBC, 2024, p. 43).

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor João Bento da Costa busca promover o desenvolvimento intelectual, emocional, moral afetivo e físico de seus estudantes. Partindo da prática social, do estudo, da pesquisa e das aulas expositivas e das situações vivenciadas em sala de aula no processo de ensino aprendizagem, possibilita-se ao estudante a discussão e compreensão de temas propostos no Referencial Curricular de Rondônia para o Ensino Médio.

Nessa Perspectiva pedagógica, têm-se como objetivos:

- Compreender a questão educacional a partir do desenvolvimento histórico-objetivo e das tendências da sociedade globalizada;
- Captar juntos, professor e aluno a prática social, desenvolvendo a aula dentro de um movimento, no qual o planejamento leva a discussão e a discussão a um novo planejamento;
- Tanto professor quanto o aluno pode posicionar-se enquanto agentes sociais, diferenciados;
- Promover a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, aprimorando a capacidade do educando e do educador;
- Adotar na sistematização do trabalho o processo de ação reflexão, através do método vê – julgar – agir;
- Um cidadão participativo, de senso crítico e construtor de seu próprio conhecimento;
- Escolher conteúdos vivos e socialmente válidos;
- Valorizar a imaginação, criação e questionamentos;
- Encorajar a criação de estratégias de solução de problemas;

- Diversificar as estratégias de avaliação.
(PPPJBC, 2024, p.51/55)

Quanto aos projetos desenvolvidos na escola para o ano de 2024, podemos relacionar:

- Projeto Terceirão: Histórico;
- Páscoa Solidária;
- Projeto Arraiá do Bentão;
- Projeto Let's Sing;
- Projeto Teatro na Escola/Sarau Literário;
- Projeto CTDE: Natação/Ginástica Rítmica.
(PPPJBC, 2024, p.51/55)

Além desses projetos, a coordenação pedagógica oferece atividades complementares à prática de sala de aula sob a luz de uma Pedagogia diferenciada, a saber:

- Discussão das ideias e preparação vocacional;
- Seminário e palestras;
- Exibição de vídeos (filmes, documentários, programas, etc);
- Disponibilidade de Carga Horária flexível para os professores;
- Realização de simulados no decorrer do ano letivo;
- Reforço nas 3ª séries do ensino médio regular, no sentido de conscientizar os discentes acerca das realidades futuras, como: Vestibulares, ENEM, ProUni, SAEB, Concursos Públicos.
(PPPJBC, 2024, p.54)

Como mencionamos acima, um projeto ou ação voltada para a prática da Educação Patrimonial na escola não foi relacionado no Projeto Terceirão para o ano de 2024, mesmo assim, a escola vem executando ações pedagógicas na perspectiva de trazer aos estudantes noção de pertencimento com a memória e história do local estudado, a ideia é aprofundar o conhecimento cultural e científico, mediante a contextualização, a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de competências básicas como podemos ver nas imagens abaixo:

Figura 45: Educação Patrimonial na prática



Fonte: João Herbety

O Plano de Ação da escola busca a construção da cidadania, através de uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social, dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva, ambiental e profissional, possibilitando o desenvolvimento integral dos estudantes.

- Implementar a matriz curricular no Novo Ensino Médio e melhorar práticas de ensino para valorização dos itinerários formativos.
 - Diversificação das estratégias e metodologias de ensino.
 - Melhorar a participação e o envolvimento dos pais na escola.
 - Acompanhamento dos alunos com dificuldades comportamentais e de aprendizagens
 - Aquisição de materiais e recursos pedagógicos para utilização nas aulas
 - Elevar o índice de aprovação no Enem
 - Elevar o índice das avaliações externas (SAEB)
 - Participação ativa nas salas virtuais, simulados e avaliações externas.
- (PPPJBC, 2024, p.61/63)

A mudança na matriz curricular do ensino médio trouxe propostas positivas quanto à formação geral do estudante e da valorização do protagonismo. Entretanto, ainda precisam-se desenvolver processos pedagógicos de ensino e avaliação para que o estudante seja realmente beneficiado com essa proposta, pois o que temos visto é uma quantidade de estudantes na progressão parcial e retidos.

Marques (2021) evidencia que:

O ensino de História é um diálogo envolvendo o ensinar e o aprender História, compreendendo o conhecimento e análise das ideias históricas de alunos e de professores. Trata-se de um olhar sobre a prática que centra seu foco na necessidade de se conhecer e analisar essa relação bilateral no que se refere ao conhecimento histórico, bem como a forma

pela qual o trabalho com fontes históricas colabora para a formação das ideias históricas e da consciência histórica de crianças, jovens, alunos e professores. (BARCA, 2005, apud URBAN; LUPORINI, 2015, p. 14-16).

De acordo com o diagnóstico feito sobre as escolas pesquisadas nessa tese, constatamos que vários elementos corroboram para a execução de tais ações inseridas no PPP das referidas escolas.

Dentre as 4 escolas pesquisadas, apenas uma continha em seu PPP ações voltadas para a prática da Educação Patrimonial aos estudantes, mesmo fazendo parte do Referencial Teórico proposto pela BNCC. Muito embora as outras três escolas, não contendo em seu PPP o registro dessa ação, executam com maestria a prática da Educação Patrimonial.

Para uma melhor compreensão, podemos elencar alguns elementos: falta de acompanhamento da coordenação pedagógica; ausência de incentivo aos docentes; estrutura precária da escola para atender tais demandas; omissão de incentivo por parte do gestor na execução dos projetos; presença de estudantes desinteressados em participar.

O principal meio para a execução da atividade de Educação Patrimonial é ter uma boa logística com antecedência.

4.4. EDUCAÇÃO, O ELO QUE LIGA A PRÁTICA COM AS ATIVIDADES LÚDICAS

Como um espaço privilegiado de ensino aprendizagem, a escola surge com a missão de conscientizar e trabalhar a preservação dos nossos patrimônios, pois ela representa um ambiente de sociabilidade onde as ferramentas pedagógicas tendem a ser aplicadas com mais sucesso em decorrência das relações diretas entre docentes e estudantes, pais, funcionários e comunidade em geral. Neste ambiente a ênfase na heterogeneidade de saberes e tradições, algumas vezes criadas anônima ou popularmente, evidenciam que compreensão do processo da produção é mais importante do que o produto.

Quando integrada com atividades lúdicas, a educação exerce o poder de uma ferramenta de aprendizagem. As práticas de atividades lúdicas são as brincadeiras, jogos, visitação a ambiente de aprendizagem, como museus, praças e centro históricos. Aqui abrimos um parêntese para inserção da prática de Educação Patrimonial, com dinâmicas interativas, que não só torna o processo de ensino aprendizagem mais envolvente e divertido, como também facilita a assimilação de conceitos complexos.

Vale ressaltar que temos vários autores e teóricos que abordam o conceito de lúdico e sua importância no desenvolvimento humano e na educação, como Freitas (2003); Lévy (1996); Bakhtin (1988); Vygotsky (1991,1996); Turkle (1970) dentre outros. O elo entre a prática e o lúdico estimula a curiosidade, a criatividade e o pensamento crítico dos nossos estudantes, além de fortalecer habilidades sociais, como a colaboração e a comunicação.

O que podemos perceber é que a combinação dessas abordagens, entre a prática e o lúdico, cria um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e eficaz, quando o prazer de aprender do estudante se torna parte essencial da experiência educativa.

O termo “lúdico²²” refere-se as atividades ou experiências que envolvem o brincar, o jogo e o divertimento, mas também está relacionado ao prazer e à

²² A importância do lúdico é o prazer que este traz na construção de conceitos, no desenvolvimento intelectual, bem como na construção da aprendizagem como um todo. A concorrência no mundo do trabalho deixou os pais, escolas e professores mais preocupados em inserir de qualquer maneira

espontaneidade encontrados em ações que não são realizadas por obrigação, mas sim pelo desejo de participar e se divertir.

Como reflexão, para que possamos considerar o ensino aprendizagem dos nossos estudantes dentro do contexto da educação e do desenvolvimento humano, o lúdico é utilizado para descrever métodos e abordagens que incorporam as atividades como ferramentas para seu desenvolvimento de habilidades.

A educação que integra a prática com atividades lúdicas não apenas facilita o aprendizado, mas também cria um ambiente mais inclusivo, dinâmico e prazeroso, quando um estudante, segundo Freitas (2005), transita pelo espaço cibernético, reelaborando vivências próprias de seu cotidiano a partir das práticas discursivas que ali produzem, onde o conhecimento é construído de maneira natural e duradoura.

Nesse sentido, Lévy (1996) corrobora dizendo que:

Embora o real não se oponha ao virtual, é preciso estarmos atentos às diferenças e semelhanças entre o mundo concreto e o mundo virtual. Neste sentido, ao passo que as interações sociais na realidade física se realizam de forma presencial, face a face, no mundo virtual elas são de natureza puramente simbólica. (LÉVY 1996, p. 92)

Há outras dimensões que mostram como a integração entre prática educativa e atividades lúdicas podem transformar o processo de ensino-aprendizagem. Para Bakhtin (1992), compreender é cotejar com outros textos e pensar num novo contexto. Percebemos que um texto só vive em contato com outro texto e de que é no ponto em que se intersectam que surge a luz esclarecedora, tornando o diálogo possível.

Vygotsky (1996,1991), ao afirmar que a consciência é um contato social consigo mesmo, também compartilha a ideia de que a consciência individual se forma a partir do social. Por isso, a prática educativa que incorpora o lúdico vai além da transmissão de conteúdo; ela cria um ambiente de aprendizagem onde o estudante é protagonista, explorador e criador de seu próprio conhecimento. Esse tipo de abordagem é especialmente eficaz porque atende a diversas dimensões do

no aprendizado das crianças e adolescentes tudo que estes precisam saber para entrar numa boa faculdade e se dar bem na vida, sem levar em conta como isso está sendo feito. (PESSOA, 2012, p. 28).

desenvolvimento humano, indo além do cognitivo para incluir o emocional, o social e o físico.

Quando fazemos referência à “Educação na prática”, estamos aludindo à aplicação concreta e cotidiana dos princípios e teorias educacionais em contextos reais de ensino e aprendizagem. Neste âmbito, podemos destacar o ensino e a aprendizagem em História, conforme salientado por Freire (2015):

O ensino-aprendizagem da história, tendo como parâmetro a construção de uma consciência de cidadania, deve objetivar a preparação do estudante para uma sociedade democrática, plural e solidária. Para tanto, é necessário que se abandone o ensino tradicional e verbalizado em favor de uma pedagogia que estabeleça o diálogo interdisciplinar entre os professores das mais diferentes áreas do conhecimento, de modo a possibilitar uma apreensão globalizante do objeto de estudo em questão. (FREIRE, 2015, p. 117).

Esse conceito abrange todas as atividades e estratégias que os educadores utilizam para facilitar o processo de aprendizagem dos estudantes, levando em conta suas necessidades, o ambiente escolar, e as metas educacionais. Em outras palavras, é a implementação das ideias educacionais na sala de aula e em outros ambientes de aprendizagem, como bem salienta Freire (2015):

Diferentemente do ensino tradicional e fragmentado, a perspectiva metodológica interdisciplinar, além de propiciar uma visão de conhecimento em sua forma mais ampla e global, contribui para a formação de uma consciência solidária entre docentes e estudantes, através do trabalho cooperativo. Esse valor de solidariedade e de reciprocidade constitui um dos elementos essenciais da consciência cidadã, cujo atributo mais significativo é a materialização do respeito às diferenças culturais que caracterizam a sociedade brasileira. (FREIRE, 2015, p. 117).

Como temos visto, a educação na prática é o processo de encontro da teoria educacional com a prática do seu dia a dia. A experiência da prática é o lugar para testar as ideias dos estudantes, adaptadas e implementadas em contextos reais, com objetivo de proporcionar uma educação significativa e eficaz. Como bem destacou Freitas (1994), o homem como um conjunto de relações sociais.

É com base nesse sentido que Freire (2015) corrobora dizendo que:

Caberá aos professores mobilizar tais conteúdos em torno de temáticas escolhidas, de forma que as diversas áreas não representem conteúdos isolados, mas digam respeito aos diferentes aspectos que compõem o exercício da cidadania, de modo que o aluno possa obter uma visão holística do objeto de estudo e não fragmentada, condição esta que só

pode emergir de uma prática pedagógica interdisciplinar. (FREIRE, 2015, p. 121).

Nessa perspectiva, o Patrimônio Cultural passa a ser valorizado pelas intervenções dos docentes que, sem cruzarem os braços, e esperar pelo auxílio do ministério da educação e secretarias locais, atuam na conscientização da proteção dos patrimônios, resgatando assim a própria identidade.

As propostas, princípios e conceitos adotados, com um enfoque especial na Educação Patrimonial, que é o foco desta tese, proporcionam uma reflexão sobre o potencial educativo do estudo dos patrimônios culturais, tanto materiais quanto imateriais, para a educação básica. Esse estudo deve considerar a realidade e a cultura local dos contextos nos quais os estudantes estão inseridos, ressaltando a importância de contextualizar o ensino e a aprendizagem de acordo com o ambiente cultural específico em que os alunos vivem. Em reforço ao que estamos argumentando, Clarice Lispector (2001), reflete quanto ao sentido de localidade do sujeito:

Os passos estão se tornando mais nítidos. Um pouco mais próximos. Agora soam quase perto. Ainda mais. Agora mais perto do que poderiam estar em mim. Vão me ultrapassar e prosseguir? E a minha esperança. Não sei mais com que sentido percebo distâncias. É que agora os passos não estão apenas próximos em pesados. Já não estão apenas em mim. Eu marcho com eles (CLARICE LISPECTOR, 2001, p. 156).

Nossa intenção nesta tese não é determinar um conjunto de atividades ou ações para que o docente coloque em prática ou siga como roteiro pronto e acabado. Nesse caso, estaríamos desconsiderando o sujeito. Julgamos que esses profissionais e intelectuais têm formação e potencial para desencadear um processo solto com significado em seu planejamento e na execução do seu trabalho pedagógico. Até porque não existe uma receita a ser seguida, pois cada docente deve construir com seus estudantes uma proposta que sirva e que se enquadre ao local onde atua, os seus patrimônios culturais que fazem sentidos e que tenham significados para aquela comunidade, dando a existência daquele local, por ser singular. Nesse sentido, não é possível tentar padronizar os tempos, espaços e procedimentos.

O docente deve ter a consciência de que seu projeto deve dialogar com o meio em que o estudante está inserido, com suporte para uma ação educativa

consistente e robusta, que proporcione aos alunos a ampliação do seu olhar frente a cultura e seu território, para que conheçam de forma mais aprofundada a memória, a história, as heranças culturais dos que os antecederam e que ainda estão presentes entre eles, com seus fazeres e saberes, com os quais convivem dia a dia.

Em nossa caminhada educacional, não nos deixemos esquecer das falas de Clarice Lispector (1999), “a cada passo, a cada novo olhar”, os estudantes irão diminuir as distâncias, e perceber que “a vida me fez de vez em quando pertencer, como se fosse para me dar a medida do que eu perco não pertencendo. E então eu soube que pertencer é viver”. (LISPECTOR, 1999, p. 111).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando tivemos a inspiração para escrever sobre o tema desta tese, surgiu uma grande preocupação sobre como as instituições e seus atores poderiam ajudar na proteção e conservação dos nossos patrimônios. Essa inquietação vinha da percepção de que devemos buscar o melhor caminho, que concilie a prática pedagógica com o ensino de história, visando a preservação da memória. Com o avanço da pesquisa, percebemos que nossa proposta não se limitava a querer saber por que alguns professores não realizavam a atividade de Educação Patrimonial, mas como ajudaríamos os docentes e estudantes a conhecerem melhor sua cidade através do sentimento de pertencimento. Poderíamos explorar os vários acontecimentos da nossa história, a transformação do espaço, seus agentes, os pioneiros, suas construções históricas, assim como as transformações e o surgimento de novos modelos de estudo, ensino e pesquisa. A intenção era demonstrar que o Patrimônio não faz parte apenas de tempos passados, mas que está presente no nosso cotidiano e em constante construção.

Neste trabalho de pesquisa, não estudamos somente as práticas pedagógicas e seu contexto local/regional. Investigamos os elementos que dão vida e testemunham os processos existentes e que moldam a configuração do espaço de aprendizagem ou os ambientes pedagógicos.

Todo estudo teórico que fizemos sobre memória, patrimônio, educação e ensino de história, permitiu-nos enxergar e entender a importância do patrimônio voltado a educação, da preservação desses monumentos em qualquer lugar do mundo e no estado de Rondônia, e em Porto Velho, que possui um rico acervo patrimonial material e imaterial e não é valorizada como deveria. Nesse sentido, precisamos ter um olhar atento, direcionado ao patrimônio e a sua valorização. Pois, além da importância histórica, é um ativo econômico significativo. O patrimônio segundo Choay (2017) a princípio enxertado com práticas pedagógicas foi lançado para o desenvolvimento do turismo, representando hoje uma parte do orçamento da renda das cidades. Neste sentido, preservação e turismo devem andar juntos e valorizar e preservar os patrimônios. Por isso que, todos precisam entender o valor do patrimônio, saber a importância de conservar, preservar e defender sua história para a perpetuação da geração futura.

A tese foi um esforço no sentido de trabalhar o patrimônio histórico com ensino de Educação Patrimonial nas escolas públicas de Porto Velho, visando a valorização. Por isso a nossa pesquisa irá contribuir através de um guia na forma de ebook para os professores da rede de ensino que não encontram referências didáticas e pedagógicas para exercitar a educação patrimonial.

Em nossa pesquisa, descobrimos que algumas escolas públicas de Porto Velho propõem e realizam em seus PPPs a atividade de Educação Patrimonial, servindo de exemplo para que outras unidades de ensino pratiquem e trabalhem essa temática. As escolas pesquisadas são destaques em seus métodos de ensino e com seu PPP consistente e moldado a cada ano pelas equipes que levam adiante as atividades.

Com base nos conceitos e práticas que foram apresentados nesta pesquisa, fica claro que toda transformação, neste caso para manter vivo o legado patrimonial e não o deixar cair no esquecimento, parte do convencimento e do consenso coletivo, assim como individual. Se as instituições ligadas ao ensino e os atores envolvidos não se sentirem comprometidos o trabalho de conscientização e preservação não decola.

Não tivemos dificuldades em obter informações sobre as escolas, seus projetos e práticas pedagógicas, e evidenciamos a possibilidade de o pesquisador acessá-las através do Sistema Eletrônico de Informação do governo de Rondônia – SEI/RO, ao qual todo funcionário tem acesso. Porém, para qualquer pesquisador de fora, fica difícil ter acesso, é quando recorre aos meios convencionais: contato via e-mail e visita à secretaria, para ter acesso aos documentos. Depois de meses de pesquisas buscando obter informações quanto aos PPPs das unidades escolares, acessando-as através do SEI, depois de meses de leituras e análises, nossa dificuldade foi catalogar e planilhar um comparativo das execuções por escola.

Como resultado, nesta pesquisa descobrimos que são poucas as unidades escolares de ensino de Porto Velho que tem executado a atividade de Educação Patrimonial, mesmo que a Matriz de Referência de Ciências Humanas e Tecnológicas, que rege a educação brasileira, traga em seu escopo as competências da área 1 – Compreender os elementos culturais que constituem as identidades – e faça referência à habilidade 5 - Identificar as manifestações ou

representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades. Neste processo, contamos que os objetos de conhecimento associados às Matrizes de Referência, como a cultura Material e imaterial e o patrimônio e diversidade cultural no Brasil.

Esta tese surge como um primeiro esforço, para que outros pesquisadores possam ter olhares diferentes quanto aos estudos e importância dos patrimônios culturais como ferramenta para o ensino aprendizagem, pois é através da educação que podemos moldar nossos estudantes a conhecerem o significado de proteger, preservar e salvaguardar a memória dos nossos patrimônios.

Como já mencionado nesta tese, o processo de ensino e as práticas de aprendizagens utilizam-se de recursos alternativos que sejam atraentes aos nossos estudantes, como bem mencionado por Brandão (1996), segundo o qual as práticas devem enaltecer e retificar coisas e objetos sem submetê-los a um universo de ressignificação dos bens culturais, só assim, a ação educativa de valorização e preservação do patrimônio cumpra seu papel.

Como proposta final desta tese de pesquisa, produzimos um material pedagógico, um E-book, na forma de um guia, referente à Educação Patrimonial em Porto Velho que auxiliará o professor em suas atividades dentro e fora de sala de aula, junto ao currículo de História no ensino médio.

Este guia pretende, como dissemos antes, servir como orientação didático pedagógico para os professores de Porto Velho que desejam realizar um trabalho voltado para Educação Patrimonial e que tem muitas dificuldades de acesso as escolas. Ao longo dos anos juntando conhecimentos teóricos com a prática voltado para o ensino da Educação Patrimonial, resolvemos com essa pesquisa preparar um guia que foi construído com base nos estudos que realizamos na construção dessa tese e na nossa prática como professor de história que há tempo vem trabalhando com Educação Patrimonial.

O guia apresenta os seguintes temas: apresentação do conceito de patrimônio: patrimônio material e imaterial; monumentos históricos; as leis que regulamentam o patrimônio no Brasil; os monumentos históricos de Rondônia; o que é educação patrimonial e, por fim, a prática de educação patrimonial.

O lançamento do guia será através das mídias digitais, assim como rádio e tv, para anunciá-lo e disponibilizá-lo principalmente nas instituições escolares.

Para obter o livro digital/ebook de forma gratuita, professores e estudantes terão acesso através do link que será disponibilizado nas minhas redes sociais: Instagram – Facebook – Canal do Youtube e grupo de WhatsApp.

Na defesa da tese apresentaremos em anexo parte do guia/ebook que já começamos a produzir, e que muito em breve faremos a conclusão e lançamento.

Desejamos que nosso trabalho de pesquisa sobre a Educação Patrimonial nas escolas pública de Porto Velho e o guia que será lançada como proposta desse trabalho abram um leque de oportunidades para que todos - sociedade, escola, docentes, estudantes e pesquisadores - possam, através dessa prática, sentir-se agente transformador e valorizar cada monumento exposto com seu passado, prezando, dessa forma, o sentimento de pertencimento a sua região.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R.; NUNES, N.L. **Tecendo a tradição e valorizando o conhecimento tradicional da Amazônia: o caso da “linha do Tucum”**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 18, n. 38, jul./dez. 2012.
- ADAMS, Betina. **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.
- ALMEIDA, Luiz Fernando de. Prefácio. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (Org.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006.
- APPADURAI, Arjun: **Modernity at large: cultural dimensions of globalization**. (Public worlds; v. 1) 1949.
- ARENDT, Hanna. **A condição humana**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006
- ARROYO, Miguel G. **Educando e educadores: seus direitos e o currículo**. Brasília: MEC/SEB, 2007.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. **O patrimônio**. (s.i.): Edições Loyola, 2003.
- ATKINSON, R. C., & SHIFFRIN, R. M. **Human memory: a proposed system and its control processes**. In The psychology of learning and motivation: advances in research and theory. Vol. 2. Academic Press. 1968
- BALDWIN, J. **La prossima volta, il fuoco**. Milão: Feltrinelli, 1962.
- BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BARBOSA, Maria C. S.; HORN, Maria da G. S.; **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008.
- BARROS. José D'Assunção. **A História cultural e a contribuição de Roger Chartier**. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005
- BENJAMIN, Walter. O contador de histórias e outros textos. Trad. Georg Otte, Marcelo Backes, Patrícia Lavelle. 2 ed. São Paulo: Hedra, 2020.

BERDOULAY, Vicent. **Espaço e cultura**. In: Castro, I. E. de; Gomes, P.C.da C.: Corrêa, R. L. (org.). Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; STEPHANOU, Maria. Ensino de História e **Educação Patrimonial: memória açoriana**. In: JORNADA DE ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO. Porto Alegre: EST, 2000. Disponível em; https://www.academia.edu/33874895/A_EDUCA%C3%87%C3%83O_PATRIMONIAL_NO_ENSINO_DE_HIST%C3%93RIA?rhid=29466448202&swp=rr-rw-wc-33910342 Acesso em 6/08/24.

BODEI, R. **Attualità e tempo dell'attesa: strategie per pensare il futuro**. Iride, 2, 1989, p. 123-33.

BONINI, Luci M.M.: PEREIRA. As **rezadeiras e rezadores da Festa do Divino Espírito Santo de Mogi das Cruzes**. São Paulo: Editae, 2016.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 4ª Edição. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

BRARDA, Analia; RIOS, Guilherme. **Argumentos e estratégias para a construção da cidade educadora**. In: GADOTTI, M.; PADILHA, P.R.; CABEZUDO, A. (Orgs). Cidade educadora: princípios e experiências. São Paulo: Cortez/IPF, 2004.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos: Apresentação dos Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> acesso em 23 de setembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de Contação de Histórias**. Brasília, 2021.

BUORO, Anamélia B. **Olhos que pintam: a leitura de imagens e o ensino da arte**. São Paulo: Educ/Fapesp/Cortez, 2002.

Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro. – Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 329-348, abr./jun. 2009.

CARVALHO, Vilson S. de. **Educação ambiental urbana**. Rio de Janeiro: Walk Editora. 2014.

CHAGAS, M. **Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação**. Dossiê Educação Patrimonial, n. 3, Iphan, jan./fev. 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª Ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Portugal: DIFEL, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo; Ed. Fundação Perseu Abranco, 2006.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**/Françoise Choay/ Tradução Luciano Vieira Machado. 6ª Edição. São Paulo. Estação Liberdade. Editora UNESP 2017.

Constituição Federal de 1988. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acessado em 31 de março de 2024.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural – interpretação e qualificação**. São Paulo: Editora Senac, 2009.

DEWEY, J. **Educação e democracia**. 5ª Ed. São Paulo: Melhoramentos, 2010.

DIAS, Edna Cardozo. **Patrimônio histórico e turismo para quem gosta de viajar**. Contagem, Santa Clara, 2008.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: EDUSC, 2002b.

DUARTE JÚNIOR, João F. **O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível**. Campinas, SP: Criar, 2003.

ESTUDOS DE CULTURA MATERIAL/DOSSIÊ. **Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva**. ANAIS DO MUSEU PAULISTA. São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020, p. 1-21. d2 e 52.

FEBVRE, L. “**Ver une autre histoire**”, Revue de Métaphysiques et de Morale, VVI-II, 1949: atualmente também in Combats pour l’histoire. Paris: Colin, 1953 (trad. Port. Lisboa: presença, 1997), pp. 419-38.

FERNANDES, Sandra Faria. **Currículo, Conhecimento e Cultura**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo FERNANDES, setembro/ 2013 Eixo temático. Acessado em 22 de abril de 2024. Disponível em file:///C:/Users/windows/Documents/ARTIGOS%20SOBRE%20CURRICULUM/Curriculo_%20cultura%20tempo%20contextos.pdf

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 5 ed., 1975.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Ferrovia do Diabo**. Editora Melhoramento. São Paulo.1960

FLECHA. Ramón. **As novas desigualdades educativas**. In: Castells, M. (Org.). Novas perspectivas críticas em educação. Porto Alegre: Artemd. 1996.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais**. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (Org.). Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. p.21-32. Disponível em [file:///C:/Users/windows/Downloads/heloisa,+\[28\]+EDUCA%C3%83%E2%80%A1%C3%83%C6%92O+PATRIMONIAL+E+PROCESSOS+EDUCATIVOS.pdf](file:///C:/Users/windows/Downloads/heloisa,+[28]+EDUCA%C3%83%E2%80%A1%C3%83%C6%92O+PATRIMONIAL+E+PROCESSOS+EDUCATIVOS.pdf)

Acessado em 05 de setembro de 2024.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. (revista e ampliada). Rio de Janeiro: UFRJ; Minc – IPHAN, 2005

FONSECA, Vitor. **Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica**. Rev. Psicopedagogia 2014; 31(96): 236-53

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993, 208p. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/903/818> acessado em 04 de setembro de 2024.

FRANCO, Francisco Carlos. **Educação, patrimônio e cultura local: concepção e perspectivas pedagógicas**. Curitiba. CRV. 2019.

FRANKL, Viktor E.: **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. 28ª Edição. Petrópolis. Vozes. 1946.

FREIRE, João Ricardo Bessa. **Texto e contexto no ensino de História: do advento da internet ao colapso da escola tradicional**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Access, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Maria Tereza de Assunção. **Site construídos por adolescentes: novos espaços de leitura/escrita e subjetivação**. Cadernos do Cedes/Centro de Estudos Educação sociedade. Vol. 1 n. 1 (1980) São Paulo; Cortez; Campinas, CEDES, 1980.

GADOTTI, Moacir. **"Pressupostos do projeto pedagógico"**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

GARCIA, Xus M.; PUIG, Josep M. **As sete competências básicas para educar em valores**. São Paulo: Summus, 2010.

GESSER, Verônica. **A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CURRÍCULO: dos primórdios à atualidade**. Contrapontos - ano 2 - n. 4 - Itajaí, jan./abr. 2002.

GESSER, Verônica. RANGHETTI, Diva Spezia. **O CURRÍCULO NO ENSINO SUPERIOR: PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS PARA UM DESIGN CONTEMPORÂNEO**. Revista e-curriculum, São Paulo, v.7 n.2 AGOSTO 2011. Acessado em 22 de abril de 2024. Disponível em <file:///C:/Users/windows/Documents/ARTIGOS%20SOBRE%20CURRICULUM/Principios%20curriculares.gesser%20e%20ranghetti.pdf>

GEERTZ, Clifford, 1926-. **A interpretação das culturas** / Clifford Geertz. - 1.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOHN, Maria da G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 2009.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAMILTON, David. “**Sobre as origens do termo classe e curriculum**”. Teoria e Educação, n.6. 1992.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Trad. Janaína Marcoantonio. 19 ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

HISTÓRIA DO CURRÍCULO E CURRÍCULO COMO CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL. Maria Aparecida da Silva. Universidade Federal de Minas Gerais Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus. Acesso em 22 de abril de 2024. Disponível em <file:///C:/Users/windows/Documents/ARTIGOS%20SOBRE%20CURRICULUM/Curriculo.historia.pdf>

História e patrimônio cultural: ensino, políticas e demandas contemporâneas/ Joaquim dos Santos (Organizador), José Ítalo Bezerra Viana (Organizador), Juciêdo Ferreira Alexandre (Organizador). – Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2022. (Estudos reunidos, V. 118).

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HUYSEN, Andreas (2003). **Present pasts: Urban Palimpsest and the Politics of Memory**. Stanford, Calif: Stanford University Press.

ICMS de patrimônio cultural [livro eletrônico]: Cartilha de orientação: implantação do programa nos estados brasileiros / Flávio Carsalade, Marcos Olender, Simone Ramos; [organização ICOMOS/Brasil]. Acesso em 21 de abril de 2024. Disponível

em

https://www.icomos.org.br/files/ugd/588860_dadf99dc9aab45bdb8c6fa7eca16892b.pdf

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. Disponível em <https://www.sabedoriapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-contempor%C3%A2nea/michel-foucault/> Acessado em 22 de setembro de 2023.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. Tradução de Mário Vilela. São Paulo, Contexto, 2001.

JOHN, Nara Marlei. **Identificação, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural** – Nara Marlei John. 1ª Edição – Curitiba. Appris, 2021.

KLIEBARD, H.M. **THE STRUGGLE FOR THE American Curriculum**. New York: Routledge, 1995.

KOPNIN, P.V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização, 1978.

LANGER, Johnni. **Mitos arqueológicos e poder**. Clio – Série Arqueológica, Recife, v.1, n. 12, p. 109-125, 1997.

LE GOFF. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. (et al.) – 5ª Edição. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2003.

LE MOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LÉVY. P. **O que é virtual?** 2. Ed. Rio de Janeiro; Editora 34, 1996.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; Mito, Regina Célia Tamasso: **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LOPES, Alice Casimiro. **Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos?** Revista Brasileira de Educação, Nº 26, p. 109-118, Maio /Jun /Jul /Ago 2004.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Educação Patrimonial e políticas de preservação no Brasil**. Curitiba: Inter Saberes. 2016.

MARQUES, Janote Pires. **Patrimônio, educação e cultura** / Janote Pires Marques, Emanuelle Oliveira da Fonseca Matos. – 1ª ed. – Fortaleza: UniAteneu, 2021. Disponível em https://www.academia.edu/59114437/PATRIM%C3%94NIO_EDUCA%C3%87%C3%83O_E_CULTURA?rhid=29480180252&swp=rr-rw-wc-37041203 acesso 7/08/2024.

MARTINS, Maria H. P. **A construção da humanidade**. In: GUARÁ, I. M. F. R. (Org.). Educação e cultura. Cadernos CENPEC, São Paulo, CENPEC, v. 7, 2010.

MEIRA, Letícia Mara de. **Sobre a história do currículo: temas, conceitos e referências das pesquisas brasileiras**. Artigo • Rev. Bras. Educ. 25 • 2020 • <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250051> Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/RxZNFvCnTXwnQYcYZtjxLjt/#> Acesso em 05 de maio de 2024.

MICHAELIS (2015). **Bibliografia**. In **Michaelis Online**. Visitado em 04 mar. 2024 de: Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portuguesbrasileiro/bibliografia/> Acessado em 22 de fevereiro de 2024.

MILLER, George A.: **The magical number seven, plus or minus two: some limits on our capacity for processing information**. Vol. 63. Nº 2. 1968.

Ministério da Educação: **Base Nacional Comum Curricular**. Editora Fundação Carlos Alberto Vanzolini. 2018.

Ministério da Cultura: **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Relatório de Gestão do exercício de 2016. Brasília-DF, 2017.

MOREIRA, A.F. **Currículo e programas no Brasil**. Campinas: Papirus.1990.

MOURA, Elaine C.L.S. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO E IDENTIDADE**. Revista Temporis. v.17 - n.1 2017.

MUHL, Eldon H. **Problematização**. In: STRECK, D. B.: REDIN, E.: ZITKOSKI, J.J. (Org.). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte. Autêntica, 2010.

Nadia Aparecida de Souza. **Seminário**: Ci. Soc. Hum., Londrina, v. 22, p. 5-12, set. 2001.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Inventário, espaço, memória e sensibilidade urbanos**. Educar em Revista, v. 31, n. 58, p. 37-53, 2015.

Nora, P., & Aun Khoury, T. Y. (2012). **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES**. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 10. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101> Acessado em 19 de outubro de 2023.

NORA, P." **Mémoire collective**", in J. Le Goff, R. et al. (orgs.), La nouvelle histoire. Paris: Retz, 1978.

NORA, Pierre: **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Proj. história. São Paulo. 1993.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PELEGRINI, Sandra. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. Maringá, PR, 2006.

PEREIRA, Antônio José Lima. **O patrimônio cultural na cidade de Icó-CE: educação histórica e os espaços sensíveis de memória**. Jundiaí – SP: Paco Editorial. 2022.

PESSOA, Marília de Abreu; ALMEIDA, MTP. **O lúdico enquanto ferramenta no processo ensino–aprendizagem**. Monografia. Instituto de educação física e esportes. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 5, nº 10. 1992, p.200-212.

Projeto Político Pedagógico do Colégio Tiradentes da Policial Militar – Unidade II. Porto Velho. 2024.

Projeto Político Pedagógico do Instituto de Educação Carmela Dutra. Porto Velho. 2024.

Projeto Político Pedagógico da Escola Major Guapindaia. Porto Velho. 2024.

Projeto Político Pedagógico da Escola João Bento da costa. Porto Velho. 2024.

RANGEL, Marília M. Educação patrimonial: conceitos sobre patrimônio cultural. In: CONSELHO Gestor (Org.). Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. (Coleção Lições de Minas). v. XXIII.

RELPH, Edward. **Qual o espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia** (organização de Eduardo Marandola Jr., Werther Holzer, Lívia de Oliveira) - São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília. Memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**, São Paulo: Annablume, 2005.

RICOEUR, P. “**Histoire de la philosophie et historicité**”, in R. Aron (Org.) L’histoire et ses interprétations. Entretiens autour d’Arnold Toynbee. Paris, La Haye: Mouton, 1961, pp. 214-27.

ROGERS, Carl. **On Becoming a Person: A Therapist’s View of Psychotherapy**. Boston: Houghton Mifflin Company. 1961.

ROSSI, Paolo. – **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**/Paolo Rossi; tradução Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROSSMAN, G. B. e Rallis, S. F. (1998). **Learning in the field: A guide to qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage.

SCHACTER, D. L. **The seven sins of memory: How the mind forgets and remembers**. Houghton, Mifflin. 2001.

SCHUBERT, W. H. **Curriculum: perspective, paradigm, and possibility**. Upper Saddle River, NJ: Prentice, 1986.

SCIFONI, Simone. **DESAFIOS PARA UMA NOVA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**. Revista Teias, v. 18 • n. 48 (Jan-Mar., 2017): Políticas e Práticas de Educação Patrimonial no Brasil e na América.

SEVERINO, A. **A pesquisa em educação: a abordagem crítico-dialético e suas implicações na formação do educador**. Contrapontos, Universidade do Vale do Itajaí, ano I, n.1, jan./jun. 2001.

SILVA, T.T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SQUIRE, L. R. **Fundamentos da Neurociências Cognitiva 2ª Edição**. Porto Alegre: Artmed. 2014.

STANGER, Monica Zanellato. **Memória, patrimônio e história: uma abordagem prática**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2513-8.pdf>. Acesso em 14/08/23.

TEIXEIRA, Claudia Adriana Rocha. **A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA**. Biblos, Rio Grande, 22 (1): 199-211, 2008. Disponível em; https://www.academia.edu/33874895/A_EDUCA%C3%87%C3%83O_PATRIMONIAL_NO_ENSINO_DE_HIST%C3%93RIA?rhid=29466448202&swp=rr-rw-wc-33910342 Acesso em 6/08/24.

TOLETINO, Átila (Org.). **Educação patrimonial; reflexões e práticas**. João Pessoa: Sup. Do IPHAN da Paraíba, 2012.

TOMÁS DE AQUINO. **Summa theologiae**. (Summa teológica. 9v. São Paulo: Loyola, 2006).

TULVING. E. **Episodic memory: From mind brain**. Annual Review of Psychology, 2002.

TYLER, Ralph W. **Basic principles of curriculum and instruction**. In: Curriculum studies reader E2. Routledge, 2013. p. 60-68.

UNGER, Nancy M. **O encantamento dos homens: ecologia e espiritualidade**. São Paulo: Loyola, 1991.

VALVERDE, Isabel: **Gestão do Patrimônio Cultural: experiências e desafios**. Edição Universidade do Algarve – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Patrimônio, 2021.

VEIGA, Ilma P.A. **"Escola, currículo e ensino"**. Ira: I.P.A. Veiga e M. Helena Cardoso (org.) Escola fundamental: Currículo e ensino. Campinas, Papyrus, 1991. Disponível em <file:///C:/Users/windows/Documents/DOUTORADO/PPP/PPP/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf> Acesso em 8/08/2024.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 1. ed. Campinas: Papirus, 1998.

VERNANT, P.J.P. **Mito e pensiero presso i greci.** Turim: Einaudi, 1970.

ANEXOS

ANEXO A – Termo de autorização de imagem de Carlos Barroso de Souza

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Carlos Barroso de Souza,
nacionalidade Brasileira, estado civil Casado, portador da Cédula de
identidade RG nº 573609, inscrito no CPF nº 691158002-10, residente
à Av./Rua Solimar, nº 6574, município de
Porto Velho /Rondônia.

Como responsável pela atividade de campo, **AUTORIZO** o uso da imagem em que
estou ministrando aula de Educação Patrimonial para estudantes no centro histórico de
Porto Velho.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem
acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) home page; (II)
mídia eletrônica (III) livros impressos e digitais.

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a
cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de
remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima
descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Porto Velho, 13 de novembro de 2024.

Carlos Barroso de Souza
(Assinatura)

Nome:

Telefone p/ contato:

ANEXO B – Termo de autorização de imagem de João Herbety Peixoto Reis

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, João Herbety Peixoto dos Reis,
nacionalidade Brasileira estado civil casado, portador da Cédula de
identidade RG nº. 585.362, inscrito no CPF nº 493.404.252-00, residente
à Av./Rua Dr. José Vieira Costa, nº. 5292, município de
Porto Velho /Rondônia.

Como responsável pela atividade de campo, **AUTORIZO** o uso da imagem em que
estou ministrando aula de Educação Patrimonial para estudantes no centro histórico de
Porto Velho.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem
acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) home page; (II)
mídia eletrônica (III) livros impressos e digitais.

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a
cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de
remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima
descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Porto Velho, 13 de novembro de 2024.

(Assinatura)

Nome: João Herbety Peixoto dos Reis
Telefone p/ contato: 99905-3604

ANEXO C – Termo de autorização de imagem de Célio Leandro da Silva

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, CÉLIO LEANDRO DA SILVA,
nacionalidade BRASILEIRO, estado civil CASADO, portador da Cédula de
identidade RG nº 452 698, inscrito no CPF nº 479 338 492-68, residente
à Av./Rua PROJETADA, nº 3830, município de
PORTO VELHO /Rondônia.

Como responsável pela atividade de campo, **AUTORIZO** o uso da imagem em que
estou ministrando aula de Educação Patrimonial para estudantes no centro histórico de
Porto Velho.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem
acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) home page; (II)
mídia eletrônica (III) livros impressos e digitais.

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a
cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de
remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima
descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Porto Velho, 19 de NOVEMBRO de 2024.


(Assinatura)

Nome: CÉLIO LEANDRO DA SILVA
Telefone pl contato: 69 99831-5139

ANEXO D – Capa do livro digital/e-book, guia para práticas pedagógicas em Rondônia



Fonte: do autor